

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**DESAFIANDO O OLHAR DE MEDUSA: A MODERNIZAÇÃO E  
OS DISCURSOS MODERNIZADORES EM TERESINA, NAS DUAS  
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**PEDRO PIO FONTINELES FILHO**

**TERESINA-PI  
2008**

**PEDRO PIO FONTINELES FILHO**

**DESAFIANDO O OLHAR DE MEDUSA: A MODERNIZAÇÃO E  
OS DISCURSOS MODERNIZADORES EM TERESINA, NAS DUAS  
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes.

**TERESINA-PI  
2008**

F684P Fontineles Filho, Pedro Pio.

Desafiando o olhar de Medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX. / Pedro Pio Fontineles Filho. – Teresina, 2008.

170 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes

1. História. 2. Cidade. 3. Modernização. I Título.

CDD

## AGRADECIMENTOS

A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer (CALVINO, 1990).

Há dois anos o sonho de ingressar no Programa de Pós-Graduação, no Curso de Mestrado em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí, parecia ser somente um sonho. Era um desafio. Desafio maior ainda foi o desenvolvimento das pesquisas e feitura do presente texto. Foram muitas as dificuldades, mas nunca me deixei abater, pois sempre tive o apoio de pessoas indiscutivelmente importantes ao meu lado. O resultado dessa pesquisa não teria sido possível se não fossem os incentivos recebidos por pessoas tão queridas.

Em razão disso, gostaria de agradecer a Deus, que me deu a honra de ter pessoas tão maravilhosas e que são importantes para minha formação como indivíduo, como profissional, como filho, como irmão, como tio e como amigo. Agradeço a Deus por ter guiado sempre meus passos e a capacidade de reconhecer que minha existência deve-se a Ele e a todos que me rodeiam.

Ao professor Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes, que, mesmo sendo da área de Educação, aceitou o desafio da orientação desta pesquisa e por me fazer entender que a relação entre orientador e orientando se fundamenta no respeito, no compromisso e na amizade.

À professora Dr<sup>a</sup>. Zuleide Fernandes de Queiroz, que, gentil e prontamente, aceitou o convite para a apreciação deste trabalho.

À professora Dr<sup>a</sup>. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, que, em minha trajetória de pesquisa, contribuiu bastante para o esclarecimento de como proceder nos estudos e sempre insistiu em dizer para fazer o que era possível fazer. Sua forma de dialogar com a teoria da história, bem como sua escrita encantadora e perspicaz fizeram-me ver a História em suas potencialidades, especialmente na aproximação entre história e literatura.

Ao professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco, por suas valorosas e amigáveis contribuições para a efetivação deste trabalho, desde suas observações no exame de

qualificação, pois me fez perceber que falar sobre a cidade é mostrar a cidade em seus movimentos.

Ao professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento, que, desde o curso de especialização, tem contribuído para minha formação teórica ligada às discussões sobre cidade. Agradeço, também, pela sua integridade, como professor e como amigo.

À professora Dr<sup>a</sup>. Áurea da Paz Pinheiro, que, desde a entrevista de seleção para o Mestrado, confiou na plausibilidade deste trabalho.

Ao professor Dr. Edwar Castelo Branco, pelo compromisso com o saber histórico e por lutar pela formação contínua de uma “gosma antropofágica” entre as pessoas.

À professora Dr<sup>a</sup> Juliana Lopes Elias, que contribuiu para a percepção dos conceitos sobre a paisagem urbana.

Ao professor Dr. Antônio de Paulo Rezende, que, indiretamente, por meio de seus textos e livros, contribui há muito para minha formação e para o entendimento de que a escrita da história deve ser uma escrita suave e prazerosa, seduzindo seus produtores e seus consumidores.

Agradeço aos meus pais, Maria Neide e Pedro Pio, que, com a permissão divina, deram-me a vida e me ensinaram os princípios e valores mais sinceros da educação. Valores pautados no amor incondicional, no respeito e no trabalho. Agradeço aos meus pais por terem me dado a chance de amá-los como eu sou e como eles são, pois me ensinaram a ser humano e digno com todas as pessoas. Como filho, meus pais me ensinaram que o maior tesouro que podemos ter provém da união familiar. Meus irmãos também ajudaram nesse ensinamento e sempre estiveram ao meu lado.

Gostaria, então, de agradecer aos meus irmãos José Airton, Antônio Wilson, Antônio Adailton, José Gilson, Francisco Odair e Luís Airton, que, nas conversas compartilhadas em “nosso quartel general” e na “feira” ensinaram-me o valor do humor, da responsabilidade e do trabalho como marca inconfundível de um verdadeiro Fontineles. Cada um, ao seu modo, tem me ensinado a ser o homem que sou. Também os agradeço pelos sobrinhos lindos que me deram - Kayo, Eduardo, José Wilson, Lorena, Gabriel, Maria Cláudia, Luís Henrique, Milena e Lana - e por os ensinarem, desde cedo, a riqueza da educação e da união para a construção de um indivíduo íntegro.

Não posso deixar de agradecer às minhas irmãs. Agradeço a Isabel Cristina, por ter sido, e ainda ser, a nossa segunda mãe. Agradeço a ela por ter sido a desbravadora do caminho dos estudos para todos os seus irmãos, sempre com ternura e disposta a ajudar. Seu jeito doce deu-me força para, nos momentos de angústia, ter a serenidade e confiança de que

tudo acabaria bem. Além disso, a agradeço pelos meus sobrinhos-irmãos, Hilanna e Hilo, pois são duas pessoas incríveis, que, desde pequenos, mostram que nasceram para vencer obstáculos.

Agradeço à minha irmã Cláudia Cristina, pelo seu carinho, sua seriedade e seu compromisso em todas as suas ações, pois isso tem me ensinado a ter objetivos e buscar alcançá-los. Sua paixão pelo saber, pela História de maneira particular, contagiou-me a tal ponto de tentar seguir os seus passos e conseguir, um dia, ter a mesma competência. À minha “multiplicadora de idéias”, meu infinito agradecimento.

À minha irmã Karine Cristinie, pelas valorosas ajudas na digitação do presente trabalho. Sua sinceridade e maturidade, associadas à sua tranquilidade e parcimônia, têm sido exemplo para encarar a vida com mais segurança e firmeza.

Ao meu amigo, e eterno professor, Marcelo de Sousa Neto, que tem acompanhado meus passos desde as noites de muita dedicação ainda no ensino médio e também no curso de graduação. Sua inteligência e lealdade têm sido referência no entendimento de que um bom profissional é ser, antes de tudo, uma pessoa íntegra e solidária.

Ao professor José de Arimatéia, que se tornou um inestimável amigo e que, com sua irreverência, tem me ensinado a perceber que as dificuldades da vida são superáveis quando não são vistas como obstáculos, mas como etapas de aprendizagem.

Devo agradecer, também, aos colegas de minha turma de Mestrado, em especial Clarice Helena, Andreza Diniz, Nalva, Márcia Santana, Joseane e José Luiz, pelo companheirismo e afeto.

Um sincero agradecimento a Carla Daniela, que contribuiu bastante com as pesquisas documentais no Arquivo Público do Piauí.

Aos meus alunos do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Piauí, por me mostrarem que a relação entre professor e aluno perpassa pelo compromisso, respeito e amizade.

À professora Mônica Valéria Monteiro de Carvalho, por ter sido uma grande amiga e por ter feito a revisão ortográfica e de normalização deste trabalho.

Às amigas Josenilda, Francilene, Nildes, Vanessa, Vânia, Tamires e aos amigos Danúzio e Júnior, que fizeram a Coordenação do Curso de História da Uespi, em Regime Especial uma gratificante experiência e por terem sempre me apoiado.

A todos os profissionais da Universidade Estadual do Piauí, que, de alguma maneira, têm contribuído para a solidificação dos meus valores como profissional.

Aos amigos Alan John, Sara, Sales Neto e Rafael Sousa, por terem sido os amigos mais presentes e leais que alguém pode ter.

À professora Maria Cecília Nunes, que, com seu jeito doce e imaculado, mostrou-me que o verdadeiro pesquisador é aquele que pesquisa “com o corpo todo”, nunca se esquecendo de que não há produção científica se não houver paixão.

Um agradecimento especial à cidade de Teresina, por ser um espaço com histórias a serem sempre contadas e, acima de tudo, histórias a serem vividas e sentidas, bem como segredos a serem revelados.



Ao meu Pai Celeste, pela vida e por todas as bênçãos que tem me concedido. À Nossa Senhora, que sempre intercede por nós em todos os momentos de nossa vida, com o amor que dedicou a Seu Filho, que tem sido, em minha vida, o maior exemplo de força e de fé.

## RESUMO

O presente estudo analisou o processo de modernização de Teresina nas duas primeiras décadas do século XX, no qual a capital piauiense configurou-se como ponto irradiador dos olhares e ações modernizadoras e constituindo-se como vitrine desse fenômeno. O recorte temporal justifica-se pelo fato de que os projetos de modernização, iniciados em fins do século XIX, afirmar-se-iam no início do século XX. A cidade é aqui percebida como espaço da dinâmica social, o que faz do espaço urbano um ambiente de manifestação de sociabilidades diversas, que contêm e constituem a história de determinada temporalidade e espacialidade, pois a cidade está em constante movimento. Nesse sentido, no intuito de visualizar tais sociabilidades, o trabalho transitou entre várias temáticas relacionadas à modernização tais como os serviços de abastecimento de água, iluminação, viação férrea, comércio, lazer e instrução pública, ampliando horizontes para a compreensão das representações sociais construídas sobre o turbilhão modernizador. Para alcançar esse objetivo foram utilizados como fontes os jornais, mensagens governamentais, decretos, códigos de postura e textos literários do período, como estratégia de percepção dos discursos estatal, higienista, comercial e literário, além dos diferentes sentidos e sentimentos oriundos da modernização, compreendida como as inúmeras transformações no espaço urbano e as ressonâncias de tais mudanças na forma que os indivíduos experimentavam e sentiam a cidade. No universo conceitual que norteia o presente estudo, destacam-se os conceitos sobre modernização e modernidade, vistas, respectivamente, como os projetos de modificação dos espaços e as múltiplas formas de apreender e subjetivar o fenômeno da modernização realizando-se um diálogo com as discussões propostas por Berman(1986) e Rezende(1997). Sobre representação social e práticas culturais foram utilizados os conceitos elaborados por Chartier(1988) e Certeau(1994). Acerca das discussões sobre História, Cidade e Literatura foram utilizados os trabalhos de Benjamin(1994), Calvino(1990), Williams(1999), Sevcenko(1999) e Queiroz(1998). A instrução pública foi analisada como ponto de convergência dos projetos de modernização tanto no aspecto da instalação e (re)significação de prédios quanto no tocante à efervescência de idéias e saberes de posturas modernizantes. Em contrapartida, as crônicas e os textos literários foram utilizados como forma de percepção das representações sociais acerca da modernização da cidade. Fotografias também foram utilizadas como linguagem não-verbal que expressavam cenas da cidade em seus aspectos materiais e do cotidiano. Dentre outras conclusões, destaca-se que a euforia acerca dos efeitos e ritmos modernizadores estava ligada, em certa medida, à busca da superação dos limites que atingiam a capital piauiense, assombreada por um leque de dificuldades. Essa euforia emergia das tentativas de superação do atraso e do antigo, com o intuito de legitimar a imagem de uma sociedade civilizada. Além disso, o ordenamento dos espaços contribuiu para o controle e segregação social, por meio da circulação de valores e costumes de raízes burguesas européias.

Palavras-chave: História. Cidade. Modernização. Representação. Literatura.

## **ABSTRACT**

The present study analyzed the modernization process of Teresina in the two first decades of 20th century, in which the Piauiense capital configured itself as the irradiator point of the glances and actions of modernization and constituting itself as magazine of this phenomenon. The city, in here, is comprehended as space of the social dynamic, what makes the urban space an environment of manifestation of several sociability, which contain and construct the history of certain temporality and specialty, because the city is in a constant movement. In this sense, intending to look at such sociabilities, the paper passed among several thematic linked to the modernization such as the works of supplying of water, illumination, ferrous means of transportation, trade, leisure and public education, amplifying horizons to the comprehension of the social representations constructed about the modern vortex. To reach this purpose were used as sources the newspapers, governmental messages, decrets , conducts laws and literary texts of that period as strategy of perception of governmental, hygienist, commercial, and literary speeches, besides the different senses and meanings that came from the modernization, comprehended as the several changes in the urban space and the resonances of such changes in the way that the individuals experiment and feel the city. In the conceptual universe that heads the present study, point out the ones about modernization and modernity, used, respectively, as the projects of the changing of the spaces and the several ways of comprehending and subjecting the modernization phenomenon making a dialog with the discussions suggested by Berman(1986) and Rezende(1997). About social representations and cultural practices were used the concepts used by Chartier(1988) and Certeau(1994). Around the discussions about History, City and Literature were used the papers by Benjamin(1994), Calvino(1990), Williams(1999), Sevcenko(1999) and Queiroz(1998). The public instruction was analyzed as convergence point of the modernization projects so in the aspect the installation and (re)meaning of the buildings as in relation to the up surging of ideas and knowlegdments of modernization conducts. In other hand, the chronicles and literary texts were used as perception way of the social representations about the modernization of the city. Photographs were also used as non-verbal language that expressed scenes of the city in its material features and of the daily. Among other conclusions, it points out that the euphoria about the effects and rhythms was linked, in certain way, to the pursuit of the overcoming of the limits that affected the piauiense capital overshadowed for a fan of difficulties. This anxious surged from strategies of overcoming of the late and ancient, with the goal of legitimate the image of a civilized society. Besides that, the regulating of the spaces contributed to the control e social segregation, throughout the spread of values and traditions of bourgeois Europeans roots.

Key-words: History. City. Modernization. Representation. Literature.

## SUMÁRIO

|                        |           |
|------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b> | <b>13</b> |
|------------------------|-----------|

### **CAPÍTULO I**

|                                                                                                             |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>ENTRE VITRINES E ESTILHAÇOS: RITIMOS E (DES)CAMINHOS DA<br/>MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES PIAUIENSES.....</b> | <b>21</b> |
| 1.1 (Re)construção do espaço urbano: política e modernização no cenário piauiense.....                      | 31        |
| 1.2 As obras do futuro: obras públicas e gerenciamento espacial.....                                        | 34        |
| 1.3 Cenas e Encenações: o teatro e o cinema no cotidiano da cidade.....                                     | 43        |
| 1.4 O Piauí nos percursos da modernidade: entre práticas e representações.....                              | 52        |
| 1.5 O Grito de Pandora: modernização e discursos higienistas.....                                           | 58        |
| 1.6 Em busca do caminho das águas: abastecimento na cidade.....                                             | 69        |
| 1.7 Entrando na linha: percursos e percalços da viação férrea.....                                          | 73        |

### **CAPÍTULO II**

|                                                                                                          |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>MODERNIZAÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA: LIMITES E<br/>PERSPECTIVAS.....</b>                                 | <b>77</b> |
| 2.1 Instrução Pública nos primeiros anos do século XX: modernização social e cultura<br>escolar.....     | 79        |
| 2.2 Construindo trilhas: a modernização do ensino e o papel dos professores na<br>instrução pública..... | 83        |
| 2.3 As (in)certezas do tempo: horizontes da Instrução Pública na década de 1920.....                     | 95        |

### **CAPÍTULO III**

#### **CRÔNICAS E CRÍTICAS: O OLHAR DOS LITERATOS SOBRE O SONHO**

|                                                                                 |                |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>MODERNIZADOR.....</b>                                                        | <b>108</b>     |
| 3.1 História e Literatura: para além das dicotomias.....                        | 115            |
| 3.2 Os literatos piauienses e a cidade de Teresina: momentos constitutivos..... | 123            |
| 3.3 A modernização de Teresina nas primeiras décadas do fremente século XX..... | 129            |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                            | <br><b>143</b> |
| <br><b>REFERÊNCIAS E FONTES.....</b>                                            | <br><b>149</b> |
| <br><b>ANEXOS.....</b>                                                          | <br><b>158</b> |

## INTRODUÇÃO

Seu olhar congela, petrifica. O tempo já não mais transcorre. A inconformidade com tal paralisia faz com que Perseu, armado com seu escudo de bronze, rompa com os efeitos do olhar de Medusa. Na mitologia, Perseu vence Medusa decapitando-a sem olhar diretamente sua imagem, fazendo, para tal peripécia, o uso de seu escudo que refletia a imagem de sua inimiga.

A mesma paralisia é retomada, nas primeiras décadas do século XX pela imprensa local, para denunciar o atraso que afligia a cidade de Teresina e demais cidades piauienses. Nesse sentido, muitos discursos, em prol da superação dessa configuração histórica, assumem o papel de Perseu e que, em posse da “modernização-escudo”, buscam promover o progresso e o futuro da cidade “desafiando o olhar de Medusa”.

O fenômeno da modernização das cidades desperta um vasto leque de percepções, fazendo efervescerem vários e diferenciados discursos<sup>1</sup> e imagens, salientando múltiplas formas de sentir a própria cidade. São discursos veiculados em jornais, panfletos, mensagens governamentais, contos e poesias que denotam as sensibilidades de uma época. O presente estudo tem o objetivo principal de analisar as representações construídas sobre a cidade de Teresina, a partir da compreensão da pluralidade discursiva e os diferentes sentidos atribuídos à modernização, nas duas primeiras décadas do século XX.

Pretendeu-se também confrontar o discurso dos intelectuais, como cronistas e poetas, com os demais discursos relacionados ao comércio, à higiene, à educação, à engenharia e à economia, que, em geral, eram manifestados nos jornais e nas mensagens governamentais da época. Por esse viés, o estudo da modernização dá-se por meio das diferenciações culturais que condicionam a expressão de sentimentos de modernidade em sua pluralidade.

---

<sup>1</sup> A noção de discurso aqui trabalhada refere-se aos diferentes veículos de expressão sobre as transformações urbanas, sobre os costumes e o cotidiano. São os diferentes relatos enunciados sobre as transformações na cidade. Nesse sentido, as mensagens governamentais, as manchetes de jornais, os textos literários configuram-se como veículo de expressão discursiva sobre a modernização da cidade.

Nesse sentido, questionou-se sobre os efeitos dessa modernização, tentando mapear os diferentes agentes divulgadores dos discursos modernizadores, bem como refletir sobre os discursos daqueles que enalteciam a modernização e àqueles que a sentiam em suas contradições. Além de analisar os discursos que permeavam o fenômeno da modernização, confrontando-os com uma realidade de permanências e mudanças, pretendeu-se discutir o embate entre os diferentes discursos modernizadores e os espaços urbanos que pretendem transformar, ou seja, o conflito entre Perseu e Medusa.

Dessa maneira, o presente estudo busca, no confronto dos múltiplos relatos, analisar os sentimentos despertados, ou melhor dizendo, as representações criadas a partir da modernidade. As falas dos diferentes agentes<sup>2</sup> ou indivíduos sociais são expressões da modernização sentida em diferentes níveis da sociedade.

As primeiras décadas do século XX foram escolhidas, portanto, pelo fato de que os projetos de modernização da cidade iriam se afirmar naquele momento, devido ao impulso da nova configuração histórica oriunda das transformações econômicas do extrativismo e pelos primeiros passos do novo regime político recém instalado no país.

É importante ressaltar que o recorte temporal está estabelecido nos dois primeiros decênios do século passado, mas não exclui, em dados momentos, avanços e recuos, pois os ideais modernizadores, conforme Maria Mafalda Baldoíno de Araújo (1997), estariam presentes no imaginário das elites dirigentes do Piauí desde 1850, quando se iniciam várias tentativas de integração da província em quadros nacionais de modernidade, como explicitam as ações da transferência da capital. Um forte ambiente de expectativas e de esperanças era recorrente, segundo Teresinha Queiroz(1998), desde a década de 1880.

Mas foram mais especificamente nas primeiras décadas do século XX que muitos projetos de mudança econômica, política e cultural foram planejados e tentaram se implementar, obtendo êxitos em níveis distintos e particulares.

A idéia para discutir o presente tema foi engendrada durante o meu curso de graduação em História, iniciado no ano de 2000, no qual um sedutor horizonte de leituras e reflexões acerca do fazer historiográfico ampliava-se a cada disciplina e a cada texto lido. Desde muito cedo fui seduzido pelas discussões relacionadas à modernização<sup>3</sup> das cidades e

---

<sup>2</sup> O termo “agente” está sendo pensado na perspectiva de que indivíduos e instituições mostravam sentidos e ações distintos sobre as transformações da e na cidade. Os agentes não eram indivíduos que assumiam apenas um lugar social, visto que literatos como Clodoaldo Freitas, Matias Olímpio também transitavam pela vida político-administrativa e se posicionavam sobre diferentes esferas da vida urbana.

<sup>3</sup> O que se está denominando aqui de *modernização* é toda e qualquer manifestação e ação relacionada às inovações e implementação da técnica e de (re) organização espacial com seus desdobramentos na vida sociocultural dos indivíduos, ao passo que por *modernidade* compreendem-se as diferentes maneiras como as

seus desdobramentos configurava-se e fortalecia-se, arrebatando os interesses por esta perspectiva de pesquisa.

Naquela mesma época, bem próximo da conclusão do curso, fui impelido a observar a cidade não diretamente por suas configurações urbanísticas, mas pela ingente tendência discursiva em enaltecer o caráter moderno e progressista da cidade. Havia um grande número de *outdoors* espalhados pelas principais avenidas da cidade que expressavam o sentido futurista. No entanto, havia um nítido contraste entre o progresso propagado nos discursos oficiais e a realidade citadina expressa em outras formas discursivas. Em minhas caminhadas pela cidade de Teresina, parafraseando Michel de Certeau (1994), deparava-me com a percepção de que, contextualmente, vivia nos princípios do século XXI. A partir disso, lembrei de certas leituras que apontavam o transcurso do século XIX ao século seguinte como um momento do movimento modernizador das cidades, particularmente no cenário europeu, mas que teria se manifestado, resguardando as devidas especificidades, em outras regiões do globo. As cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife também foram palco do fenômeno de modernização, seduzidas por tal circunscrição histórica, essas capitais moveram-se no sentido de incorporar esses discursos, traduzindo-os às suas possibilidades.

Nesse sentido, a gênese desta pesquisa surgiu dos anseios em perceber como e em que circunstâncias se dava a relação entre os discursos modernizadores e os diferentes sentidos e sentimentos da modernização na capital piauiense, nas duas primeiras décadas do século XX. Daí este estudo analisar os ritmos e alcances dessa modernização na cidade de Teresina. Essas inquietações acerca do passado foram despertadas pelas provocações do presente, porque concordo com o ressaltado por Rezende ao afirmar que “[...] as reflexões e dúvidas sobre o passado, são resultado do que é vivido, hoje, das nossas angústias e descobertas atuais [...]” (1997. p. 18). Dessa maneira, a presente pesquisa pretende analisar os distanciamentos e conexões entre aquilo que era dito sobre a modernização e os sentimentos da modernidade, o que deu fôlego ao título deste estudo, visto que o “desafio contra o olhar de Medusa” remonta aos discursos plurais e o sentido do desejo de modernidade, na tentativa de superar o estado de petrificação da capital piauiense. Na transição do século XIX ao XX o Piauí vivenciava a euforia e a desconfiança dos efeitos da modernização, fazendo surgir um variado leque de representações.

---

técnicas são subjetivadas, caracterizando-se como condição histórica, pois seriam as formas de representar a realidade. Antônio Paulo Rezende (1997), afirma que a modernidade não se concretiza sem a presença do próprio processo de modernização, reforçando a noção de que a modernização desperta um leque de representações.

A utilização de múltiplos relatos dá-se pelo fato de que a modernização é mais do que ato e efeito, pois tal modernização está impulsionada por ambigüidades, sutilezas, destinações, conflitos. Nessa perspectiva, a principal pergunta deste estudo funda-se em saber como a modernidade é representada e sentida por diferentes grupos ou segmentos sociais em Teresina nas duas primeiras décadas do século XX.

Pretendeu-se analisar o Piauí como integrante desse processo de modernização, tendo como centro de pesquisa a cidade de Teresina, considerada como vitrine do plano modernizador no Estado assim como as demais capitais brasileiras o eram, destacando-se as representações engendradas pelos efeitos da modernização em seus diferentes ritmos.

A proposta inicial era compreender a modernização e os seus efeitos na formação das representações, ou imagens, que diferentes grupos sociais piauienses expressaram acerca do fenômeno da modernização. Enfocando os discursos modernizadores, dentre os quais o discurso republicano, que se propunha moderno e progressista<sup>4</sup>. Vale à pena ressaltar que as fontes estudadas remetem, em primeiro momento, aos resquícios deixados pelas elites políticas, comerciais e intelectuais, em função da dificuldade em se encontrar documentos referentes aos demais segmentos sociais, sem, contudo, esquecerlos, posto que em muitas oportunidades eles aparecem pelos filtros das fontes consultadas. Daí a necessidade de escovar a história a contra pêlo, a exemplo do que sugeriu Walter Benjamin (1994).

Alicerçando-se na idéia das influências do processo de modernização como contribuinte na formação de discursos modernizadores, o presente trabalho tem a proposta de além de analisar as transformações materiais, promovidas pela urbanização, relacioná-las com os seus efeitos na vida cotidiana dos diferentes segmentos da sociedade piauiense, o que geraria um imaginário em torno da modernidade. Nesse sentido, além de tentar promover novos questionamentos sobre o tema proposto, pois se centra nas diferentes maneiras como a modernidade foi sentida e pensada, esta pesquisa é relevante por pretender fazer uso da análise dos discursos sobre a modernização na cidade de Teresina, o que promoveu uma aproximação com os estudos de linguagem como representação de intenções humanas. No âmbito das linguagens, encontram-se os discursos oriundos e formadores das representações em torno da modernização.

Como fundamento teórico, este trabalho subsidia-se por propostas a partir das análises da tradição de estudos sociais, como na perspectiva de Raymond Williams (1999), que

---

<sup>4</sup> Carvalho (2000) salienta a importância dos elementos simbólicos na legitimação e representação de um regime político e de seus projetos, o que teria marcado as contradições emergidas com as ações de constituição de uma nova sociedade, advindas do regime republicano.

ênfatisa os estudos entre cidade e campo, demonstrando os desejos e confrontos da modernidade na configuração dos espaços, tentando ainda refletir sobre o “contraste retórico” que permeia a vida urbana e a vida do campo, movido por uma separação ideológica. Tal contraste seria uma das molas propulsoras para as percepções da modernidade como superação do “antigo” e do “atrasado” vinculados à vida campestre, e, embora esta pesquisa não pretenda fazer um estudo sobre processos migratórios, analisa a idéia muito cara a Williams acerca do que é encarado nessa perspectiva e seu confronto com o que é considerado como novo e moderno. Essas articulações discussivas entre cidade e campo podem ser direcionadas à cidade de Teresina nas décadas iniciais do século passado.

As discussões sobre modernização e modernidade estão, também, sendo subsidiadas por leituras relacionadas às reflexões sobre Cidade, utilizando como referenciais teóricos as discussões feitas por Nicolau Sevcenko (1999), em seus estudos sobre os efeitos da modernização nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Além disso, noções de representação e práticas sociais foram subsidiadas pelo diálogo com Chartier(1988) e Certeau(1994).

Metodologicamente este estudo concretizou-se pela interlocução entre o arcabouço teórico e as diferentes fontes, pois a pluralidade documental possibilitou o trabalho com os relatos acerca da modernização da cidade de Teresina. Isso ao passo que cronistas, literatos, comerciantes, médicos, engenheiros e alguns políticos escreveram e representaram de maneiras diferentes a modernização vivenciada ou desejada. Para tanto, fez-se uso de um arcabouço documental que também contou com a pesquisa de documentos como os jornais *Gazeta*, *O Piauí*, *O Monitor*, *A Imprensa*, *O Tempo*, mensagens governamentais, diários oficiais e decretos da época, pesquisados no Arquivo Público do Piauí e no Núcleo de Pesquisa em História e Memória (NUPEHM), na Universidade Federal do Piauí.

Na biblioteca da Academia Piauiense de Letras também foram pesquisados os escritos de literatos de destaque no cenário piauiense acerca do tema proposto, no intuito de também confrontar o discurso dos intelectuais com os demais discursos modernizadores. Dentre esses literatos destacam-se Elias Martins, Alcides Freitas, Clodoaldo Freitas, Abdias Neves, Higino Cunha, Jônatas Batista e Zito Baptista, que escreveram em obras próprias e também em revistas como a *Litericultura* (1912-1913).

Concomitantemente a isso, tem-se a análise dos códigos de postura de Teresina de 1912 referente à Lei 69 de 1905, que foram utilizados ao longo do presente estudo. Considerando constantemente a advertência feita por Foucault ao dizer que: “O documento, pois, não é mais, para a história essa matéria inerte através do qual ela tenta reconstituir o que

os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (1986, p. 07). Essa vitalidade que pulsa nos documentos não pode ser ignorada, pois está carregada de significados que contam muito do momento vivido, não apenas no que explicitam, mas também, sobretudo no modo de contar ou omitir, dizendo das redes discursivas que o construíram e da configuração histórica que o possibilitaram. A leitura desses documentos é feita paralelamente à leitura interpretativa dos textos bibliográficos, friccionando as informações contidas no arcabouço teórico com a linguagem expressa no material documental, no intuito de perceber as representações oriundas dos mesmos.

Com essa proposta, este estudo encontra-se estruturado em três capítulos interdependentes. No primeiro capítulo, intitulado *Entre vitrines e estilhaços: ritmos e (des) caminhos da modernização das cidades piauienses*, são enfatizados os discursos oficiais vinculados às lideranças políticas, pois o Estado seria o elemento mediador das exigências e das frustrações acerca do fenômeno da modernização das cidades piauienses, especialmente na cidade de Teresina. Os discursos dos governadores remetem, em sua maioria, aos assuntos da vida moderna e ao mesmo tempo se ressentem pela falta de recursos que, segundo autoridades políticas da época, catalisariam o progresso e impulsionariam a cidade de Teresina e o Estado para patamares elevados de desenvolvimento. Tais discursos ainda são analisados em comparação aos discursos proferidos por entidades higienistas, engenheiros e comerciantes que voltaram seus olhares para a cidade. Discursos esses que são emblemáticos dos diferentes interesses e lugares daqueles que falam sobre os sentidos da modernidade.

O segundo capítulo, intitulado *Modernização e Instrução Pública: limites e perspectivas*, aponta as principais discussões feitas acerca da instrução pública em Teresina e demais cidades do Estado. A proposta é refletir sobre a instrução pública como alvo conflitante para os discursos e ações dos projetos de modernização. Nesse capítulo são explorados os posicionamentos dos Governantes piauienses acerca das dificuldades, limites e perspectivas do ensino público. Foi utilizado, também, o Relatório da Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública do Piauí, de 1922, que faz um balanço analítico da instrução pública no Estado. O olhar literário também foi utilizado para ampliar a compreensão dos ritmos da instrução pública na cidade, visto que a literatura pode permitir um olhar diferenciado sobre as possibilidades dos acontecimentos. O livro *História de Teresina*, de Clodoaldo Freitas contribuiu para as interlocuções com os discursos governamentais, mesclando a perspectiva técnica da narrativa histórica com as experiências do literato, tornando seu livro um verdadeiro documento histórico com a leveza da produção literária.

No terceiro capítulo, nomeado de *Crônicas e críticas: o olhar dos literatos sobre o sonho modernizador*, faz-se uma breve discussão acerca das aproximações e limiares entre história e literatura, no intuito de perceber as possibilidades de percepção da literatura como substrato da pesquisa histórica. Este capítulo dedica-se ao estudo das formas de sentir e de pensar a modernidade dos poetas e cronistas da época, que potencializam os efeitos da modernização nos espaços urbanos. Os escritos literários expressam a diversidade discursiva, pois demonstram sutilezas, ironias, paixões, desencantos e resistências acerca dessa temática. A literatura mostra, nesse sentido, a constituição de memórias e sentimentos sobre a modernização da cidade de Teresina, bem como as formas de sociabilidades. Aqui, a revista *Litericultura*, os livros *História de Teresina*, *Vultos Piauienses* e *Em Roda dos Fatos*, de Clodoaldo Freitas; *Fitas*, de Elias Martins; *Teresina: subsídios para a história do Piauí*, de Monsenhor Chaves, bem como textos de Higino Cunha, Zito Baptista, Jônatas Batista, Lucídio Freitas, entre outros foram utilizados como suportes de diálogo.

A partir dessa pluralidade de representações, analisadas após o contato com alguns documentos no Arquivo Público do Piauí, uma cena de luta contra a paralisação começou a se esboçar insistentemente. Uma luta comparável, se os limites interpretativos permitirem, com a luta entre Perseu e Medusa. Nesse sentido, a modernização das cidades piauienses surge como o “escudo de bronze” que teria a função de mediar o contato com a imobilidade dos espaços urbanos. No entanto, a modernização apresenta apenas imagens e não o real. O que interessa a esta pesquisa são as apropriações construídas em relação a isso, sem, contudo, pretender aprisioná-las e impedi-las de evidenciar seus movimentos e sua força.

Nessa perspectiva, a “modernização-escudo” assume as diferentes imagens do “olhar de Medusa”, pois na batalha da capital piauiense contra o “atraso” há inúmeros Perseus com maneiras plurais de perceber a imagem refletida na modernização-escudo. A pluralidade de imagens e de temas possibilita perceber a cidade de Teresina como lugar privilegiado para os sonhos, angústias, desejos. Lugar no qual a luta constante contra os medos transforma-se nas sandálias aladas que dão a Perseu a possibilidade de se aproximar de Medusa sem a ela sucumbir. Lugar que permite aos olhares da história lançarem vôos mais leves, mas não menos incisivos.

Somando-se a esses pontos, esse trabalho deseja ser mais um referencial nos estudos de História do Piauí, tendo como foco analítico o processo de modernização e os sentimentos de modernidade, trazendo como ponto de interconexão os discursos constituídos em sua defesa e que a ele se contrapunham e que muitas vezes confrontam-se com as experiências relatadas.

Lembrando a metáfora proposta por E. H. Carr (1982) sobre o difícil papel do historiador na seleção de seu objeto no infinito do oceano, este estudo configura-se como um convite a um passeio pelo caudaloso mar dos sentimentos que endossaram as águas, ao mesmo tempo agitadas e tranquilas, do universo da modernização da cidade de Teresina nas duas primeiras décadas do século passado. Sabe-se do risco que tal empreitada representa, assim como dos prazeres e satisfação que implica transitar em águas, ora turvas, ora límpidas, mas, acima de tudo, águas encantadoras e inebriantes, que seduzem o ato de envolver-se com o passado, mediado pela narrativa histórica.

# CAPÍTULO I

## ENTRE VITRINES E ESTILHAÇOS:

### RITMOS E (DES)CAMINHOS DA MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES PIAUIENSES

*Em volvendo dos outros estados do país, é funda e dolorosa a impressão que sentimos, se estabelecemos uma relação entre o nosso e outros Estado. O sermos, porém, um povo pobre, não justifica a inércia, não permite deixarmos que o olhar de Medusa exerça sobre nós, eternamente, a sua acção letal. Não, o Piauí anseia pelo progresso e com ele, os homens que o dirigem.*

(O projeto n. 26. O Piauí, 11 jul. 1928).

Paralisados, petrificados, imóveis. Era assim que ficavam aqueles que diretamente olhavam nos olhos de Medusa. Essa é mais uma das imagens veiculadas na imprensa piauiense acerca da modernização e do progresso do Estado. Imagem que ressalta a persistência de circunstâncias de atraso e “petrificação” do desenvolvimento das cidades piauienses, que teriam sofrido por décadas os efeitos do “olhar de Medusa”.

Nesse sentido, surge uma série de discursos que, mesmo admitindo as intempéries que limitavam a aceleração e abrangência da ação modernizadora, salientavam a necessidade de se enfrentar o olhar de Medusa que relegava o Piauí a uma realidade de ostracismo e de inércia, por meio de sua “ação letal”.

Na mitologia, o único capaz de decapitar Medusa foi Perseu, que enfrentou Górgona olhando sua imagem refletida no escudo. Aqueles homens que pretendiam superar o olhar petrificante de Medusa - que insistia em pôr as cidades piauienses no atraso - vestiam suas armaduras para o combate. Esses homens, ou melhor dizendo, esses Perseus se aventuravam

no desafio de romper a paralisia que impregnava o desenvolvimento das cidades. Da mesma forma que Perseu, aqueles que se inquietavam com a inércia das cidades, deveriam atentar para as imagens refletidas do “olhar de Medusa”, para não serem capturados pelas amarras de pedra e também paralisarem no tempo.

A modernização das cidades piauienses seria o “escudo de bronze” que mediaría a relação de confronto entre Perseu e Górgona. No entanto, a modernização por si só não é responsável pela vitória de Perseu, pois se trata de reflexos, que mesmo amenizando os efeitos malignos do olhar de Medusa, não o eliminam. A modernização, nesse sentido, processa-se como imagem do progresso e do futuro, mas, ao se olhar diretamente ao referente real dessa imagem, a petrificação manifestada no atraso salta aos olhos e os múltiplos discursos assumem “novas formas”.

Contudo, os discursos não são inertes ou se encerram em si mesmos, pois são relatos que não somente falam da cidade, mas também fazem parte dela e, como afirma Certeau(1994), a transformam constantemente conforme os interesses de seleção e organização dos espaços. Os discursos, nesse sentido encarados como relatos, são configurados por meio das inter-relações expressas em práticas sociais sobre as quais se imbricam e se constituem. Os discursos, por esse viés, são constituidores de realidades múltiplas. A modernização de Teresina, no início do século XX, foi atravessada por discursos que construíram várias cidades como reflexos das diferentes práticas sociais que se manifestavam naquele momento.

Assim, a urbanização mostrar-se-ia como uma forma de linguagem repleta de sentidos e intenções, à espera de decodificação e interpretação de cada momento histórico, sofrendo alterações em cada espacialidade e temporalidade. O discurso modernizador evidencia-se, em diferentes momentos, como sinônimo de prosperidade e de conquistas. Nos dias atuais, por exemplo, é comum observarem-se vários anúncios falando de uma crença no progresso, o que é expresso, por exemplo, em *slogans* como o do Executivo Municipal do tipo “cidade futuro”, referindo-se a Teresina. Estudar a história sócio-cultural do Piauí em princípios do século XX, tomando por base os sentidos e sentimentos de modernidade e de modernização, portanto, pode contribuir para a compreensão da existência de uma tentativa constante de se formar um ideário de progresso e de futuro que se manifesta até hoje, resguardando as devidas especificidades, por meio de novos mecanismos.

A representação social do espaço piauiense no início do século XX permeava a idéia de modernização e suas ressonâncias foram sentidas no comércio, na escolarização, nos costumes, criando um ideal de progresso que se apossou da população da época, sem,

contudo, limitar-se a ela. Esse ideal passou a povoar, embora modificado, o imaginário no tempo presente. Tal associação não é anacrônica ou impertinente, pois a escolha do tema do historiador “[...] está cercada por questões que vive, alucinações da sua época, desejos e desencontros do seu tempo, sem que haja linearidade[...]” (REZENDE, 1997, p. 13). O presente e o passado seduzem-se e desafiam-se na narrativa histórica, desafiando o historiador em suas elaborações, que se traduzem em marcas sobre o tempo e sobre si.

A discussão sobre o universo simbólico dos discursos modernizadores, feita por José Murilo de Carvalho (2000), que também ancora este trabalho, permite perceber que o pensar sobre a cidade não está isenta das reflexões acerca das influências políticas sobre a organização e planejamento dos espaços.

Concomitantemente, os conceitos de representação como construção social, elaborados por Roger Chartier são subsídios teóricos para a presente dissertação, no que se refere ao papel das representações na construção do mundo social, ao afirmar que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988, p. 17).

Nesse sentido, a identificação dos múltiplos discursos de diferentes grupos sociais, possibilita a visualização dos sentidos e desejos atribuídos à modernidade em Teresina em princípios do século XX. A modernização como fenômeno que se relaciona à cidade faz com que esta seja pensada como “[...] um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes” (CARLOS, 2002, p. 99). Por esse viés, é que um conceito que também norteia este estudo é o de *espacialidade*, pois permite perceber como os diversos grupos se apropriam e reproduzem os espaços, dando-lhes novos sentidos e significações.

As cidades são puro movimento, pois a dinâmica social as configura e elas também modelam a prática social. Sua existência dá-se pelas memórias construídas constantemente. Tal movimento possui tamanha complexidade ao ponto de não ser apreendido em um único sentido, daí a existência de várias cidades à medida que múltiplas experiências e vivências configuram os espaços de memória. Suas experiências as cortam inscrevendo suas narrativas próprias, cartografando os sentimentos de quem nelas habita.

A cidade é uma esfera na qual as relações sociais e de produção são catalisadas por meio das imagens e apropriações que dela são oriundas. A cidade, em função de sua complexidade, dinamicidade e de suas imagens, é constituída por “várias cidades”, constituindo o que Ítalo Calvino denominou de “cidades invisíveis”, fruto das subjetividades e dos olhares múltiplos sobre a cidade. Os diversos pontos da cidade contêm histórias de sua existência e das vivências de seus habitantes, pois

[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p. 14-15).

Ao revelar sua anatomia, sua cartografia, a cidade desafia o historiador a decifrá-la, agindo semelhante à Medusa em relação a Perseu; provoca-o a descobrir seus segredos, à medida que o ameaça de petrificá-lo. Ao historiador cabe apenas a alternativa de reagir semelhante ao herói grego, enfrentá-la por meio de refratários, não encará-la diretamente, por intermédio de elementos que desnudam alguns de seus segredos: as fontes que são vestígios e marcas do passado no tempo. Nessa perspectiva, as fontes possibilitam notar que não são cidades que se excluem ou que se negam, mas que expressam as diferentes maneiras que as sociabilidades constroem e se apropriam dos espaços.

Tal conceito abre espaço para se pensar em uma dimensão mais dinâmica e sociocultural da vivência da cidade, na qual sujeito e espaço urbano se influenciam mutuamente. Com isso, as reflexões e os conceitos propostos por Michel de Certeau (1994), referindo-se às práticas cotidianas, bem como ao uso e ao consumo feito pelos sujeitos, também enfatizam o caráter plural da experimentação do espaço urbano.

Dessa maneira, discutir a modernização da cidade de Teresina é compreender que diferentes Perseus vêem de maneiras diversas esse escudo de bronze como instrumento para superar o poder de Medusa. Assim, essa modernização-escudo apresentava diferentes imagens para diferentes Perseus. Perseu não se afasta de Medusa ao derrotá-la, mas a utiliza para vencer seus próximos obstáculos. Nos discursos oficiais, expressos nas mensagens governamentais, percebe-se que as lideranças políticas não se afastam do olhar petrificante de Medusa e até mesmo o utilizam para subsidiar seus discursos progressistas e futuristas. Isso se justifica pelo fato de que

A relação entre Perseu e a Górgona é complexa: não termina com a decapitação do monstro. [...] É sempre na recusa da visão direta que reside a força de Perseu, mas não na recusa da realidade do mundo de monstros entre os quais estava destinado a viver, uma realidade que ele traz consigo e assume como um fardo pessoal (CALVINO, 1991, p. 17).

Fardo esse que muitos governantes do Estado assumiam o compromisso de superar, mesmo diante das dificuldades orçamentárias e na falta de auxílios contundentes do poder político central do país, procurando promover melhoramentos das cidades piauienses. Tais melhoramentos eram mais direcionados à cidade de Teresina, por centro político, administrativo e comercial do Estado.

Neste capítulo discutir-se-ão as inter-relações entre as representações sociopolíticas oriundas do processo de modernização da cidade de Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX. Pretende-se analisar o papel dos agentes modeladores da paisagem urbana e as repercussões do projeto modernizador na vida social, política e econômica da população, que teve seu cotidiano permeado por valores importados de um modo de vida capitalista aos moldes europeus. A cidade assume a função legitimadora das promessas da constituição de uma realidade de progresso e bem-estar social, tentando romper com a configuração “colonial” e “rural”, vista como sinônimo de atraso. As sociabilidades, decorrentes desse turbilhão modernizador, são impulsionadas por representações sociais divididas entre o fascínio com as inovações e o frêmito de medo e desconfiança com a “nova” cidade.

A configuração dessa cidade, detidamente a cidade de modelo capitalista, é encaminhada a partir do papel desempenhado por grupos, ou melhor, por agentes sociais que constroem a cidade conforme seus anseios, interesses, medos e planos, pois

Na cidade encontramos coexistências de espaços apropriados para diferentes usos e funções e com diferentes ritmos ou em diferentes tempos e devemos salientar o facto de a Geografia pouco ter estudado a relação entre este par fundador: o espaço e o tempo (SALGUEIRO *Apud* CARLOS, 2003, p. 99).

Apenas recentemente a História tem posto tal problemática entre a pauta de seus estudos e, ainda assim, de maneira perpendicular. Poucos são os estudos que a têm apresentado como protagonista.

Segundo Kowarick (2000), a problemática urbana tem mudado seus temas a partir de novas abordagens teórico-metodológicas. Em linhas gerais, na década de 1970 os estudos centravam-se no capitalismo e nas lutas de classes. Nos anos de 1980 o enfoque destina-se às

discussões sobre os movimentos sociais, que se aglutinam para reivindicações e questionamentos acerca das condições urbanas de vida. Na década de 1990 o cerne das pesquisas giraria em torno da questão da cidadania, no intuito de apreender temáticas sociais que se direcionavam para a formulação de políticas públicas e para a discussão dos ditames para o gerenciamento dos direitos civis e sociais. A cidade, por essa abordagem, seria a expressão das conquistas ou da busca de melhoramentos e de direitos dos cidadãos.

A cidade, em sua multiplicidade, ao mesmo tempo em que é um espaço atrativo como um “ímã” e construída como uma “segunda natureza”, como denomina Rolnik (1995), também é âmbito para a existência de contradições e segregação. Isso se justifica pelo fato de que as cidades assumem diferentes funções como a troca, a informação, a vida cultural e o poder. O conceito de cidade, como categoria histórica, expressa essas condições da instituição das funções da cidade, na qual a idéia do material, do físico não deve ser excluída.

As presenças do capital e das relações de produção e circulação são elementos do aspecto material ou “real” da cidade que contribuem na configuração do espaço urbano. Isso implica dizer que a concepção de cidade não deve partir unicamente como um elemento de representação simbólica e imaginária – embora este seja significativo –, mas sim, ter em suas bases a percepção do espaço real e concreto. Nesse aspecto, alguns dos impedimentos ao progresso das cidades piauienses estavam relacionados, conforme os discursos oficiais, a problemas ligados ao capital como a fragilidade orçamentária dos cofres piauienses. Dessa maneira, há uma dialética ou uma interpenetração entre o aspecto material e o simbólico da cidade.

As conexões existentes entre a cidade e as relações sociais se fundamentam inserindo-se no próprio espaço, ao mesmo tempo em que tais relações o produzem em um processo constante, dinâmico e diferenciado. Nesse aspecto, se a cidade é uma “construção” e “reconstrução” feita por homens (agentes), é necessário lançar mão de um olhar sobre tal cidade no intuito de visualizar as lógicas culturais que implementaram e implementam essa construção, levando em consideração que

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deteriorização de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar entretanto que, a cada transformação do espaço, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e

condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado (CORRÊA, 2000, p. 11).

Ao elencar os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, Lobato Corrêa chama a atenção para o fato de que, mesmo havendo conflitos entre esses segmentos, há também interesses comuns, especialmente entre os três primeiros, que utilizam estratégias que variam no tempo e espaço e que as contradições fazem parte do processo de constituição espacial, como é o caso da especulação e da segregação. A especulação interessa bem mais aos proprietários fundiários, pois com a retenção das terras geraria uma certa escassez, o que ocasiona o aumento do preço dos terrenos. Isso promoveria um conflito entre proprietários industriais e fundiários, que faz surgir o papel do Estado como mediador das transações conflituosas. O poder público assume, assim, uma importante função social. Suas falas, portanto, expressam a construção discursiva do centro do poder político em suas dimensões macro, mas não eliminam a possibilidade de entender o que se manifesta microscopicamente.

Muitas ações vinculadas às decisões do poder público podem ser nitidamente visualizadas nos seus códigos de postura. Para exemplificar, toma-se o Código de Postura do Conselho Municipal de Teresina, de 1912. Tal código retoma a Lei nº 69, publicada no dia 02 de março de 1905. Isso, entre outras coisas, demonstra que muitas condições da infraestrutura e dos costumes da cidade permaneceram, mesmo transcorridos sete anos desde a publicação da lei.

O referido código se direciona a muitos aspectos do cenário da vida da cidade, no tocante à normatização dos costumes na malha urbana. A norma expressa no código de posturas referia-se diretamente ao cotidiano das pessoas. Em seu capítulo VII, são elencadas condutas acerca “do sossego e decoro público e do descanso dominical”. As disposições estavam assim enumeradas:

Art. 100. É proibido, sob pena de multa de dez mil réis.

§1º Fazer vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas e praças, a não ser por motivo de necessidade indeclinável ou pra pedir socorro;

§2º Apitar ou dar qualquer sinal de que usam as patrulhas e oficiais rondantes, exceto nos casos de socorro;

§3º Fazer batuques, com toques de tambor, cantorias e danças, ou com qualquer instrumento, que perturbe o sossego durante a noite, dentro da zona urbana;

§4º Disparar arma de fogo, exceto por dever de serviço público, ou necessidade de defesa própria.<sup>5</sup>

Percebe-se uma forte preocupação com o controle das badernas e das algazarras que pudessem, conforme os preceitos do poder público, desvirtuar a paz das ruas da cidade. Em prosseguimento ao controle dos distúrbios do sossego urbano, ainda eram prescritas normas no tocante à moral. Nesse sentido, as principais recomendações eram:

Art. 101. É proibido sob pena de dez mil réis de multa:

§1º Proferir nas ruas e lugares públicos palavras obscenas;

§2º Escrever ou desenhar nos muros e paredes dos edifícios palavras ou figuras imorais ou obscenas;

§3º Distribuir jornais ou qualquer impresso e gravuras de desenhos ofensivos à moral e à decência;

§4º Praticar em público atos ou gestos reputados imorais e indecentes;

§5º Andar em público em completa nudez ou com trajes indecentes;

§6º Tomar banhos nos portos e fontes públicas ou despidos na margem do rio Parnaíba, dentro dos limites da zona urbana, das seis horas da manhã às seis da noite;

Esse artigo deixa transparecer uma sociedade que ainda valoriza certas condutas e valores, que, mesmo diante das transformações pelas quais passava a cidade, não deviam ser solapados e que pudessem prejudicar o bom andamento da vida na cidade. A ordem era um dos pilares de uma sociedade que se pretendia moderna. Essas determinações explicitam traços do cotidiano que permitem visualizar a sociedade daquele momento.

Ao se realizar análises sobre o processo de modernização<sup>6</sup> do espaço urbano, que se espalhou por grande parte do mundo, principalmente no século XIX e início do século XX, incluindo o Brasil, resguardando as devidas proporções, é salutar fazer referências às implicações desse processo nos centros urbanos, ou seja, nas cidades, em suas dimensões espacial e, conseqüentemente, social, política<sup>7</sup> e cultural. No caso específico da Primeira República brasileira, isso se evidencia pelo fato de que são as cidades que melhor representariam os projetos de urbanização, como forma de inserção do país em um modelo

<sup>5</sup> Todos os documentos como código de posturas, mensagens governamentais, jornais e textos literários foram redigidos preservando a escrita da época do documento.

<sup>6</sup> O termo modernização é aqui empregado no sentido com o qual opera Marshal Berman(1986), destacando que o termo está associado, de modo geral, às intensas transformações no espaço e na sociedade. A modernização como um “turbilhão” de transformações manifestadas, entre outros aspectos, por meio da urbanização do espaço.

<sup>7</sup> O termo política está sendo vinculado a partir de uma abordagem de uma “Nova História Política”, em suas relações com o social e o cultural, como destacam René Remond(1996) e Jacques Juliard in: Le Goff & Nora(1974).

burguês de vida, a exemplo do que ocorria nos demais países ocidentais, como França e Alemanha.

Contudo, o projeto modernizador brasileiro não foi capaz de eliminar as contradições sociais, não conseguindo atender aos anseios da maioria da população, pois o latifúndio, a exclusão política e a fome ainda existiam e em certos momentos até se fortaleciam. Dessa maneira, as lideranças políticas, não desejando abandonar o estilo burguês, por meio das ações modernizadoras, assumem a postura de, ideológica e simbolicamente, divulgar para a população que a urbanização das cidades é algo que traz enormes benefícios e que pretende satisfazer a todos os indivíduos.

Nesse sentido, observa-se um grande esforço por parte das lideranças políticas em tornar as cidades centros irradiadores de cultura e dos símbolos da vida moderna, impulsionada por políticas progressistas. Em meio a essas tentativas de diminuir os conflitos sociais e de realizar uma construção cultural europeizada, a população não ficou bestializada<sup>8</sup> apenas observando, pois de maneira informal procurou resistir o máximo que podia e as diversas revoltas desse período enfatizam essa postura de não aceitação de qualquer tipo de imposição. As representações sociais oriundas desse projeto modernizador salientam os alcances diferenciados da modernização no imaginário da população.

O projeto modernizador e o padrão cultural impostos pelas lideranças políticas mostravam-se inadequados à realidade social da maioria dos brasileiros, excluídos dos benefícios diretos da urbanização, que privilegiava uma parcela restrita da população. Além disso, no início do século XX, mesmo nos centros urbanos, esses brasileiros viviam, em função da própria infra-estrutura, de maneira tipicamente rural, o que era contrastante com as propagandas do Estado, que falava na chegada de um progresso que não era do usufruto de todos na prática. Isso não implica ignorar as influências que essas transformações permitiram aos segmentos sociais de baixa renda, mas é o reconhecimento de que foram mais limitadas do que propunham em seus discursos para esses grupos. As influências deram-se principalmente na esfera cultural.

Percebe-se, então, que a história das cidades e a história da cultura, especificamente nas duas primeiras décadas do século XX no Brasil, mesclam-se e criam um elo para a compreensão dos aspectos político-sociais desse momento histórico. Nos centros urbanos encontrar-se-á a efervescência das transformações socioculturais, bem como as contradições

---

<sup>8</sup> Nicolau Sevcenko(2000) chama atenção para os usos e contra-usos do termo, enfatizando que a população não estava totalmente alheia aos acontecimentos, mas sim desenvolvia “táticas” para lidar com ações político-administrativas do Estado.

inerentes dessas mudanças, principalmente por se tratar de um projeto em que se buscava um modelo cultural diferente daquele vivenciado pelos brasileiros. Em função disso é que

O esforço de articular a cidade e a cultura serve como um exercício de busca de entendimento da realidade social, realidade essa contida de relações históricas, de luta e de poder, pois o exercício de decifrar enigmas na cidade é desenraizar marcas contidas nos territórios urbanos, nas formas de apropriação da terra e nas mudanças culturais dos diversos grupos sociais. Olhar e buscar a história dos lugares, dos bairros e da própria cidade é (re) descobrir as raízes que sustentam os pilares das formas presentes (FAÇANHA, 2003, p. 78).

Seguindo o mesmo esforço de entendimento da imbricada relação entre cidade e cultura, para a compreensão da esfera social, pode-se abstrair que as raízes das formas presentes da sociedade manifestam-se em sua memória e em seu imaginário. Ambos expressam a profundidade das marcas criadas pelos fatos e acontecimentos nos grupos sociais. A imagem e a idéia que os sujeitos externam sobre seu meio circundante, isto é, sobre a cidade, são frutos dos acontecimentos que se desenrolam nesse meio e do alcance que têm na vida dos indivíduos. O que ocorre é uma relação estreita entre cidade e cultura, pois há uma influência mútua. Em dados momentos e situações, dependendo da configuração histórica, a cultura é que direciona os planos de organização e desenvolvimento das cidades. Pode acontecer o fato de os projetos de urbanização terem conseqüências diretas sobre a formulação cultural de grupos sociais distintos.

Entretanto, o que mais ocorre, e isso é o mais lógico, é uma influência dialética entre a cultura e a cidade, pois ambas são construídas pelos mesmos agentes do processo histórico. As cidades não existem apenas pela ação das lideranças políticas e sim em conjunto com as relações sociais que ali se desenvolvem, com suas tensões, negociações e diálogos, confirmando o que Michel de Certeau (1994, p. 171) afirma quando se refere à cidade como uma “ficção que cria leitores, que muda em legibilidade a complexidade da cidade e fixa num texto transparente a sua opaca mobilidade”.

Dessa maneira, estudar e interpretar a história das cidades é, além de se apreender as manifestações da cultura, captar os efeitos do imaginário e da memória, que contribuem para a existência das práticas<sup>9</sup> sociais presentes. Com o cuidado de não cair em anacronismos, lançar olhares para eventos passados abre a possibilidade para que se compreenda melhor as razões de acontecimentos de uma sociedade atual.

---

<sup>9</sup> O conceito de prática é aqui trabalhado como as diferentes formas de fazer e agir dos indivíduos em meio a um repertório cultural reinante. São as diferentes maneiras que os indivíduos empregam para não serem totalmente capturados por um discurso ordeiro.

O interesse pelas cidades, por parte das lideranças políticas, pode ser referendado já no século XVIII quando a Coroa Portuguesa procurava imprimir uma administração mais atuante e direta em suas áreas de expansão colonial. Aqui, pode-se incluir o Piauí, que possuía uma política ruralista muito forte e que fugia ao controle da administração metropolitana. Seguindo esse ideal, “um dos mecanismos para alcançar esse intento era a criação de cidades, instrumento civilizatório, onde a cultura européia deveria se impor, levando as populações sertanejas a romper com a lógica organizacional da cultura dos silvícolas” (CASTELO BRANCO, 2002, p. 298). Isso fica bem mais evidente quando se percebe que

A valorização dos espaços urbanos não ficou apenas nos grandes centros do país. A idéia de progresso importada da Europa, juntamente com uma série de outros valores, espalhou-se pelo país, e as cidades brasileiras, mesmo as que não figuravam entre as mais ricas e prósperas, queriam, de alguma forma, também participar das mudanças que estavam em curso no mundo. Ignorar a onda de novos costumes e hábitos urbanos que chegavam seria dar um atestado de povo atrasado e inimigo do progresso e, assim, condenar-se a viver no passado (CASTELO BRANCO, 1996, p. 33).

Contudo, os padrões de desenvolvimento das cidades e da cultura, nessas áreas de expansão colonial, não levavam em consideração a realidade política, social e econômica dessas regiões. Isso contribuiu para o fracasso desse projeto no século XVIII, em grande parte do Brasil, incluindo o Piauí, respeitando as especificidades, o que deixou marcas na história local. No final do século XIX e no início do século XX vê-se esse projeto ser reativado, sobretudo pelas intervenções governamentais, tendo ressonâncias na vida da cidade.

### **1.1 (Re) construção do espaço urbano: política e modernização no cenário piauiense**

O projeto modernizador e civilizatório das cidades é retomado, no Piauí, na personificação de José Antônio Saraiva, o então presidente da província em 1850. Saraiva tinha a convicção de que o desenvolvimento e o progresso só seriam alcançados no momento em que se transferisse a capital para as margens do rio Parnaíba. O poder público assumiu a tarefa de incentivar as forças produtivas, visto que a esfera privada não seria suficiente para tal intento. Com a navegabilidade do rio Parnaíba e o aumento da produção, especialmente a extrativista, no final do século XIX, os intentos de Saraiva mostraram-se plausíveis.

Esse desenvolvimento produtivo e econômico atraiu inúmeros imigrantes para as cidades ribeirinhas, promovendo um significativo aumento populacional e gerando uma série de necessidades de (re)estruturação dos espaços. Esse fenômeno demonstraria o caráter excludente inerente a essa ação modernizadora da cidade e suas ressonâncias culturais, ao passo que

Teresina, a nova capital, foi alvo preferencial dos investimentos públicos e privados que objetivavam investir na infra-estrutura urbana, o que se fez com dificuldades e atendendo principalmente às demandas e interesses da elite local (CASTELO BRANCO, 1996. p. 33).

O caráter elitista desses investimentos na infra-estrutura urbana demonstra o aspecto simbólico contido no processo de modernização da cidade de Teresina. As melhorias urbanas eram feitas e divulgadas nos jornais e mensagens governamentais, mas a maioria da população não usufruía plenamente de tais benefícios, como é o caso da água encanada e dos serviços médicos. Com a chegada do Bonde, como ressalta Pedro Vilarinho(2002), a face segregadora do “progresso” se fez notar mais nitidamente. Para não terem de dividir o mesmo espaço com pessoas pobres, as elites locais, estrategicamente criaram um segundo vagão para o acesso da população humilde. Era o “rebocão”, que assumiu duas funções: a primeira foi isolar a população pobre; a segunda foi, ao permitir o acesso ao bonde, mascarar sua existência segregadora. Dessa maneira, esse desenvolvimento era divulgado para a população como conquistas efetivas, possibilitadas e concretizadas pelas ações modernizadoras. Entretanto, pela forma como se deu, elitista e segregadora, tal modernização mostrava-se autoritária e impositora, incluindo-se no quadro nacional, no qual aparecia a forte tendência de reformas urbanísticas de algumas cidades brasileiras. Parafraseando Certeau (1994, p. 171), os “praticantes ordinários da cidade” ficam excluídos de usufruir de todos os seus benefícios. Nessa perspectiva, nota-se que

Essas imposições fizeram com que o progresso chegasse a muitos lugares como conquistador ditando normas, costumes, solapando e condenando formas de viver e pensar tradicionais. Seduzindo de forma mágica os mais deslumbrados com as suas possibilidades e colocando os recalitrantes na posição de anacrônicos (CASTELO BRANCO, 2002, p. 299).

As características de imposição e de sedução são marcantes durante o processo de formação do ideário modernizador. Havia aqueles que, mais diretamente afetados pelas exclusões e autoritarismos, negavam e questionavam tal fenômeno, nos moldes em que se

apresentava. Havia outros, que seduzidos pela “propaganda” estatal sobre o novo regime e a modernização, aceitavam mais facilmente a vinda das transformações e mudanças. Essa “cidade panorama” apresenta em seus cheios e vazios um texto urbano que se escreve, sendo que apenas alguns podem escrevê-lo e lê-lo enquanto outros não, como já enunciava Michel de Certeau (1994) ao falar das caminhadas pela cidade. As transformações urbanas, seus usos e contra-usos constituíram novas formas de sociabilidades, expressas no vestuário, no lazer e também no próprio morar (LEMOS, 1999).

Mesmo com todas as tentativas de tornar Teresina uma capital que seguisse os modelos de cidade burguesa, em princípios do século XX a cidade ainda apresentava fortes traços rurais. Entretanto, entre o final do século XIX e início do século XX observaram-se algumas mudanças, como é o caso da iluminação pública com lampiões de cobre (1880); abastecimento de água canalizada, no governo de Arlindo Nogueira (1903); a criação do serviço telefônico (1907); a instalação da luz elétrica, inaugurada por Miguel Rosa (1914).

Os jornais divulgavam à população o progresso que chegava à cidade, na qual a vida das pessoas também acompanhava as mudanças, pois a noite era mais brilhante com seus cafés e cinema, dando novo ritmo à vida cultural da população. Novas sociabilidades são configuradas a partir de novas práticas e novos usos atribuídos ao espaço urbano.

O que se deve enfatizar é que essas inúmeras realizações urbanísticas continuavam a excluir a maior parte da população, que continuava sem ter acesso ao abastecimento de água, sem iluminação elétrica, sem melhorias habitacionais, principalmente pelo fato de não poderem pagar pelos serviços. O contato com as amarras de pedra, que paralisavam o tempo e o progresso parecia está mais íntimo com a população pobre. Em contrapartida, a cidade de Teresina também se constituía como a cidade da vida política e cultural do Estado, apresentando indivíduos com comportamentos semelhantes a um estilo de vida pautado na abundância. Isso se justifica pelo fato de que, em geral, as elites políticas também eram os intelectuais que tiveram contato com outras culturas e com outros espaços.

Enquanto isso, a maior parte da população estava sujeita a uma instrução pública deficiente, o que contribuía para sua proximidade com percepções mais tradicionais sobre a cidade e seus costumes. A cidade era então representada conforme as diferentes formas de contato com a modernização. A cidade de Teresina, em sua modernização ingente do início do século XX foi alvejada por um leque de representações sobre as formas e aplicações de tal fenômeno modernizador. Isso teria contribuído para o reforço, mesmo que sutil, das distinções sociais, visto que “a partilha dos mesmos bens culturais pelos grupos que compõem uma

sociedade suscita a busca de novas distinções, aptas a marcar as distâncias mantidas” (CHARTIER, 2002, p. 76-77).

Dessa maneira, a modernização da cidade de Teresina, como a tentativa de se tornar um bem cultural, foi partilhada de modos diferentes que marcavam distinções entre os grupos sociais. A modernização, por esse viés, não se manifestou como um processo linear e unívoco, visto que sua partilha, ou melhor, suas representações não eram homogêneas e sim plurais e diversas.

## **1.2 As obras do futuro: obras públicas e gerenciamento espacial**

As mensagens governamentais e jornais do início do século XX enfaticamente mencionavam as realizações de obras públicas diversas como resultado das ações empreendedoras de cada gestão governamental, como sinônimo da aventura contra o olhar petrificante de Medusa.

No que concerne às obras públicas, uma série de argumentos é elencada por muitos governadores e jornais na tentativa de ressaltar as ações efetivadas e sobre o atraso na implementação de alguns melhoramentos. Tais ações e melhoramentos são diversificados, pois giravam em torno de serviços de reparo de prédios públicos, construção de pontes, abertura de estradas, serviços de iluminação pública e de viação férrea, bem como os de abastecimento de água. Os discursos acerca das intervenções governamentais na cidade de Teresina estão em consonância com o que Certeau esclarece quando afirma que a cidade é lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, sendo “ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade” (1994, p. 174).

Assim, os jornais piauienses, em sua maioria, também dedicavam espaço para mencionar algumas dessas obras. O Rio Parnaíba era alvo das notícias jornalísticas, especialmente quando se falava na construção de pontes que possibilitariam o transporte sobre ele. No dia 12 de junho de 1921, o jornal *O Piauí* mencionava determinação para a construção de pontes sobre os rios Parnahyba e Poty, dizendo que “subiram à sanção do presidente da República os decretos sobre construção das pontes sobre os rios Parnahyba e Poty que deve ser iniciada sem demora” (p. 07). Essa discussão percorre a década de 1920, uma vez que, em 1928, o jornal *O Piauí* noticiava que “o Sr. Ministro de Viação expediu ordens ao Sr. Inspector das Estradas para iniciar os serviços da ponte sobre o rio

Parnahyba”(p. 09), denotando que essa temática cortou o período, sendo tema recorrente dos discursos governamentais.

Nota-se que as pontes como mecanismos de comunicação entre as diferentes localidades do Estado são assunto cativo nos discursos dos representantes governamentais. A exemplo disso, verifica-se, no relatório em que Raymundo José Vieira da Silva passou a administração da província do Piauí ao 2º vice-presidente Firmino de Souza Martins, no ano de 1889, a evidência da necessidade de aceleração nas obras da Ponte do Riacho S. Domingo, bem como a construção das Pontes dos Cavallos, do Riacho Fundo, do Riacho Marimba e da Ponte do Riachão. O presidente determinava que as atividades para a efetivação de tais pontes ficassem a cargo de pessoas vítimas da seca. A seca era assunto recorrente nas mensagens do então presidente da província Raimundo José Vieira da Silva, em 1889. Suas determinações para a realização de obras públicas diziam que fossem empregadas pessoas vítimas da seca, assemelhando-se ao que depois chamariam de “frentes de serviço”.

Assim foi estipulado que, para a construção das duas torres da Igreja Nossa Senhora do Amparo; que a construção do patamar da Igreja São Benedito; que a construção de várias pontes; bem como a construção de estradas e reparos nos prédios públicos só seriam empregadas pessoas assoladas pela seca. A seca se prolongava e deixava seus rastros de fome e perseguição. Em 1903, o governador Coriolano de Carvalho e Silva, fazendo menção ao decreto de 4 de outubro de 1902 pelo qual o presidente da república destinava verba para a construção de poços artesianos, açudes e represas para amenizar os efeitos drásticos da seca, diz que deveriam ser empregados nessas obras os flagelados da seca.

A seca de 1877-1879 contribuiu para a composição do cenário da cidade de Teresina, pois inúmeros migrantes, fugindo da seca, aglomeravam-se na capital do Piauí. Isso agravou a frágil situação da cidade, que contava com uma população miserável. A presença dos migrantes complicou a situação, pois

A esta população se juntavam os pobres da cidade, que moravam no subúrbio, em precárias condições de sobrevivência, ou mesmo debaixo de árvores à margem do rio Parnaíba ou pelas ruas e praças, onde mendigavam a caridade pública. A marginalidade social tornava-se explícita na cidade de Teresina, que, neste momento, dava passos no processo de modernização (ARAÚJO, 1995, p. 13).

A partir de então, uma das estratégias para dissolver as aglomerações de pedintes foi estipular que os indivíduos vitimados pela seca seriam empregados nas diversas obras públicas da cidade, bem como de outras cidades do Estado, caso fosse necessário. A seca

continuava assolando o território piauiense e, sobretudo a capital. Isso chamava a atenção das forças políticas, mesmo no início do século XX, pois

Se mais pudéssemos tentar nas circunstâncias actuaes, nenhum outro melhoramento se imporia tanto como o da irrigação de nosso solo por meio de barragens, açudes ou poços que attenuassem os effeitos das sêccas que nos assolam de contínuo (MENDES, A. A. O. *Mensagem*. 01. 06. 1906, p. 21).

A preocupação com a seca iria permanecer até o ano de 1907, pelo menos, visto que Álvaro Mendes retoma o assunto com sendo de grande necessidade alguma ação para sanar os problemas decorrentes da seca. Nesse sentido, o governador diz que

Attendendo a necessidade de reunir dados e elementos para futuros trabalhos contra as seccas, que periodicamente nos assolam, incumbi ao dr. Director das obras públicas de manter nesta cidade ou onde julgasse mais conveniente, um posto de meteorologia, fazendo aquisição dos necessários aparelhos (MENDES, A. A. O. *Mensagem*. 01. 06. 1907, p. 13).

Álvaro Mendes assegurava, para tal intento, que os recursos financeiros do Estado estavam em conformidade com as necessidades para a aquisição dos aparelhos necessários. Os gastos não haviam excedido as previsões orçamentárias e isso dava ao Estado certo fôlego. Álvaro Mendes recorre à repartição de obras públicas que, ainda no ano de 1903, o Estado ressentia-se pela falta de uma repartição de obras públicas, que tivesse pessoal preparado para se encarregar de tudo o que dissesse respeito às obras públicas. O governador Coriolano afirmava ser necessária a instalação de uma repartição dessa ordem que tivesse a tarefa de também fiscalizar todas as obras públicas que tivessem de ser construídas no Estado. Nisso é possível perceber uma inquietação do poder público perante o grau de necessidade da população na época, mas também o reconhecimento da necessidade de um órgão público encarregado de intervir nas questões arquitetônicas e urbanísticas do ordenamento da cidade.

Sobre a função da repartição de obras públicas, terras e colonização, Arlindo Nogueira, no ano de 1902, salienta algumas ações de tal repartição, dizendo que

As obras públicas executadas sob a direção da respectiva repartição tiveram andamento regular, compatível com os recursos do Estado. Foram realizados importantes melhoramentos em diversos edifícios públicos e encitada a construção de um palacete no local em que funcionou a estação do Telegrafo Federal. [...] Também sofreram conceitos o edifício em que

funciona o Lyceu Piauiense e os das Secretarias de Estado da Fazenda e Polícia e Tribunal de contas. [...] Foi iniciada a construção de um coreto de madeira na praça Marechal Deodoro, destinado à tocatas da banda de música do corpo militar de Polícia e realizados pequenos concertos dos edifícios da typographia oficial e casa de detenção (NOGUEIRA, A. F. *Mensagem*. 01. jun. 1902, p. 27).

Pelo exposto, observa-se que as intervenções dessa repartição limitavam-se a reformas ou reparos em edifícios públicos e não se destinavam a construções relativas à infra-estrutura necessária aos problemas e dificuldades enfrentados pela maioria da população.

No prosseguimento da mensagem governamental, ainda são mencionados alguns reparos, que, conforme Arlindo Nogueira, eram inadiáveis, em outros prédios públicos como o palácio do governo e parte da câmara legislativa.

Em ano posterior, Arlindo Nogueira alerta em mensagem à Assembléia Legislativa que por causa de um orçamento que teria atingido mil contos de réis, onerado, além disso, por uma “pesada dívida flutuante”, era impossível ao Estado atender os anseios materiais da população. Dessa forma, Arlindo Nogueira ressalta que “por isso, apenas foram executadas algumas obras na capital e estas ainda reduzidas a simples concertos nas repartições públicas e a conclusão do palacete contíguo à assembléia legislativa”.

Em meio à escassez de recursos financeiros, o discurso oficial advoga em favor da idéia de que os desejos mais amplos da população não poderiam ser prontamente atendidos, mas os “simples concertos” dos prédios públicos. A repartição de obras públicas passou a ser alvo de questionamentos tendo sido concebida, pelos administradores da época, como um setor público cuja atenção deveria ser redescoberta, pois

Entre os diversos ramos da administração, que reclamam especiais cuidados e até mesmo algum sacrifício, está com razão o departamento das obras públicas. Motivos de ordem superior impediram-nos de realizar mais importantes serviços do que a conclusão dos grandes reparos no edifício e poço da detenção, a reconstrução da ponte do Riacho dos Cavallos, e pequenos concertos em outros próprios estaduais (MENDES, A. A. O. *Mensagem*. 01. jun. 1906, p. 29).

Os próprios discursos oficiais assumem sua fragilidade no combate aos problemas mais prementes da população piauiense no período, reconhecendo o grau de afastamento entre suas realizações e as necessidades apresentadas pelos piauienses.

As dificuldades enfrentadas pelo poder público para tentar implementar maior eficácia e agilidade aos serviços de obras públicas é uma constante nas mensagens governamentais. O

olhar de Medusa fez-se sentir mais forte e tomou corpo, em geral, na escassez orçamentária dos cofres públicos que acompanha a história do Piauí ao longo das três primeiras décadas do século XX, pois é recorrente o fato de o mesmo poder público reconhecer a limitação de sua intervenção em benefício da sociedade. É o que afirma o governador do Estado do Piauí em pleno ano de 1930, assemelhando-se ao já apresentado por seus antecessores.

No que diz respeito propriamente a Obras Públicas, pouco tem sido possível realizar, pelo motivo acima alegado, dada a exigüidade de nossa receita para a manutenção do aparelho administrativo do Estado, e da qual pouco sobra para a realização de obras, muitas delas de imperiosa necessidade (LEAL, J.D.P. *Mensagem*. 01 jun. 1930, p. 22).

Se, como enuncia Paul Veyne (1998, p.268), a história torna-se história daquilo que os homens chamaram verdades e de suas lutas em torno dessas verdades”, ao reconhecerem as limitações da atuação do poder público em assegurar melhorias à sociedade, seus administradores assumem claramente o grau de restrição nesse quesito.

Isso, contudo, não implica que os aspectos positivos não tenham sido evidenciados. Muito pelo contrário, discursos comemorativos ao progresso e ao desenvolvimento são muito mais constantes quando se referem a Teresina do início do século XX.

A cidade tem sido referendada e cantada principalmente pelas suas obras, monumentos e também pelas luzes, pelo brilho que a noite proporciona aos enamorados e aos poetas. A iluminação, por exemplo, é festejada a cada conquista de sua implantação, pois é um dos muitos sinônimos dos avanços e do progresso. Esse melhoramento foi inaugurado pelo governador Miguel Rosa, no ano de 1914. Para o auxílio do entendimento dessa inovação, o uso de fotografias foi de suma importância.

O estudo e o uso de imagens não têm caráter unicamente ilustrativo, mas o que se observa, ou deve-se observar, que as imagens trazem em seu teor mensagens a serem decodificadas e discutidas. Nesse mesmo viés, encontra-se a fotografia, onde a História está manifestada como representação sociocultural, pois há um entrelaçamento entre história, imagem e memória. A fotografia se estende a um vasto campo de imagens que remetem a outras imagens, ao passo que a fotografia traz História ou histórias. O historiador precisa lançar um olhar apurado e se aprofundar nos meandros das significações e dos “mistérios” que estejam embutidos na fotografia. Dessa maneira, a fotografia deve ser encarada como uma forma de linguagem não-verbal que ultrapassa o sentido primeiro da contemplação, pois é preciso vislumbrar a intencionalidade que cerca a imagem (KOSSOY, 1989).

A fotografia representa uma realidade e não é uma abstração, onde o historiador deve aguçar sua percepção visual. Entender o significado da fotografia é perceber que ela surge em um momento de efervescência de inúmeros eventos, fatos e paradigmas como a disseminação da idéia de racionalidade, fé na ciência, o processo de urbanização latente, a formação de classe burguesa delineada. A fotografia como universo visual das representações sociais e fração da realidade contribui para a visualização das ações modernizadoras dos espaços de Teresina. As fotografias como postais de uma cidade expressam os lugares que a sociedade, ou pelo menos uma parcela dela, elencava como os pontos de referência da população e de seu cotidiano. Por esse viés, a fotografia atua como um elemento de arquivamento e das memórias individuais e coletivas da cidade.



Companhia Elétrica de Teresina  
Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 1).

A foto refere-se ao prédio da Companhia de Luz em Teresina. Foi construído e instalada durante o ciclo da maníçoba, como um instrumento para a dinamização da produção. O serviço de luz elétrica foi iniciado no governo de Antonino Freire na capital. A iluminação elétrica foi um dos símbolos do progresso da cidade.

A imprensa do final da década de 1920 destaca os melhoramentos dos serviços de iluminação como um benefício indispensável a uma capital como a cidade de Teresina, que ambicionava ter o *status* de grande cidade, no sentido mais amplo do termo. Nesses termos, os jornais, como significativos entusiastas, destacavam que

Temos o grato ensejo de comunicar ao público, que a partir de hoje, a nossa capital será servida de iluminação elétrica, nas ruas e casas particulares, das 6 horas da tarde às 6 horas da manhã. Era esse um melhoramento que se impunha em nosso meio, porque não se justificava de modo algum, o facto de permanecer a capital às escuras, durante altas horas da noite. Registrando o facto, cumpre-nos salientar que, essa solução resultou de um entendimento pessoal entre o Secretário de Governo e o dr. Diretor das Obras Públicas, por ocasião da visita que aquelle fez hontem à usina de eletricidade (Iluminação Pública. *O Piauí*, 08 jul. 1928, p. 23).

O trecho citado faz notar que a euforia com as transformações da urbanização da cidade ainda era muito marcante pelo fato de que tais benefícios tinham sua efetivação um pouco mais retardada que aquilo que as autoridades governamentais planejavam. Cada avanço era divulgado como um grande salto rumo ao progresso das cidades. Seu anúncio quer atenuar as dificuldades enfrentadas e evidenciar seu brilho, semelhante ao que era comemorado com a implantação da eletricidade nas vias públicas. A iluminação da cidade é temática permanente nos discursos oficiais, destacando inclusive a ampliação do horário de sua cobertura como evidencia a Mensagem Governamental em 1929:

[...] o suprimento de energia elétrica foi feito regularmente, não tendo havido acidente de vulto a mencionar. Até 8 de julho, dentro do horário compreendido entre 18 e 1 hora do dia. De então para cá, em consequência de deliberação do Exmo. Sr. Dr. Secretário do Estado do Governo, durante toda a noite, isto é, de 6 horas da tarde às 6 da manhã (LEAL, J. D. P. *Mensagem*. 01 jun. 1929, p. 28).

Dessa forma, a história da cidade e da cultura no período dos momentos iniciais do século XX, é marcada por um projeto modernizador e controlador das cidades e modelador dos costumes dos indivíduos. Todavia, isso não se deu de maneira uniforme, nem atingiu a toda população, alijando cada vez mais aqueles que não faziam parte das elites políticas e econômicas ou a elas não estavam vinculados.

Esse processo de melhoramento das condições urbanísticas da cidade, que se mostrava segregador, é perceptível em outras cidades brasileiras em período relativamente semelhante. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, apresentava uma realidade grandiosa, em termos

econômicos, no início do século XX. Nesse momento, a cidade carioca desfrutava do privilégio de ser o ponto de mediação dos recursos da economia cafeeira e também da sua própria condição de centro político do país. A partir disso, o Rio de Janeiro aparece como um dos principais centros financeiros do mundo, em íntimo contato com o comércio europeu e o americano.

Em função disso, era necessário, conforme as lideranças políticas da época, promover uma remodelação dos hábitos sociais e da estrutura urbana da cidade, que já não atendia às necessidades de uma economia crescente e internacionalizada. Fica evidente, então, que as elites políticas do novo regime teriam que acabar, ou pelo menos disfarçar a imagem de cidade insegura, insalubre e imprópria para novos investimentos, nascendo a onda de remodelação do espaço urbano, por meio de demolições e de intensificação e rigidez na vigilância sanitária e médica.

Isso fica claro com os alargamentos de avenidas, construção de prédios com modelos europeus e práticas de fiscalização sanitária como a promulgação da lei da vacina obrigatória, aglutinando-se ao descontentamento populacional, desencadeando o conflito conhecido como Revolta da Vacina, em 1904. Os cegos “modernizadores”, como destaca Sevcenko, buscavam modelos do outro lado do Atlântico para acabar com a imagem da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como “túmulo dos estrangeiros” (SEVCENKO, 2000, p. 60).

Em territórios piauienses, a preocupação com os viajantes fez surgir um discurso hoteleiro, que pretendia ser um atrativo a mais para aqueles que pretendiam passar pela capital. Tais hotéis eram mencionados como os mais luxuosos e acolhedores, dando à cidade de Teresina o aspecto de ponto irradiador de conforto.

As inaugurações de alguns hotéis eram divulgadas nos jornais tentando enfatizar os benefícios de um bom estabelecimento, com bom atendimento e variedade como aqueles dos quais se tinha notícia em outros Estados do país. Nesse furor, a inauguração do Hotel 15 de Novembro é assim descrita:

Inaugura-se hoje mais um restaurante nesta capital, de propriedade dos Srs. Polybio Braga e Comp. A necessidade de que se ressesse esta cidade de um estabelecimento em ordem a proporcionar todas as commodidades e diversões aos viajantes e os habitus do bom gosto, já se fazia sentir entre nós. Ao que nos consta o novo hotel offerece todas as vantagens de um estabelecimento no gênero, pelo asseio, promptidão e variadíssimo estoque de conservas e bebidas que dispõe. O prédio em que se instalou é colocado em uma das principais ruas da capital, tem cômodos vastos para uma hospedaria de primeira ordem e obedece a condições higiênicas, que nada deixam a desejar. Que a nossa população saiba corresponder aos esforços

dos dignos proprietários do 15 de Novembro, são os votos que fazemos (Hotel 15 de Novembro. *O Monitor*. 15 nov. 1906, p. 13).

O luxo, elegância, bom gosto e conforto. Esses eram os adjetivos mais utilizados pelas propagandas dos hotéis que se instalavam em Teresina. Dentre tais estabelecimentos, ainda tinha-se o Coroatá Hotel, sobre o qual a imprensa dizia que

Os viajantes encontrarão neste estabelecimento todas as comodidades – prédio muito bem arejado, todo iluminado a carboreto, um belo salão de bilhar, e um botequim ricamente montado, bons banheiros e refeições de primeira ordem, porém só aceitam passageiro de primeira classe (O Coroatá Hotel. *O Piauhy*, 20 mar. 1921, p. 04).

O referido hotel mostra-se, no discurso jornalístico, como lugar de sofisticação e espaço no qual as sociabilidades são catalisadas por conta dos jogos e diversões que oferece. No entanto, vale ressaltar que se trata de um ambiente de acesso para poucos, pois o *status* de “primeira classe” era taxativo.

Teresina parecia estar fervilhando com a presença de viajantes. Talvez por ser o centro das decisões políticas e administrativas e por ser forte referencial da vida comercial do Estado. Para valorizar sua condição de capital, os discursos que propagandeavam os hotéis da cidade giravam em torno do conforto e comodidade. O Hotel do Norte assim era apresentado em jornais:

É o melhor da cidade. Em local próximo ao porto de embarque, é, de muita conveniência para os viajantes. Prédio arejado é, indubitavelmente agradável. Localizado no melhor bairro commercial, onde há maior actividade; recommenda-se ainda pela fidalguia do tratamento. As famílias aqui encontrarão uma bella hospedagem. Aceitam-se, apenas, hospedes de primeira classe. Preços módicos, cozinha de primeira ordem, promptidão e asseio no serviço (Hotel do Norte. *O Piauhy*. 23 jun. 1921, p. 04).

Pelo exposto no trecho citado, Teresina realmente possuía um comércio no mínimo atraente, visto que era importante a localização do estabelecimento, pois quanto mais próximo do porto de embarque e dos bairros comerciais, mais cômodo seria para o viajante. Os hotéis como o *Coroatá* e o *Hotel do Norte* faziam questão de exigir pessoas de “primeira classe” como sendo seus visitantes. Isso reforça o caráter segregador das melhorias e do progresso pelos quais a cidade passava.

### 1.3 Cenas e Encenações: o teatro e o cinema no cotidiano da cidade

Outro espaço de sociabilidade que era visto como símbolo da modernização era o teatro<sup>10</sup>. Não é de se admirar que no fim do século XIX um dos lugares mais esperados pelos piauienses era o teatro, pois as obras demoravam a serem concluídas, visto que “as obras desse edifício estão em andamento” (BESOURO, Gabino. *Mensagem*. 19 out. 1890, p. 18). A demora na conclusão do teatro público da capital tornou-se uma questão imprescindível nas ações governamentais, como destaca o governador Coriolano de Carvalho e Silva, no ano de 1893. Nesse ensejo, o governador afirma ter aberto um extraordinário crédito junto à União para o término das obras. Coriolano justifica-se aos membros da Assembléia afirmando que

Este meu acto, para o qual peço a vossa aprovação, foi baseado no fato de não convir adiar por mais tempo a conclusão dessa importante obra, e ainda mais porque o Estado muito pouco tem concorrido para que esta capital seja dotada com este centro de diversão pública (CARVALHO E SILVA, C. de. *Mensagem*. 08 jun. 1893, p. 30).

Essa preocupação de incorporar-se à modernidade vai atravessar o século XIX e chegar ao século XX. A sedução do novo tornou-se uma constante e mais presente nas primeiras décadas do século passado. O início do século XX marcou-se pelas transformações e pelas ressonâncias de tais mudanças na vida das pessoas, cujo ideário de modernização esteve mais presente no imaginário das lideranças políticas.

Esses documentos referem-se à construção do Teatro 4 de Setembro, que tem sua história ligada à noite do dia 4 de setembro de 1889. Um grupo de senhoras de Teresina, trajadas com suas melhores roupas, saíram da casa de Dona Lavínea Fonseca e rumaram para o palácio do presidente da província. Esse grupo de senhoras pretendia solicitar do então presidente Teófilo Fernandes dos Santos que fossem destinadas verbas para a construção de um teatro em Teresina. Tais verbas seriam utilizadas de parte das verbas *socorros públicos*. As senhoras foram acompanhadas dos Drs. Francisco de Sousa Martins e Gabriel Luiz Ferreira. Após uma recepção acalorada, o presidente Teófilo dos Santos disponibilizou trinta contos de réis e propôs que o novo teatro recebesse o nome que até hoje o glorifica. Durante a

<sup>10</sup> Segundo Higino Cunha(1922), “o teatro entre nós é contemporâneo da fundação desta cidade, em 1852. Com a mudança da capital de Oeiras para a antiga Chapada do Corisco, vieram para aqui, também, alguns amadores do palco que, na velha capital, divertiam o público, representando algumas peças” (p. 04). Os primeiros espetáculos na cidade de Teresina aconteciam em casas de particulares. Em 1858 a cidade ganhava seu primeiro Teatro nomeado de Santa Teresa, adquirido pelo Presidente da Província, José de Oliveira Junqueira. Antes da implantação do Teatro 4 de Setembro, na década de 1880 ainda funcionaram o Teatro 24 de Janeiro, o Teatro 6 de Julho e o Teatro Concórdia.

noite daquele mesmo dia houve baile e no dia 14 daquele mesmo mês, a comissão de senhoras ofereceu um baile ao presidente, no Palácio do Governo. Desde cedo, antes mesmo de sua construção, o teatro já modificava a vida da cidade, pois as festas tomaram conta dos entusiastas.

A empolgação com o Teatro repercutiu não somente no cotidiano da população, mas também na imprensa local. O impacto da notícia da construção do Teatro despertou opiniões diversas acerca dos possíveis locais de sua construção. Clodoaldo Freitas (1988), dizia que

Os jornais do tempo divergiam quanto ao local em que devia ser colocado o teatro. A “Phalange” queria que fosse no terreno vazio existente do lado direito da igreja do Amparo, no lugar onde mais tarde, foi edificado o Forum ou no terreno em que está, hoje, o palacete da nova Assembléia Estadual e presentemente funciona a Escola Normal. Prevaleceu o melhor alvitre e o teatro foi colocado em ponto mais central da cidade, como convinha. Mas as obras do Teatro não tiveram andamento em virtude dos acontecimentos políticos que transformaram a face do país a 15 de novembro desse ano. Em junho de 1890, porém, foram iniciadas por uma comissão composta dos cidadãos Barão de Urussuhy, Drs. Simplicio de Souza Mendes e Augusto Colin da Silva Rios, negociante, Manoel Raimundo da Paz e Salomão Bauman. Em 1893, o governador, Dr. Coriolano de Carvalho, abriu um crédito extraordinário de 10: 000\$000 para conclusão das obras do teatro, as quais ficaram sob direção do coronel Manoel Raimundo da Paz. As Exmas. Sras. D. D. Hermelinda Teixeira de Holanda e Lavínea de Holanda da Fonseca, em 1890, ofereceram ao governador Thaumaturgo a planta para o teatro da capital, que lhes ofereceu o engenheiro Alfredo Modrak (FREITAS, 1988, p. 150).

Clodoaldo Freitas, além de mencionar as particularidades que rondaram a implantação do Teatro, mostra os condicionantes políticos que interferiram na concretização das obras. A implantação do teatro partiu da exigência de uma parcela da sociedade teresinense e encontrou na administração pública a possibilidade de sua concretude. As obras de construção do teatro sofreram alguns atrasos, mas no dia 21 de abril de 1894, o administrador da obra, Manuel Raimundo da Paz, fez a entrega solene do Teatro ao governador Coriolano de Carvalho e Silva. Naquele mesmo dia, de meio-dia às 18 h foram abertas as portas do teatro para visitação pública. Desde então, mesmo considerando-se “o tamanho da cidade, suas condições econômicas, as dificuldades de locomoção das trupes de artistas, as complicações para a montagem dos espetáculos” (QUEIROZ, 1998, p. 35) foram muitas as companhias e espetáculos que se apresentaram em diferentes eventos em Teresina.



Teatro 4 de Setembro

Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 2).

Por muito tempo o Teatro foi o ponto de convergência e de referência da vida cultural da cidade. O Teatro tornou-se a efetivação do projeto civilizador da elite teresinense, bem como o símbolo do progresso e da civilidade. Ponto de encontros e festividades, localizado na Praça Aquidabã.

Além das apresentações teatrais, dos filmes, das conferências, dos espetáculos de dança, o teatro abrigava outras atividades não muito corriqueiras na vida da cidade. Segundo Tito Filho (1975), no dia 22 de maio de 1929 a cidade de Teresina entrou em festividade para receber sua Miss Piauí, que tinha representado a beleza da mulher piauiense na cidade do Rio de Janeiro. A Miss, Antônia de Areia Leão, foi recepcionada por Celso Pinheiro na Praça Deodoro da Fonseca. Saíram em cortejo até o Teatro 4 de Setembro, onde houve várias apresentações musicais, teatrais e discursos em homenagem à “loura embaixatriz da beleza piauiense”. No dia seguinte, o Batalhão de Infantaria da Polícia esteve presente no Teatro 4 de Setembro para homenagear a Miss Piauí.

O Teatro era palco para o glamour e elegância, mas também se tornava espaço para a manifestação de atividades pouco comuns, como era o caso de lutas de boxe, visto que no dia 15 de outubro de 1929

[...] houve luta de boxe no 4 de Setembro entre os amadores Artur Azevedo (Leão do Piauí) e José Waquim (Tigre Maranhense). Lotação completa. Muita gritaria para incentivo dos lutadores. Juiz: Diógenes Barbosa. Dez rounds. Registrou a imprensa que nenhum levou vantagem, mas o juiz deu a vitória a José Waquim, o que foi do desagrado da assistência (TITO FILHO, 1975, p. 89).

O Teatro tornou-se o centro das atividades mais diversas da vida cultural da cidade. Nota-se, na foto número 2, a suntuosidade da construção, mas que estava situada em uma rua sem pavimentação. Essa observação é salutar, pois as condições da pavimentação das ruas, em períodos mais chuvosos, dificultavam o acesso ao Teatro.

Para Higino Cunha(1922), o Teatro assumiria duas significações principais. A primeira delas referia-se ao prédio em si, como produto material do trabalho de arquitetos e de operários mecânicos. A segunda significação relaciona-se ao conjunto de obras que são representadas naquele espaço, pois seria “o próprio trabalho dos empregados, dos autores, actores e mais auxiliares de palco” (p. 03). Esse conceito de Teatro é muito importante para que se perceba que o espaço vivido se configura, como destaca Williams(1999), pela fricção entre a esfera material e a esfera imaterial de determinado local. Os lugares que constituem a cidade são vivos e dinâmicos pelo fato de ser movimentados por pessoas com interesses, necessidades e objetivos distintos.

A cidade de Teresina chegava, em fins da década de 1920, com ares de inovação e de avanços. Suas praças são referências para a instalação de hotéis, pois tais praças seriam a garantia da escolha de uma hospedagem rodeada por espaços de diversão e de boemia. O centro da cidade era núcleo do fluxo social e cultural da cidade e isso deu ao Palace Hotel razões para sua instalação e propaganda, pois era

Localizado no centro da cidade, à rua da Glória, nº 37, próximo às praças “Rio Branco” e “Deodoro”. Prédio grande e arejado. Quartos amplos e higiênicos. Cozinha de primeira ordem. Garantindo-se promptidão, muito asseio, e variedade. Preços módicos (Palace Hotel. *O Piauí*. 16 jul. 1929, p. 08).

Teresina apresentava seus hotéis como exemplos de seu progresso e desenvoltura, além de ter esses estabelecimentos como locais de convivências com modelos inspirados em outros estados do país e em outros países.

No Piauí, especialmente em Teresina, os locais de convivência social tornavam-se novos e elegantes, quando os cinemas, os cafés, os clubes, as avenidas largas e as praças

arborizadas, os teatros tornaram-se os locais de expressão das transformações nas duas primeiras décadas do século XX, por meio da revitalização das cidades. Entretanto, muitas dessas transformações não eram usufruídas pelos mais pobres, o que gerava ainda bastante insatisfação por parte da população.

O Clube dos Diários também se tornou ponto de referência para as sociabilidades da época. Inaugurado no dia 31 de dezembro de 1922 foi resultado de uma demanda da elite teresinense por diversão. Assim como o Teatro 4 de Setembro, o Clube dos Diários nasceu da exigência da elite teresinense, mas que teve o Estado como agente gerenciador da obra, pois como lembra Lobato Corrêa (2000), os agentes construtores da cidade, em certos momentos, aliam-se para a concretização de interesses comuns. Nesse espaço começaram a ser centralizados os bailes carnavalescos e algumas mostras literárias e artísticas. Mas foram as muitas festas destinadas a sócios e convidados que marcaram a existência do Clube, que dava à década de 1920 o ar de *glamour*, demarcando ainda mais as distâncias e os espaços entre os membros das elites e a população humilde da cidade.

O cinema é outro grande exemplo da ocidentalização da cultura, incluindo-se como uma forma de lazer moderno. Suas influências na esfera sociocultural tinham grande alcance. Um efeito imediato do cinema observa-se no campo da moda, pois os figurinos europeus, especialmente franceses, são os mais vislumbrados e imitados no início do século XX, em que a elegância e o luxo contrastam com a pobreza galopante da maioria da população piauiense. Dessa maneira, percebe-se que o cinema dominou “muito rapidamente o universo da propaganda e o jornal é um desses veículos privilegiados para a atribuição ao cinéfilo do ‘status’ de refinamento e de distinção social” (QUEIROZ, 1998, p. 91).

O cinema trazia encanto e magia à vida das pessoas. O cinema promovia uma projeção de desejos e de expectativas. O cinema dava um novo roteiro à cidade de Teresina. Cada novidade era anunciada nos jornais com certa empolgação. A Empresa Fontenelle e Cia fazia propagandas como:

Brevemente estreará nesta capital o grande cinematographo falante. É o aparelho cujas projeções são as mais firmes e o modelo único existente no Brasil. Synchronismo absoluto! Extraordinário sucesso! Vistas as mais admiráveis e desconhecidas nesta capital! (Empresa Fontenelle e Cia. *Gazeta*. 12 ago. 1908, p. 07).

Em meio às expectativas da estréia do cinematógrafo da Empresa Fontenele e Cia, segundo Teresinha Queiroz (1998), houve boatos de que poderia ocorrer o desmoronamento do Theatro, mas a estréia foi um sucesso e com casa cheia. As repercussões do cinema no

cotidiano da população são tão significativas que suscitam debates de ordem moral e comportamental na sociedade da época.

Elias Martins(1920), como um representante do segmento conservador da sociedade via o cinema com desilusão e percebia essa inovação como um instrumento fermentador dos males sociais, pois “interesses torpes” teriam desvirtuado o seu propósito instrutivo. Elias Martins assim falava sobre o cinema:

Invento recente e maravilhoso parecia destinado a grandes benefícios; mas como todos os productos das artes e das sciencias foi lançado à feira ignóbil das explorações mais torpes, dando origem a novos males, desacalmados os existentes em legiões mortíferas (MARTINS, 1920, p. 10)

O namoro também teria sofrido certas alterações, pois o erotismo e a sensualidade, marcantes nos filmes, despertariam sensações e comportamentos mais ousados e de um romantismo exacerbado, pois os jovens

Entram por todos os meandros do namoro: trocam perfumadas cartas, significativos apertos de mão, flores e fitas, entrevistas ao jardim, não faltando as juras e amuos de estylo, scenas de ciúmes, freqüentes duellos, por felicidade limitados a insultos e ameaças, a bengaladas e murros (MARTINS, 1920, p. 28).

Os comportamentos dos jovens estariam se assemelhando ao comportamento dos personagens do cinema, desencadeando o surgimento de “duelos”, que, para Martins, felizmente não tinham, ainda, ultrapassado os limites das agressões físicas não tão muito sérias. O cinema também ditava moda não somente nos namoros. As influências do cinema chegavam aos comportamentos e ao próprio vestiário. Conforme Elia Martins(1920), o consumo de roupas, calçados, chapéus, perfumarias, bebidas e “gulodices” teria aumentado vertiginosamente e gerou necessidades que outrora não haviam entre os cidadãos.

Para Martins, tal consumo era desenfreado e demonstrava a proliferação de uma civilização impulsionada pelas futilidades e pelo prazer gratuito, ambos oriundos de um modelo cultural importado que não levava em consideração as particularidades locais. Elias Martins dizia que a moda era a rainha das estações e sempre copiada pelas pessoas. Tal “rainha” era cortejada por todas as classes e idades, sem distinções de sexo, pois o cinema vendia ilusões que não se restringiam a uma classe social. Diferentemente do que pensava Elias Martins, Higino Cunha dizia que os males trazidos com a “arte muda” seriam

infinitamente inferiores aos danos causados pelas avenidas largas e seus automóveis em grande velocidade. Nesse viés, Higino Cunha afirmava que

[...] o cinema, pelos benefícios que produz, zomba de todos os seus antagonistas, mais ou menos eivados do espírito de rotina e dos preconceitos tradicionais e hipócritas. Porque ele é uma força viva e creadora no domínio da arte pura (CUNHA, 1922, p. 17).

Sua defesa dos benefícios do cinema atacava os posicionamentos dos mais conservadores, dizendo serem hipocrisia e preconceito as críticas tão veementes que faziam da “arte pura”. No entanto, de maneira enfática, Elias Martins pretendia dizer que o cinema tentava padronizar os costumes segundo padrões burgueses de comportamento a ponto de que as diferenças sociais sejam maquiadas pelas luzes do cinema. O luxo era concebido como direito comum, cujo acesso devia ser possibilitado para a equiparação dos indivíduos. Nesse sentido, “os excessos de luxo não se circunscreveram às classes abastadas; propagaram-se às camadas inferiores, mascarando-se a pobreza com a púrpura de mentirosa opulência” (MARTINS, 1920, p. 39). O cinema, dessa maneira, assumia um papel de desvio dos olhares sobre as desigualdades sociais, visto que os que assistiam aos filmes buscariam assemelhar-se com os figurinos, gestos e linguajar das telas.

A moda ditada pelo cinema era vista por Martins como uma febre que consumia não somente o corpo, mas a mente e o espírito das pessoas. O culto à estética criava uma geração de indivíduos arrastados pela moda, pois

Os narcisos não se podem conformar com a plástica da natureza, emoldurada pelas exigências da higiene e da razão, deixando-se arrastar pela tyrania da moda, copiando os habitantes das zonas tórridas o último figurino das frias regiões. Passavam entre nós despercebidos, integrados na normalidade corrente, o encontro dos elegantes, vergando espessos e custosos ternos de casimira, ou das jovens e matronas, vestindo preciosas e farfalhantes sedas, em pleno agosto, debaixo dos fogos do meio dia, todos lépidos e bem humorados, como se atravessasse umbrosa alameada, agitada por um suave favônio (MARTINS, 1920, p. 33-34).

As moças e donzelas suspiravam com os galãs dos filmes, mas também ficavam hipnotizadas com os cabelos, as roupas e sapatos que as atrizes vestiam. Queriam viver esse sonho e pelo menos se vestirem como seus ídolos. Na intenção de imitar os padrões do vestuário das atrizes das fitas, as moças da cidade, conforme os mais conservadores, começavam a se vestir de maneira cada vez mais ousada para os costumes de então. A

preocupação de Elias Martins, por exemplo, era que, se as moças estavam ousando nos seus vestidos elas estariam ousando em suas posturas e condutas, visto que

O decote dos vestidos avançando de estação a estação, na petulância de desvendar os segredos do pudor, fez parelha com seu encurtamento, recuando as saias a alarmantes alturas, de modo que na volta das danças, no derriço das atitudes, nas investidas do vento, ou no cruzar das pernas, moderna postura dos salões, os mariantes dos gosos podem suppor-se na ilha dos amores de que nos falla o épico lusitano (MARTINS, 1920, p. 36).

A moda não havia atingido somente as mulheres. Os homens também eram influenciados pelo cinema e pretendiam seguir o rigor e elegância das roupas e acessórios que eram mostrados no cinema. Os comerciantes da cidade sabiam disso e logo propagandeavam seus serviços. Isso pode ser ilustrado com o anúncio exposto no jornal “Gazeta”, de 30 de novembro de 1910, quando diz:

Abre-se amanhã, 1 de dezembro, à rua Álvaro Mendes (Grande) esta importante alfaiataria, para cujos trabalhos veio contractado, do Rio de Janeiro, um optimo talhador da afamada CASA RAUNIER. Os respectivos proprietários previnem que se acham preparados para acceitar encomendas de qualquer espécie, garantindo boa execução e presteza, bem como que acceitam encomendas com o pagamento em prestações mensaes, contanto que as mesmas acompanhem 30% do seu valor, sem o que não poderão ser enviadas.

Os preços serão feitos no acto do contracto, obedecido a tabella do estabelecimento. A ALFAIATARIA MODERNA também se encarrega da confecção de roupas para senhoras. Para isto conta ao seu serviço a competente modesta Madame Magalhães, que dispõe das habilidades as mais completas para o mister da sua profissão (Alfaiataria Moderna. *Gazeta*. 30 nov. 1910, p. 09).

Por esse trecho, percebe-se que a alfaiataria previa demanda para seus serviços, visto que trabalharia também com encomendas e dispunha de alfaiate contratado diretamente do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é referendado, no trecho citado, como um dos principais centros do país e como espaço de civilidade a ser seguido e, por essa razão, anunciar que um alfaiate viria daquela cidade era assegurar a atualidade e a qualidade dos serviços. Tal demanda revela, ainda, que o comércio da cidade estava em processo de desenvolvimento e de (re)definição. Nesse período de intensificação da produção e do comércio em Teresina, encontrava-se em funcionamento a Fábrica de Fiação.



Companhia de Fiação e Tecidos.  
 Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 3).

Nesta foto, de 1910, pode-se notar o grande número de trabalhadores enfileirados em frente à entrada principal da Companhia. O grande número de funcionários posando para a fotografia tenta expressar a grandiosidade do estabelecimento para o progresso da cidade. Isso demonstra, também, que possivelmente havia um excedente de mão-de-obra que, nem sempre, era absorvido pelas não muito numerosas fábricas existentes na cidade. No entanto, a presença da Companhia de Fiação mostra que o comércio de tecido estava em desenvolvimento tanto na cidade quanto no Estado. Algo a ser ressaltado é que a imagem parece não querer chamar atenção para os trabalhadores, mas sim para o prédio e o significado que assumiria na vida comercial da cidade. Dessa forma, as pessoas seriam uma ramificação do próprio estabelecimento.

Outro elemento do processo de modernização representou-se na construção do Passeio Público, em que a Praça Rio Branco exibia sua arborização, seus jardins, seus bancos, seu coreto para que bandas pudessem tocar e alegrar, juntamente com o cinema e os cafés, a vida dos transeuntes. Como destaca Elias Martins (1920), as pessoas saem dos seus lares para sentirem novos ares nos passeios públicos como uma renovada forma de confraternização diferente daquelas vinculadas aos encontros e festividades religiosas. Os interesses estariam na exibição dos trajes copiados do cinema e nos flertes e galanteios pelas ruas da cidade.

#### 1.4 O Piauí nos percursos da modernidade: política, práticas e representações<sup>11</sup>

Essas transformações comportamentais estão ancoradas, também, em uma condição histórica permeada pela alteração política gerada pela passagem do regime político anterior ao republicano. A nova forma de governo gerou controvérsias, despertando paixões e ódios.

Em muitas mensagens governamentais há menções sobre a realidade do regime republicano, destacando seu valor, mas, ao mesmo tempo, afirmando que o Piauí acabou sofrendo perdas com os princípios federalistas, pois o Estado estaria à parte da maioria dos benefícios orçamentários, que ficavam centrados nas regiões Centro-Sul do país.

No entanto, boa parte dos jornais da época enaltecia o regime republicano e fazia associações com seus benefícios modernizadores, com um discurso às vezes evasivo, como se percebe no trecho comemorativo ao aniversário da República:

Passou ontem, a memorável data da proclamação da República brasileira; e passa hoje a em que o nosso Estado aderiu a esta avantajada forma de governo. Na fraqueza da nossa competência e na estreiteza de espaço de que ora dispomos, não é possível selecionar os benefícios que temos auferido, mas, em todo caso, afirmamos que a nova forma de governo tem sido fecundíssima à pátria brasileira (A República. *O Tempo*, 16 nov. 1905, p. 12).

Embora não saiba mencionar seus benefícios, o texto jornalístico denomina de “avantajada forma de governo” a República, afirmando que ela é “fecundíssima à pátria”, sem elencar em quê, nem por quê.

Contudo, o que se observa é que todos esses melhoramentos, decorrentes do processo modernizador, tiveram conseqüências diretas no modo de vida das pessoas, principalmente as pobres, pois os espaços onde transitavam e até mesmo onde viviam, sofriam determinações de organização conforme os planos modernizadores do imaginário dos líderes políticos do Estado.

Sobre esse ideário modernizador, Queiroz(1998) faz uma caracterização de muitas transformações econômicas e sociais que se manifestavam no Piauí desde as duas últimas décadas do século XIX. Conforme seu entendimento, Queiroz salienta que tais transformações culminaram também em mudanças no modo de vida da população. Dentre tais mudanças,

---

<sup>11</sup> A noção de representação, na perspectiva de Roger Chartier, refere-se a uma vinculação com o mundo social e que as representações são determinadas pelos interesses dos segmentos e grupos que as elaboram. São esses interesses que iriam permear os olhares dos governantes, cronistas e literatos e que foram analisados ao longo de todo o trabalho.

tem-se as que se referem ao do lazer, que também expressavam as transformações culturais. Em sentido geral, essas formas de lazer não eram novas, mas novo era o sentido que lhes era atribuído, assumindo um papel de instrumento civilizador e modernizador com novos conteúdos incorporados à cultura. Nesse sentido, o que se observa é que

Na passagem do século, mais precisamente nos anos finais do século XIX e nos primeiros anos do século XX, foi que as novidades modernas e a estupefação face a elas se fizeram mais presentes em Teresina. O “progresso”, materializado em inúmeras inovações utilitárias – que embora não fossem apropriadas pela grande maioria da população, não deixavam de indicar os novos rumos e promessas da Civilização e de gestar novas formas de pensar e sentir – não foi absorvido de forma passiva e pacífica. Cada novidade trazia em si um susto, um movimento de admiração e também um frêmito de medo (QUEIROZ, 1998, p. 32).

Isso expressa bem o caráter de incertezas no qual se inseria a população nesse momento histórico, um misto de angústia e esperança sobre a nova realidade. Principalmente em virtude dessas “inovações utilitárias”, como a iluminação elétrica, o abastecimento de água, o cinema, o teatro, entre outras, não contemplarem a maioria dos piauienses. Segundo Maria Cecília Nunes (2001), o discurso da imprensa jornalística piauiense foi marcante durante a propaganda republicana e na própria implantação da República no Piauí, como formador da opinião pública durante os momentos iniciais do novo regime. Muitas contradições foram reveladas quando a República foi implantada.

No Piauí não seria tão diferente, pois as disputas entre os grupos políticos ficaram em evidência, além de que esse discurso jornalístico teria revelado “a permanência de práticas políticas arcaicas, numa sociedade que se queria moderna, porém sem sentimento republicano e sem concepção de democracia” (NUNES, 2001, p. 230).

A divergência entre as práticas políticas e os discursos durante os primeiros anos da República no Piauí só serviram para ratificar que a história não se apresenta em saltos, e que as transformações ocorrem sem sufocar as permanências. Daí, as variações de enredo conviverem com muitas de suas tradições.

Nos discursos das mensagens governamentais, em geral, progresso, modernidade e regime republicano são relacionados como sinônimos, ora para justificar as necessidades de modernização à luz do novo regime, ora para lamentar as dificuldades orçamentárias do Estado em decorrência da política federalista.

As dificuldades enfrentadas eram repertoriadas alertando que

A República atravessa neste momento o período mais delicado e ao mesmo tempo mais difícil de sua organização. Bem longe estão seus fundadores de supor que em tão pequeno espaço de tempo teriam necessidade de retocar o código fundamental dos nossos direitos, de maneira a adaptá-lo às necessidades de alguns dos Estados que, por efeito mesmo dessa organização defeituosa estão se debatendo n'uma crise latente, cujos remédios não podem por mais tempo ser adiados (CARVALHO E SILVA, C. de. *Mensagem*. 08 jun. 1893, p. 31).

Essa assertiva do Governador Coriolano pode ser referendada com o que afirma Nicolau Sevcenko (1999), que diz que de 1889 até 1904 o país passava por turbulências econômicas e sociais em decorrência dos rearranjos políticos promovidos pela mudança do regime. Segundo o governador Coriolano de Carvalho e Silva, era uma tarefa difícil fundar ou radicar instituições para um povo cujo espírito estava inda imbuído de valores do regime suplantado. Regime este considerado obsoleto segundo sua ótica. Para o governador, a extensão territorial do país e a forma federativa teriam posto alguns Estados da União, como é o caso do Piauí, na contingência de não se manterem com orçamentos próprios. As transformações deveriam ser prementes como ele salienta em sua Mensagem à Assembléia Legislativa.

As dificuldades orçamentárias ressoariam também na vida comercial dos estados da federação. Nesse sentido, apesar de ter sido promulgada a lei n. 10 de 21 de julho de 1892 que criava uma junta comercial no Estado, no ano posterior, ainda não tinha sido possível regulamentar tal lei para a sua execução. Esse atraso na regulamentação na lei era justificado por Coriolano Carvalho em função da falta de crédito necessário para custear o pessoal da secretaria da mesma associação. Ainda era destacada a falta de recursos que concorressem para a instalação de empresas que pudessem explorar as riquezas do Estado. Segundo o governador Coriolano, essas deficientes circunstâncias eram desanimadoras, pois

Essa espécie de marasmo em que temos vivido até hoje, trouxe-nos como consequência natural uma completa paralisia no nosso meio social, de maneira a continuarmos a esperar tudo do governo, como se essa entidade só por si fosse capaz de dar remédio aos males que nos assoberbam (CARVALHO E SILVA, C. de. *Mensagem*, 08 jun. 1903, p. 12).

O discurso era o de que para alcançar e manter a autonomia do Estado, para superar o ostracismo econômico e financeiro, todos deveriam assumir uma postura mais ativa e de menos dependência ao governo central. Além disso, quando este governador enfatiza que o Piauí vivia num marasmo até então, insinua que a partir de sua administração tal postura, que

era sinônimo de atraso, seria superada por seu governo, mostrando-se como representante da modernidade.

Anos mais tarde, após a lei que determinava sua fundação, a junta comercial não se mostrava efetiva no melhoramento das atividades comerciais, visto que “a experiência tem demonstrado que a junta comercial deverá ser extinta, voltando o seu expediente, como anteriormente, para a secretaria do Tribunal de Justiça” (VASCONCELOS, R. A. de. *Mensagem*. 01 jun. 1897, p. 36).

O comércio piauiense, pelo desenvolvimento que tinha alcançado até aquele momento, já reclamava tal melhoramento que iria auxiliar no aprimoramento de suas relações com os demais núcleos comerciais da União. Além da implementação da junta comercial, tinha-se grande empenho para se convergir esforços para tornar efetiva a cobrança das rendas públicas, de modo a evitar o contrabando, que continuava a se fazer em grande escala, principalmente com as faturas comerciais e as exportações, sobressaindo a do gado, uma das melhores fontes de renda do Estado.

Nessa mesma esfera, a lavoura jazia em péssimas condições porque não havia auxílios que pudessem fomentar a indústria, deixando de explorar as produtivas fontes de riquezas naturais do Estado. Nessa configuração, na qual reinava as dificuldades para o comércio e a indústria, e que relegavam o Estado aos mais baixos índices de desenvolvimento, a situação era que

O commercio, que podia em parte concorrer para fazê-lo está lutando também com grandes dificuldades; a lavoura, sem braços e sem esperanças de os conseguir tão cedo, vai se estorcendo nas ânsias de uma agonia contínua e cada vez mais crescente (CARVALHO E SILVA, C. de. *Mensagem*. 01 jun. 1896, p. 15).

Além disso, a exportação de gado fazia-se mais comumente pelos municípios que extremavam com os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Nesses pontos mais distantes dificilmente podia-se ter uma ação efetiva das autoridades fiscais. Segundo o governador Coriolano, isso se fazia sentir não somente pela dificuldade das comunicações, mas também, pela condescendência de alguns agentes do fisco com os vendedores e exportadores do gado. As diversas ações das autoridades não eram suficientes para frear o contrabando, o que causava sérios danos ao comércio piauiense.

Duas medidas estavam por serem tomadas para a eliminação desse entrave ao desenvolvimento do Estado. A primeira determinava que o vendedor do gado seria o

responsável direto pelo imposto e a segunda medida seria a criação de um “sistema de barreiras”, que seria composto por pontos obrigatórios, por onde os exportadores fariam sair o gado destinado aos diversos pontos consumidores. O governador Coriolano então advertia que se essas duas providências não lograssem êxito e não dessem os resultados desejados, o contrabando só seria extirpado com a reforma nos costumes ou quando os piauienses atentassem ao fato de que a autonomia do Estado só se solidificaria com o sacrifício de todos e sem artimanhas escusas.

Nesse sentido, a indústria pastoril, da qual o Estado sempre se orgulhou por tê-lo mantido entre os maiores exportadores do país, estava em situação de precariedade. A configuração política e econômica dos primeiros anos após a implantação do novo regime contribuiu para que

A indústria pastoril, que em outras épocas ostentava certo grão de florescimento caminha hoje para a decadência; ainda assim é devido exclusivamente ao elevado preço em que se tem mantido o gado nestes últimos annos que a bancarrota ainda não nos bateu às portas (CARVALHO E SILVA, C. de. *Mensagem*. 01. jun. 1896, p. 17).

Essa herança de dificuldades, oriunda das crises políticas dos primeiros anos do regime republicano contribuiu para o desenvolvimento muitas vezes atropelado do comércio e da indústria no Estado. O comércio de Teresina buscava-se inserir nos diferentes aspectos da vida moderna, como as propagandas de hotéis, restaurantes e fábricas demonstravam. Era um comércio que estava ligado ao lazer, à moda e ao luxo que eram importados dos padrões circulados em outras cidades brasileiras e européias. E o comércio de artigos de primeira necessidade, como os artigos alimentícios? A cidade de Teresina, como tem sido mencionado ao longo deste estudo, apresentava seus lampejos de vida moderna, mas ainda preservava muitos traços de uma cidade acanhada, ou melhor dizendo, ligada às suas tradições. Isso se manifestava também na vida comercial, pois ao lado da existência de hotéis de luxo, lojas de roupas, alfaiatarias e restaurantes havia o comércio mais popular. Tal atividade foi prevista para ser gerenciada no espaço do Mercado Público situado na Praça da Constituição.

O código de posturas do município de Teresina, do ano de 1912, baseado na lei n. 69 de 1905 dedica alguns artigos para o comércio dos bens alimentícios na cidade. A quase totalidade do que prescreve o código acerca desse tipo de comércio refere-se ao comércio de carne, principalmente de origem bovina. Nesse aspecto, os principais ditames da lei determinavam que

Art. 105. Fora do mercado público ninguém poderá abater rezes para o consumo público da cidade, sem licença especial da Intendência. Ao infrator, a multa de vinte mil réis.

Art. 106. As rezes destinadas ao consumo público devem ser mortas a chuço e sangrada.

Art. 107. Não poderá ser abatida rês alguma que esteja doente, cansada ou extremamente magra. A carne da rês que chegar ao matadouro morta ou moribunda não será exposta à venda, mas queimada ou enterrada. Ao infrator, a multa de cinquenta mil réis.

Art. 108. A matança do gado para o consumo público será feita à tarde, não podendo, porém, começar antes das quatro horas, e devendo o gado ter descansado no curral, pelo menos, duas horas.

§ único. Só se concederá licença para matança do gado fora das horas determinadas neste artigo, quando no caso de falta, nos currais, de rezes suficientes para a matança do dia. Ao infrator, a multa de trinta mil réis.

Art. 109. A carne será conduzida do matadouro para os talhos, depois de cinco horas da tarde, e em carros de molas, fechados com rotulas, e, sendo isso absolutamente impossível, em costas de animais convenientemente aparelhados; pendurada a carne em ganchos, de ferro polido.

Art. 110. As vísceras ou miúdos não poderão ser conduzidos do matadouro no carro conjuntamente com a carne.

Art. 111. Só é permitida a venda de carnes nos talhos designados pela Intendência. Ao infrator, a multa de vinte mil réis.

Art. 112. Os talhos, onde for vendida a carne, não conterão mais que uma balança e deverão ser fechados com grandes para que o ar se renove com facilidade.

Havia uma nítida preocupação com a criação, o abate, a venda e o consumo da carne na cidade. Nota-se que havia o gerenciamento, a cargo da Intendência, dos espaços para a venda da carne, destinando como local apropriado para tal atividade o mercado público. Além do controle evidente dos espaços e das condutas, os artigos mostram a preocupação com os aspectos da higiene e das condições de venda da carne. A forte presença desse produto na cidade remete-se à longa tradição do próprio Estado como produtor e fornecedor de gado bovino. Esse tipo de comércio convivia com as lojas de roupas, as alfaiatarias, restaurantes e hotéis que remetiam a um estilo moderno de vida, que se instaurava na cidade.

É em meio a esse mosaico que, no dia 28 de junho de 1927, o jornal *A Imprensa* comentava com soberba as instalações de uma indústria de cigarros e de charutos, chamada de Fábrica de Cigarros Ypiranga. O texto assume um tom de propaganda, enfatizando a qualidade e a atualidade do estabelecimento, que teria encomendado da Alemanha “uma poderosa machina de fazer cigarros”. Segundo o jornal, na fábrica trabalhavam diariamente 55 operários, sendo 15 homens e 40 mulheres. Essa fábrica expressa bem a disseminação dos valores modernos por meio da produção e do consumo de produtos que denotassem elegância e prazer.

Ao lado da elegância vinculada ao cigarro e ao charuto, havia também a bebida, que também foi vendida pelas cenas do cinema como sendo elemento importante para os momentos de romance e de satisfação. Os jornais de Teresina complementavam tal idéia com anúncios tais como:

Este acreditado estabelecimento acaba de instalar um moderníssimo aparelho para fabricação de GUARANA, KOLA, CHAMPANHEE, REFRIGERANTES diversos. Tem também em depósito, de sua fabricação, GOGNACS, QUINADOS, VINHOS de diversas marcas e vinagre especial (Fábrica de Bebidas. *A Imprensa*. 03 maio 1928, p. 07).

O excerto refere-se à Fábrica de Bebidas Álvaro Martins e Cia, que segundo o texto, já desfrutava de certo respaldo social. A ênfase nas bebidas oferecidas está reforçada pelo adjetivo “moderníssimo” empregado ao aparelho que fabricaria as bebidas.

As tentativas de formação de um ideal em torno dos projetos de modernização, especificamente na esfera piauiense, são observadas em alguns documentos oficiais do Estado. Tais documentos referem-se a Decretos que faziam referências a trabalhos de melhoria urbanística, em especial aquelas ligadas aos serviços médicos, à viação férrea e também ao abastecimento de água.

### **1.5 O Grito de Pandora: modernização e discursos higienistas**

No Decreto de nº. 29, publicado em 1º de maio de 1890, às vésperas do aniversário de um ano da República, estão contidas as normas para a criação e regulamentação do serviço médico policial. O que se observa é que se trata de um serviço ainda ligado às forças policiais, talvez expressando o próprio teor militar da liderança do Governo Provisório Republicano. Isso também pode ficar evidenciado caso se atente ao fato de que Gregório Thaumaturgo de Azevedo, então governador nomeado para o Estado, tinha, dentre outras, a formação de engenheiro militar e major do corpo de engenheiros.

As primeiras linhas do referido decreto afirmam que ele “cria o serviço médico na capital”. Em alguns trechos do referido decreto já se pode perceber uma ingente tentativa de modernização dos serviços de atendimento e resolução dos processos judiciais e criminalísticos. Isso visto que dentre os deveres dos médicos da polícia estavam dispostos aqueles em

1º Acudir a todos os chamados das autoridades policiaes ou judiciárias do termo da capital a qualquer hora do dia ou da noite, para serviço médico ou policial; 2º Examinar os offendidos ou os cadáveres que lhes forem apresentados pelas ditas autoridades e descreverem com todas as circunstâncias o que nelles observaram, para ser lavrado o respectivo auto do corpo de delicto, vistoria e exame cadavérico com as formalidades da lei (Decreto n. 29, 1890).

A tentativa de estruturação do atendimento médico policial é facilmente percebida a partir do momento em que o serviço atende e segue os comandos das “autoridades”, as quais o decreto menciona. Para Antônio Melo(2000), o início do século XX vai ser marcado pela figura do médico. No entanto, não se tratava de um agente isolado, pois

[...] o médico passa a ser subordinado a uma instituição administrativa e fiscalizadora vinculada ao Estado. Estes elementos constituem a gênese do conceito de “Polícia Médica”, que se propagara por todo o ocidente (MELO FILHO, 2000, p. 22).

Essa “parceria” entre estado e os médicos fazia parte de uma política de se implementar uma ‘Medicina social’, que pretendia higienizar as cidades, especialmente no controle da população pobre. Para Melo, as políticas de uma Medicina Assistencial desenvolvida nos governos piauienses procuravam garantir o progresso do Estado, pois uma população pobre era sinônimo de prejuízo à produtividade da região.

Controles como esse, segundo Ceteau(1994), são uma tentativa de superação do medo da morte, pois o próprio progresso social manifestar-se-ia pela proteção do corpo contra os diversos males. Um discurso médico se institucionalizou com o propósito de se projetar em diferentes instâncias da vida social, visto que a higiene e as condições sanitárias seriam as prerrogativas de uma sociedade moderna. As campanhas sanitárias, para Certeau, são campanhas para o bem estar de toda a sociedade. Dessa forma, criou-se um saber médico que “produziu a grande utopia de uma política terapêutica abrangendo, da escola até o hospital, todos os meios de lutar contra o jogo da morte no espaço social (CERTEAU, p. 300). Nessa perspectiva, nota-se que as formas de controle acerca da higiene destinam-se, em escalas diferentes de aplicação, aos distintos segmentos da sociedade.

Somando-se a isso, como a intenção das autoridades era a de transparecer a idéia do atendimento eficaz e de valorização dos anseios da sociedade, nos fins do século XIX e início do século XX surgem muitas instituições públicas de saúde para o controle da população em geral, em caráter preventivo dos focos de doenças. Isso era uma tendência que se manifestava

em todo o país, pois a iniciativa privada apresentava fortes traços de incapacidade em conter o aumento exacerbado de doenças.

Várias cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Recife, em fins do século XX, viram ser aberta a “caixa de Pandora”, disseminando doenças como varíola, sezões, sarampo e febre amarela. Essas doenças afligiram um grande número da população dessas cidades e em Teresina isso não teria sido tão diferente. A calma idealizada pelos discursos progressistas foi sacudida pelo grito de Pandora, quando tais doenças tornaram-se epidemias. Isso fez com que as autoridades políticas se dedicassem ao saneamento dos espaços e das condutas dos indivíduos. No entanto, no seio dessas intempéries surgem os discursos higienistas com a proposta de sanar os problemas de saúde pública, pois ao mesmo tempo em que “a caixa de Pandora” espalhou doenças e sofrimento, também trouxe a esperança. Essa esperança corporificou-se nos projetos e medidas de higienização dos espaços da cidade

Várias medidas, ligadas ao controle da saúde pública, seguiam tendências nacionais e mundiais da busca do progresso e de bem-estar e que, dentre vários fatores, pode-se observar o fenômeno da modernização, especificamente no que se refere à urbanização, refletindo também nas políticas sanitárias.

As doenças e epidemias eram preocupação constante entre as lideranças e elites políticas. Raymundo Arthur de Vasconcelos lamentou que

Infelizmente, durante o meu governo, o estado sanitário, em geral, não foi bastante satisfatório, com quanto nenhuma moléstia epidêmica vitimasse a população, pois a varíola que ameaçou o município de Jaicós pode ser evitada com as medidas higiênicas então tomadas. Porém, o aparecimento das febres palustres, em grande parte devido a causas puramente locais, que deveriam ser removidas pelas respectivas municipalidades com os mais rudimentares preceitos de saneamento, causou grande número de vítimas. Esse estado tende a melhorar com a entrada da nova estação (VASCONCELOS, R. A. de. *Mensagem*. 01 jul. 1897, p. 25).

Além da preocupação com as condições sanitárias do Estado, nota-se também a cautela do governador em, diplomaticamente, atribuir responsabilidades aos municípios pelo não controle eficaz de certas enfermidades que, conforme o próprio governador, poderiam ser sanadas mediante ações simples e com poucos gastos.

No mesmo ensejo, o governador frisa a implantação, por meio de decreto, da Inspetoria de Saúde Pública para atendimentos de caráter mais urgentes. Lembra também do

trabalho humanitário da Santa Casa de Misericórdia<sup>12</sup>, lançando votos a favor da incorporação desta instituição aos cuidados do Estado.

Cinco anos mais tarde os discursos governamentais parecem ser mais otimistas, endossando a excelência do âmbito da salubridade pública e das condições sanitárias das cidades piauienses. Em mensagem governamental de 1902 o relatório era o de que

Tem sido excelente o estado sanitário em todos os municípios do Estado, mantendo-se nas melhores condições a salubridade pública, registrando-se apenas durante o ano passado o aparecimento da varíola nas cidades da Parnahyba, Jaicós e Picos, onde, com quanto ela tivesse feito algumas vítimas, não tomou verdadeiramente um caráter epidêmico. Para atender aos reclamos que me foram feitos pelas respectivas intendências, enviei ambulâncias com medicamentos que se faziam necessários para combater a moléstia[...] (NOGUEIRA, A. F. *Mensagem*. 01 jun. 1902, p. 26).

A preocupação com questões sanitárias, no Piauí, está em consonância com o que ocorria com o resto do Brasil, pois uma cidade moderna era uma cidade que era capaz de erradicar doenças associadas à falta de salubridade. Em seus estudos, Sevcenko (1999; 2000), Carvalho (2000) e Rezende (1997) demonstram que isso ocorria também em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife e gerou ressonâncias nas experiências ocorridas em Teresina. Os espaços eram (re)construídos levando-se em consideração os aspectos sanitários, que, em geral, atingiam diretamente a população mais humilde. Nesse sentido, em todo o conjunto dos projetos de modernização da cidade “as estratégias de ordenamento e de embelezamento do espaço urbano impuseram restrições às camadas mais pobres, excluindo-as do centro da cidade (ARAÚJO, 2001, p. 236).

Na luta contra os males da saúde pública, Arlindo Nogueira faz questão de honrar os trabalhos caridosos dos dois únicos hospitais existentes na época, no Estado, que eram a Santa Casa de Misericórdia, em Teresina, e o hospital da Parnahyba. Estabelecimentos que se encontravam em miseráveis condições e que subsistiam com auxílio do Estado e das respectivas municipalidades. As condições de saúde pública no Piauí eram descritas como em condições de tranquilidade e que as cautelas a serem tomadas deviam centrar-se nas fronteiras

---

<sup>12</sup> No dia 1º de janeiro de 1854, dois anos depois de instalada a nova capital do Piauí, o Hospital de Caridade, que havia sido implantado em 1849 em Oeiras, começou a funcionar em uma dependência do quartel de polícia. Isso ocorreu, de forma emergencial, de acordo com o dispositivo do art. 07 da Lei nº 361 de 14 de setembro de 1953, que determinou o uso provisório do referido quartel. Permanecendo em situação precária e com carência de recursos financeiros, no dia 17 de agosto de 1861 é anexado à organização da Santa Casa, passando a funcionar com o nome de Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, ou simplesmente, Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Atendia os casos de febre, catarro pulmonar, sífilis, úlceras sifilíticas, reumatismo e sezões. No ano de 1890, o Decreto Provincial de nº 25 de 22 de abril daquele ano determina que a Santa Casa atendesse inválidos e loucos de todo gênero.

com outros estados, como expressa a preocupação do governador Álvaro Mendes em 1906, destacando que

Em nenhum ponto do território piauiense manifestou-se epidemia, que requeresse especiais cuidados, e ferisse muitas vítimas. Grassando a varíola na cidade do Recife, com a qual estamos, pelo porto de Parnahyba, em freqüentes comunicações, providenciei para se tomarem ali as medidas preventivas ao nosso alcance (MENDES, A. A. O. *Mensagem*. 01 jun. 1906, p. 18).

O olhar sobre o estado sanitário, além da própria realidade local, sofreu reverberações oriundas do quadro nacional. Isso pelo fato de que as políticas de “regeneração”, como destaca Sevckenko (1999), ecoaram pelas demais cidades brasileiras e Teresina, bem como outras cidades piauienses, não esteve fora desse processo de vigilância das condições sanitárias dos espaços.

No caso de Teresina, a preocupação com a saúde pública, no tocante às epidemias, era ainda mais latente quando se mencionava o contato com a cidade de Recife, que desde o século XIX era acometida por epidemias, visto que

As epidemias marcaram o Recife no século XIX. Doenças como a varíola, o cólera, a febre amarela, fizeram muitas vítimas. Relata Octávio de Freitas que só em 1856 morreram 3. 338 pessoas atacadas pelo cólera. Também a disenteria, muito ligada á falta de higiene, provocara óbitos, sobretudo no início do século atual. [...] Por exemplo, de 1852 a 1855, houvera no Recife 10 epidemias (uma de varíola, três de febre amarela, duas de disenteria, duas de sarampo, uma de coqueluche, uma de malária), enquanto já entre os anos de 1901 e 1905 aconteceram cinco epidemias de varíola. Era, uma situação nada fácil de contornar (REZENDE, 1997, p. 45).

Recife enfrentou tais problemas despertando, ou pelo menos acelerando, o discurso de modernização, sobretudo o discurso do poder público. Isso porque, mesmo adotando ações políticas conservadoras, “o discurso de modernização contagia o poder público” (REZENDE, 1997, p. 37). É nesse sentido que Antônio Paulo Rezende afirma que as elites comportavam-se como “vanguardas iluministas”, pois se arrogam no direito de levar o moderno como salvação para todos os males que circunscrevem a sociedade. Nesse sentido, é que no ano de 1906, Álvaro Mendes além de ressaltar os cuidados de prevenção às doenças e epidemias, clama pela construção de um estabelecimento destinado para o recolhimento e tratamento dos “enfermos de alienação mental”, pois seria uma necessidade de há muitos anos e que já se

tinha, no seu governo, uma comissão de médicos piauienses encarregados de adquirir meios para sua efetivação.

No entanto, as políticas para a melhoria das condições sanitárias e de higiene da cidade de Teresina pareciam não acontecer a contento. Exigências para que ações mais enérgicas fossem tomadas polvilhavam, também, alguns jornais da época. Em 1909, por exemplo, o jornal “O Norte” dizia que era necessário e urgente que, ao invés de se dedicarem esforços para outros assuntos, as autoridades administrativas e a população deviam centrar suas ações para o problema da higiene da capital piauiense. Em trecho desse artigo do jornal, dizia-se que

A extensa série das constantes maleitas lepras e outras diversas infecções, nos obriga a interceder pelo enorme formigueiro dos nossos míseros e desamparados patricios, pedindo com imensa confiança as autoridades competentes uma transformação radical, precisa e proveitosa no nosso estado sanitário, que não é bom.

A cidade afigura-se nos de algum modo infeccionada e não parece a capital de um Estado que só almeja e sonha melhores dias de bonança e ventura; invejável adiantamento e uma imponente cultura; a culminância e o paralelo das cidades cultas.

Por notícias bem informadas, sabemos que grassa definitivamente na vizinha capital do Ceará a crua bubônica, fazendo lhe parêlha distante poucas léguas da próxima cidade de Floriano, neste Estado, a varíola mortífera e impiedosa [...]

Um povo sem hygiene é um povo sem alma, diabético, chlorotico. A hygiene é, portanto, a força, a intelligencia, o progresso, a ventura das raças (A hygiene de Theresina. *O Norte*. 30 jul. 1909, p. 11).

Nota-se, pelo trecho destacado, que o estado sanitário da capital ainda despertava cuidados. Além disso, chama-se atenção para o fato de que o Estado que sonha em ser comparado e equiparado aos demais estados do país, não deve admitir tamanho descaso para com a higiene de sua capital. O desenvolvimento de um povo e de um Estado perpassaria também pelo seu bem estar na higiene. A preocupação com estados vizinhos também permanecia, o que demonstra o contato entre os estados, bem como uma realidade de não exclusividade do Estado do Piauí, no tocante às epidemias e doenças e da própria necessidade de programas de ações sanitárias.

As campanhas sanitárias geravam polêmicas e discussões na sociedade, uma vez que nem todos aceitavam a maneira como eram implantadas. No entanto, além do medo das elites em relação às “doenças dos pobres”, havia também argumentações econômicas para que as políticas médicas fossem encaminhadas, pois “com o surgimento de doenças contagiosas,

surgia também na mentalidade dos sanitaristas piauienses a idéia de que as moléstias estavam dificultando a economia piauiense” (MARQUES SOBRINHO, 2002, p. 47).

Essa percepção assemelha-se ao que discute Maria Stella Bresciani (2002) ao falar que comumente vinculam-se as análises sobre cidade à industrialização iniciada no mundo em meados do século XVIII. No entanto, a autora defende a idéia de que é necessário perceber que “saberes existentes” coadunam-se para as configurações discursivas sobre o espaço urbano e dando sustentabilidade ao urbanismo. Segundo ela, a questão urbana constituiu-se à medida que saberes já existentes mesclam-se com o saber médico e higienista e não sendo um conhecimento impulsionado apenas pela industrialização. Dessa maneira, afirma-se que

[...] que, a despeito de toda a “novidade” que cerca os começos da industrialização, teria sido algo próximo, porém marginal, ao processo produtivo o elemento que levou à formulação da questão urbana, ou melhor, que problematizou as cidades modernas e/ou industriais. Um elemento-evento que incitou profissionais relacionados a diversos saberes a se deter no que viam acontecer nas cidades e a problematizá-las (BRESCIANI, 2002, p. 19).

Nesse sentido, para um melhor delineamento sobre as tramas e possibilidades do universo conceitual sobre cidade, torna-se viável examinar o urbanismo como sendo um objeto inacabado, composto por saberes como o médico e do engenheiro, em suma, um saber técnico. Seria reducionista buscar um começo para a saliência do pensar sobre a cidade a partir de uma única matriz explicativa, visto que, além dos saberes que se amalgamam para constituir a ciência urbana, há as representações e as práticas discursivas que também constituem a cidade e o pensar sobre ela.

Tal discurso higienista estava bem expresso nos códigos de postura de Teresina de 1912, que proibia o lançamento de materiais fecais e outros conteúdos que pudessem dar à cidade um aspecto de insalubridade e atraso. Vale ressaltar que esse código de posturas está em conformidade com a Lei nº 69, publicada no dia 02 de outubro de 1905. Passados sete anos e o mesmo código ainda estava em vigor. Isso corrobora a idéia de que muitas melhorias urbanas ainda não haviam sido concretizadas e que muitas práticas perduravam. A higiene e limpeza ocupavam um bom número de artigos nesse código. Esse código, entre outras coisas, ainda estabelecia que

Art. 47. É proibido lançar nas vias públicas águas servidas, matérias fecais, animais mortos, entulho, lixo, ou quaisquer imundícies. Ao infrator, a multa de dez a vinte mil réis.

§Único. A Intendência designará os lugares onde poderão ser lançados o lixo e os entulhos, os animais mortos e demais imundícies, que não poderão servir para aterro dentro da cidade.

Art. 48. Ninguém deve consentir que defronte da sua morada fique animal morto ou outro qualquer objeto imundo; devendo comunicar o fato, quando não lhe for imputável, ao encarregado da limpeza pública.

Art. 49. Os canos das casas só poderão despejar para as ruas as águas pluviais, e nunca imundície de qualquer natureza. Ao infrator, a multa de dez mil réis.

Art. 50. É proibido embarcar por qualquer modo o escoamento das águas pluviais, assim como tapar ou entulhar os esgotos públicos e edificar sobre eles, destruindo-os. Ao infrator, a multa de dez a vinte mil réis, além das despesas da reparação do dano.

Art. 51. É proibido conservar nos quintais animais mortos, águas estagnadas, monturos e cloacas abertas. Ao infrator, a multa de dez mil réis e a obrigação de sanar o mal (Capítulo IV. Código de Posturas. Lei nº 69, de 02 set. 1905, p. 17-18).

Essas determinações não se restringiam somente ao aspecto higienístico, pois se direcionavam, ao longo de todo o texto do Código, à normatização dos espaços urbanos e das inúmeras atividades desenvolvidas na cidade. Nota-se, também, a ênfase dada às penalidades financeiras com as quais os infratores teriam de arcar.

O discurso médico ou higienista, por vezes reconhecendo uma desfavorável e incipiente realidade, buscava enaltecer a grandeza do Estado por meio do esforço e da boa vontade daqueles que ocupavam a direção dos três únicos hospitais e do Asylo de Alienados. Tal discurso, mesmo assim, ainda ressaltava a valia da assistência pública piauiense, chamando a atenção para o trabalho de seus diretores e colaboradores, visto que

Não há, entretanto, crítica e nem censura capazes de obscurecerem o bem que a assistência publica piauiense pratica. Certo fôra para desejar muito melhor do que possuímos, nesse particular, porém contentemo-nos com o que é possível conseguir e, sobretudo, façamos justiça aos que têm sobre os hombros as responsabilidades desse serviço. (ROSA, Miguel. *Mensagem*. 01 jun. 1915, p. 10, p. 21).

A mensagem evidencia que não se fazia tudo que era necessário, mas o que era possível em âmbito de assistência pública, além de contar com a “responsabilidade” de indivíduos que se prestavam ao auxílio da população.

No decorrer da mensagem do governo Miguel Rosa também se evidencia que a saúde pública encontra-se “em um meio pobre como o piauiense, desprotegido do favor particular, recebendo uma insignificante parcella dos poderes públicos federal, estadual e municipal”. Isso tem por propósito ressaltar os esforços isolados e a boa vontade de alguns gerenciadores da assistência de saúde pública no Estado. Todavia, permite ver mais: uma sociedade carente de recursos financeiros e das dificuldades para a aplicação das ações promovidas pelo poder público em suas diferentes esferas.

O discurso higienista está intimamente ligado ao projeto modernizador das cidades. Em carta enviada ao Governador João Luiz Ferreira, o Bispo do Piauí, Octaviano Pereira de Albuquerque, fala da criação do Posto Sanitário e de um serviço especial de vacina contra a varíola. Na carta, ressalta ainda a parceria entre Estado e Igreja, destacando os anseios comuns do ideário modernizador e progressista. O Bispo Octaviano enfatizava que

Assim, poderá V. Exc. estar seguro de que toda vez que a acção da Egreja Piauihyense for solicitada em bem da communhão, será ella prestada de optima vontade, aguardando também ella, a Egreja, idêntica correspondência por parte da administração official em semelhantes circumstancias, porquanto só, deste modo, visando todos o bem publico, é que o nosso caro Piauihy logrará marchar na senda de um progresso crescente e durador e sólido (FERREIRA, João Luiz. *Mensagem*. 01 jun. 1921, p. 19).

Nesse trecho, percebe-se que mesmo o discurso republicano pregando a legitimação de uma sociedade laica, voltada para os princípios da ciência e do progresso, as aproximações com a Igreja não deixavam de existir. Isso corrobora a idéia de que saberes e interesses, *a priori* diferentes, coadunam-se em prol de uma causa comum. A carta do Bispo Octaviano também é representativa de que o progresso também era de interesse do clero. O discurso estatal de João Luiz Ferreira expressava também uma ingente preocupação com o controle médico. Isso fica evidente ao passo que propunha o uso do método domiciliário ou intensivo, pois dava ao pessoal sanitário maior poder de fiscalização, mesmo sendo um método mais oneroso e de difícil execução.

Dessa maneira, percebe-se concomitantemente que, dentre os agentes que disseminavam os pensamentos progressistas, a Igreja, ou pelo menos alguns segmentos eclesiásticos, tornou-se uma forte parceira nesse intento de promover a “marcha” para o futuro e para o bem-estar social. Essa observação permite notar que, mesmo diante dos conflitos existentes entre Igreja

e lideranças locais, as aproximações entre essas duas instituições não foram dissipadas por completo.

Além disso, as relações entre Estado e Igreja davam-se não somente nos aspectos diplomáticos, davam-se, como foi discutido no trecho da carta do Bispo Octaviano, no tocante ao gerenciamento dos espaços e das condutas dos cidadãos. Para o cumprimento de certas normas e prescrições, o Estado interferia em algumas práticas da própria Igreja. O Código de Posturas de 1912, de acordo com a Lei n. 69 de 2 de outubro de 1905, no capítulo sobre o “sossego e decoro público e do descanso dominical” determinava que

Art. 104. É proibido o toque de sinos depois de nove horas da noite, salvo em caso de incêndio ou outra calamidade pública. Em tempo de epidemias não se permitirão os dobres a finados, sobre pretexto algum. Ao infrator, a multa de vinte mil réis (Capítulo VII. Código de Posturas. Lei n. 69, 02 set. 1905, p. 28).

O ano de 1926 seria ambiente para o reforço dos discursos e das ações sanitaristas e de higiene da cidade. Nesse período a cidade foi acometida por uma forte enchente, que, além de desabrigar muitas pessoas, o volume de água pelas ruas despertou o medo da proliferação de doenças.



Enchente de 1926 – Companhia de Fiação e Tecidos.  
Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 4).

Nesse período, em decorrência da enchente, cerca de 26 mil pessoas foram vacinadas pelos postos de saúde da cidade. A invasão das águas do rio Parnaíba revelou que a cidade não estava estruturalmente preparada para a força das águas. Na fotografia algumas pessoas tentam caminhar pelas águas que inundaram o prédio da Companhia de Fiação, enquanto algumas crianças pareciam se divertir com aquela situação que contrastava com o típico calor e as secas que freqüentemente acometiam a cidade. Naquele mesmo ano as chuvas contribuíram para dificultar o trânsito pelas ruas da cidade e, coincidência ou não, naquele ano, conforme A. Tito Filho (1975), não houve nenhuma apresentação no Teatro 4 de Setembro. Isso pode ter ocorrido em razão, dentre outros condicionantes, das dificuldades de acesso das companhias e da população ao Teatro.

Mesmo em meio a essas preocupações com as condições sanitárias e higienistas do Estado, no ano de 1929 a realidade da efetiva ação de uma repartição dedicada a esse âmbito do trabalho é descrita como ineficaz e até mesmo inexistente. Quem pinta esse quadro desolador é o governador Pires Leal ao afirmar que

Podemos dizer que entre nós é desconhecida a acção da Saúde Pública. Simples repartição burocrática, não tem, nem pode ter, actuação no nosso meio, até mesmo porque consta apenas de um Diretor, um Secretário não profissional e um Servente! (LEAL, J.D.P. *Mensagem*. 01 jun. 1929, p. 23).

Mesmo falando da ineficiência do órgão de Saúde Pública, o governador admite que tal situação explica-se em parte pela falta de recursos orçamentários disponíveis para o melhor aparelhamento material e pessoal. Nesse sentido, Pires Leal salienta que não houve nenhuma alteração sensível no estado sanitário que pudesse exigir maiores esforços. Reconhece ainda o gratificante trabalho realizado pela Santa Casa de Misericórdia e pelo Asilo de Alienados, que, mesmo funcionando com aparelhos e instalações inadequados, continuava prestando valioso serviço aos desvalidos. Mas a atuação desses órgãos seria a exceção, não a norma em vigor. Segundo Maria Mafalda B. Araújo(1995), esses estabelecimentos, juntamente com outros, foram criados também com o sentido de “limpeza social”, pois

Pelo imaginário dos teresinenses perpassava a ânsia por uma cidade “progressista” e “civilizada”. Daí a preocupação de limpar as ruas e locais onde os homens e mulheres pobres, os órfãos, os mendigos e os loucos viviam. Neste contexto, foram criadas, além do Colégio dos Educandos Artífies, outras instituições assistenciais, como o Colégio dos Órfãos, a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo dos Alienados e proposta a criação do Asilo de Mendicidade. Todas essas instituições tinham em vista o controle da pobreza. Essas obras, muito embora apresentassem um atendimento

diferenciado, tinham um objetivo comum: organizar o espaço urbano da cidade e controlar sua população miserável, mantendo, dessa forma, Teresina com a imagem de “cidade higiênica e civilizada” (ARAÚJO, 1995, p. 102).

Nesse sentido, à medida que a cidade se urbanizava maiores eram as ações que visavam o remodelamento dos espaços, não somente nos prédios, praças e ruas, mas também uma organização que pretendia ordenar a população. Os espaços eram transformados, mas nem todos poderiam fazer uso dele, pois o imaginário progressista é subsidiado pelo imaginário de uma cidade ideal, na qual a população pobre não faz parte. A cidade ideal era uma cidade higienizada, sem a presença da população miserável. As ações dessas instituições de assistência eram mediadoras do conflito social instaurado com o fenômeno da modernização da cidade.

### **1.6 Em busca do caminho das águas: abastecimento na cidade**

Outro ponto importante no processo de modernização das cidades piauienses e que também estava relacionado aos aspectos de salubridade e de higiene era o serviço de abastecimento de água. No dia 20 de maio, ainda no ano de 1891, foi publicado o Decreto de n. 72 que lança as normas de autorização do abastecimento de água potável na capital do Estado, ainda sob o governo de Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima.

Nesse documento fica estabelecido o monopólio de uma companhia para o abastecimento de água, por um período de cinquenta anos. Além dos enormes privilégios concedidos a um grupo específico de indivíduos, o que mais chama atenção é a linguagem utilizada no tratamento desses empresários responsáveis pelo abastecimento de água. Isso fica bem claro no decorrer do decreto quando é feita referência àqueles homens chamando-os como “cidadãos”, ao passo que o restante da sociedade é distintamente qualificada como “população”, demonstrando uma visão elitista daqueles agentes que determinavam quem é e quem não é cidadão. Uma linguagem que cria interditos que, por meio da nomeação, classificam e diferenciam.

As discussões acerca do abastecimento de água não se encerram somente no fornecimento do serviço para o conforto da população, mas representam uma medida de higiene e salubridade, marcas do desenvolvimento e do progresso exigidos em uma cidade moderna. Nesse sentido, tem-se que

O desenvolvimento que vai tendo esta capital, porém, torna dia-a-dia mais inadiável a necessidade de um serviço regular de abastecimento d'água. Hoje não se o reclama somente para servir a comodidade da população, disseminada por uma área já bastante extensa, mas, sobretudo, como medida de hygiene de grande interesse para a salubridade pública (NOGUEIRA, A. F. *Mensagem*. 01 jun. 1903, p. 18).

Textos como este se justificam pelo fato de a cidade ter sua população espalhada por regiões mais distantes, o que desperta no poder público o medo das doenças em decorrência da falta de hygiene e salubridade, visto que algumas áreas da expansão da cidade não contam com serviços de esgoto, fossas e pavimentação adequados. Daí o fornecimento de água ser um mecanismo de combate a certas enfermidades.

Em 1906, as contenções dos gastos do poder público fizeram com que o governador Álvaro de Assis Osório Mendes dedicasse maiores esforços para o abastecimento de água que para outros serviços, que tiveram de ser suspensos ou repensados. Para o governador,

As vantagens de impulsionar e levar a termo os trabalhos de abastecimento d'água, cujos gastos tinham de ser satisfeitos de certa data em diante com o producto da receita ordinária, forçaram-me a fazer sustar o serviço do prédio destinado à câmara legislativa, que agora vai ter novo andamento, assim como privaram o governo de mandar proceder aos reparos de que carecem várias cadeias do interior, que também terão de ser atendidos na estação estial que ora começa. Desafogado o tesouro das urgências de meios que o abastecimento d'água exigir, cumpre-nos, poder legislativo e executivo, aplicar a outros melhoramentos as nossas forças (MENDES, A. A. O. *Mensagem*. 01 jun. 1906, p. 36).

Mediante o exposto, ao falar da propriedade atribuída ao abastecimento d'água, o governo evidencia que outros setores sociais foram marginalizados, mostrando problemas relativos aos recursos financeiros. Ainda assim a construção discursiva governamental diz priorizar o abastecimento d'água.

O período de estiagem aproximava-se e por isso, como uma das justificativas, o poder público afirmava estar-se esforçando para criar condições de atendimento à população no tocante ao abastecimento de água. Álvaro de Assis Osório Mendes ainda destacava que os empréstimos contraídos com os capitalistas Antônio Portella e D. Maria Cruz não eram suficientes para levar avante o serviço de abastecimento de água, o que fez ser imprescindível a utilização das sobras da receita ordinária. O governador Álvaro Mendes foi o responsável pela inauguração do serviço de abastecimento de água na capital.



Empresa das Águas de Teresina.

Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 5).

Obra que remete aos esforços de Antonino Freire, que projetou o abastecimento de água encanada em Teresina, a empresa de águas surge com a promessa de resolver todos os problemas referentes ao mau abastecimento de água da cidade. Os serviços de abastecimento de água foram iniciados no governo de Arlindo Nogueira. No detalhe da fotografia, as pessoas estavam vestidas como em comemoração à obra. A empresa de águas simbolizava a chegada do progresso e a possibilidade de banir todos os males ligados ao abastecimento, bem como às doenças ocasionadas pela falta de tratamento adequado às águas.

O contraste se expressa na fotografia da Empresa de Águas. Os ares da modernidade, trazidos e reforçados pela implantação da empresa, eram representados pelo vestiário dos homens que posavam para a fotografia. Em meio à elegância dos paletós e chapéus encontra-se um homem montando seu transporte eqüestre. Na modernização da cidade de Teresina, o novo e o antigo convivem e demonstram que as transformações não significam rupturas, pois o passado contribui para constituir o presente e projetar o futuro. O homem em sua montaria representaria, também, a tradição e o poderio das lideranças políticas e econômicas da cidade. Mais do que atraso, o homem em sua montaria figuraria a imponência e o caráter de força e de desbravador. A imagem deixa transparecer que aquele meio de transporte constituía elemento presente no cotidiano da cidade, que ainda não contava com o trânsito de automóveis.

Sobre o abastecimento de água, jornais de fins da década de 1920 mencionam a melhoria desse serviço para o mais satisfatório atendimento à população, dando conforto aos

habitantes da capital do estado. Tais melhorias são relatadas com tom de orgulho pela imprensa, dizendo que

Temos a satisfação de levar ao conhecimento do público que o governo do Estado, atendendo a uma justa reclamação da Gazeta, providenciou para que de hoje em diante a água seja distribuída à população da capital das 6 às 11 horas do dia e das 2 às 5 da tarde. Trata-se, como se vê, de mais uma medida que vem beneficiar a população em geral e em particular a pobreza. Por isso mesmo todos devem evitar o desperdício da água, conservando fechadas as torneiras do encanamento, sempre que não precisem do precioso líquido (Serviço D'água. *O Piauí*. 31 jul. 1928, p. 32).

O “precioso líquido” ainda possuía um abastecimento regrado e irregular durante o ano. Isso demonstra as dificuldades administrativas e orçamentárias para implementar tal serviço de maneira ininterrupta. No entanto, conforme a matéria no jornal, o abastecimento de água já assume uma maior abrangência alcançando pessoas de parcelas pobres da cidade. O que demonstra que o fenômeno da modernização possui uma dinâmica cujos ritmos são variados e não se enquadram em previsões ou especulações, nem se limitam a um grupo apenas, mas envolve a todos, direta ou indiretamente, mesmo que seja por meio de construções discursivas.

As dificuldades para uma melhor regularização no fornecimento da água continuaram a preocupar o governo estadual, pois a cidade expandia-se territorialmente e em termos populacionais, o que não era acompanhado por um atendimento mais eficaz, visto que

O serviço d'água também não satisfaz as necessidades da cidade. Precisa ser completado porque ainda está circunscrito a uma pequena zona. Temos ainda hoje a pequena rede inicial, naturalmente deteriorada pelo tempo de serviço, que atinge cerca de 20 anos. Não acompanhou o grande desenvolvimento que Theresina tem tido nesse lapso de tempo. Além disso, urge cuidar do tratamento de água, de modo a preservar a saúde pública dos males que lhe advêm da que lhe é dada, no estado em que é captada do rio Parnahyba (LEAL, J. D. P. *Mensagem*. 01 jun. 1909, p. 19).

O texto expõe o descompasso entre o crescimento da cidade e o do tratamento da água, sendo o primeiro muito maior que o segundo. O governador recorre também à necessidade de se prevenir a sociedade das moléstias causadas à saúde pública, assumindo o discurso higienista próprio da época.

Note-se que o abastecimento regular da água está também vinculado a um melhor tratamento dela, no intuito de prevenir os males decorrentes da água do rio, que já não possuía água tão limpa. Segundo o governador Pires Leal, os problemas ligados ao mau

funcionamento do serviço de abastecimento de água se davam, dentre outros motivos, em função de a arrecadação das taxas não compensar os gastos do Estado com tal empreendimento. Isso pela reduzida rede de distribuição e também por não haver hidrômetros suficientes que impediram as fraudes e o desperdício na capital.

### **1.7 Entrando na linha: percursos e percalços da viação férrea**

Os discursos e ideários modernizadores defendiam que, para que o progresso pudesse se instaurar e que uma sociedade dinâmica se firmasse, seria necessário promover maior comunicação entre a capital e as demais cidades piauienses, bem como maior aproximação com outras cidades do país. Essa, vale ressaltar, teria sido uma das primeiras razões para a constituição de Teresina como a capital do Estado.

Ainda no mesmo espírito do ideário modernizador, no ano de 1891 é assinado pelo então governador do Piauí, o bacharel Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima, o Decreto de n. 42, publicado em 28 de janeiro daquele mesmo ano. Nesse decreto a idéia de bem-estar e as perspectivas de uma vida moderna e com progresso são latentes. Trata-se de um decreto referente ao estabelecimento do sistema de viação férrea para o Estado, fazendo revisões de decretos anteriores. O discurso de progresso e de modernização era defendido pelos princípios de que

Considerando que é da mais elevada conveniência estreitarem-se os laços de relações sociaes e econômicas das differentes localidades do Estado do Piauhy entre si e com a capital; Considerando que deste modo a collectividade piauihyense verá melhor accentuada a homogeneidade de seus interesses e melhor satisfeitas as necessidades de sua vida política e industrial; Considerando que é de urgente necessidade abrir as riquíssimas zonas deste Estado ao commercio e à indústria, fecundando os grandes elementos do progresso, que até hoje têm jazido completamente desaproveitados (Decreto n. 42, 1891).

Percebe-se que as justificativas para a implantação do sistema ferroviário apresentam-se de maneira a sensibilizar a população que a ele tenha acesso. Evidencia-se, também, a urgência de um benefício que não se realizou durante o regime anterior, que condenava o Piauí ao atraso e à pobreza, segundo a concepção do Decreto. A criação dessa viação objetivava incluir o Estado no eixo de desenvolvimento econômico e social ao qual se

pretendia alcançar, sendo que os interesses econômicos são mais evidenciados. Contudo, o que se observa por meio da imprensa da época é que, passados alguns anos, o projeto não havia sido concretizado em sua plenitude. Divulga-se uma eterna esperança no futuro, pois naquele momento os redatores diziam que

As nossas vistas estão presentemente voltadas para a projetada estrada de ferro, cujos estudos estão a cargo dos ilustres engenheiros que se acham nesta capital. Realizada, teremos de multiplicar nossa actividade, expandir os nossos desejos, vendo em prósperas condições o nosso estado (Estrada de Ferro. *O Piauí*, 29 set.1906, p. 16).

Inserir-se na “era do ferro” – o símbolo maior da modernidade no final do século XIX – significava adentrar pela porta da frente no mundo moderno, era adequar-se ao novo, educar os sentidos e, como afirma o documento, expandir os desejos. Era apropriar-se da celeridade, a marca do mundo moderno. O trem, transporte que reduzia distâncias, insinuava-se como o transporte do progresso tão prometido pela República.

Todavia, o atraso solapou sua implantação, uma vez que a efetivação da implantação do sistema férreo no Piauí esbarrava na ausência de recursos suficientes para obra de tamanha proporção. Mesmo assim os jornais defendiam a fé na realização futura dos trabalhos, que, terminados, impulsionariam o Estado para um elevado patamar de progresso. Contudo, havia aqueles que tinham certa desconfiança em relação ao tão divulgado avanço. Isso está bem explícito em um trecho publicado na revista alvorada de janeiro de 1910, redigido por Jônatas Batista, que promoveu uma série de questionamentos tais como o que se segue:

Que importa que não tenhamos estradas de ferro, bondes, luz elétrica e muitos outros melhoramentos de que temos notícia, nos outros estados, nas suas capitais? Se não contamos com os imensos benefícios que esses melhoramentos trazem, em compensação, não temos também os grandes males que eles nos poderiam trazer (BATISTA, 1985, p.118).

Embora o pensamento expresse um aparente conformismo perante os problemas que possivelmente apareceriam com o advento das inovações, o certo é que elas não eram plenamente usufruídas em Teresina e o autor do texto as inclui na categoria de “melhoramentos”, revelando a exclusão da capital desses benefícios que estavam sendo valorizados por outras capitais brasileiras. O tom irônico de Jônatas Batista demonstra que a cidade de Teresina findava a primeira década do século XX caracterizando-se como uma cidade idealizada.

A realidade era, naquele momento, expressa por essa dicotomia, pois de um lado havia as manchetes de jornais que enalteciam as realizações do ideário modernizador, mas havia personagens que não conseguiam “compreender” os benefícios de tais melhoramentos, pois não os viam se concretizar, e até preferiam que não houvesse alterações na urbanização porque sabiam que as mesmas interferiram de maneira assustadora em suas vidas.

Essa desconfiança com a implantação da viação férrea justifica-se, em certa medida, pelo fato da demora na efetivação de tal benefício. No entanto, o discurso jornalístico continua a mencionar as assinaturas de contratos para esse fim. Em 12 de junho de 1921, o jornal *O Piauhy* lembrava que havia sido assinado o decreto que autorizava o contrato para a execução das obras instalando estradas de ferro de São Luiz, Petrolina e Crateús, ligando-se a Teresina.

A incompletude nas obras expressava que o projeto de viação férrea “saiu dos trilhos” e arrastou-se por muitos anos, pois em 1929 encontravam-se registros de inconformidade com a lentidão na implantação da obra, promovendo textos como o do jornal *O Piauhy*, destacando que

A comissão de obras públicas da câmara assinou parecer favorável ao projeto do Senado, que autorizava o Governo a despender a quantia de dois mil contos com a construção das obras de ligações ferroviárias desse Estado (As ligações ferroviárias no Piauhy. *O Piauhy*. 13 ago. 1929, p. 05).

A estrada de ferro simbolizava, em grande medida, uma forma de dar velocidade ao progresso do Estado, promovendo maior comunicação entre as cidades do Estado e deste com seus estados vizinhos. Contudo, esse sonho insistia em “descarrilar” e frustrar os defensores do futuro.

Os entraves à realização efetiva da viação férrea também abriam espaço para os conflitos político-partidários que permeavam o cotidiano teresinense. Nesse sentido, o jornal *A Imprensa*, de 12 de fevereiro de 1927 relatava o seguinte caso:

Por terem votado na chapa da coligação, foram dispensados das obras de ligação ferroviária deste Estado, os nossos amigos Srs. Raymundo Marques da Fonseca e Jerônimo Teixeira, assíduos e exemplares operários das referidas obras. Essas demissões causaram, como era de esperar, grande indignação nos meios operários desta capital, onde os dois altivos e honestos obreiros são muitíssimo estimados (Nas obras ferroviárias. *A Imprensa*. 12 fev. 1927, p. 09).

Dessa maneira, percebe-se que as ações direcionadas à implementação da estrada de ferro não estavam destituídas dos interesses e dos conflitos decorrentes dos mesmos, pois são os agentes construtores da cidade que a tornam plural.

Certeau (1994, p. 172) esclarece que “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade e este pensamento do plural; é saber e poder articular”. Faltou ao governador Pires Leal, e não somente a ele, reconhecer tal pluralidade e articular seus vários elementos.

Esses melhoramentos, destacados nas mensagens dos governantes, expressam que as ações modernizadoras foram aplicadas em muitos setores da organização espacial da cidade. Isso demonstra que os projetos modernizadores pretendiam alcançar a totalidade do território da capital. Contudo, esse alcance era freado em decorrência de estruturas políticas, econômicas e sociais remanescentes. É nessa configuração histórica que a modernização de Teresina teve seus ritmos ditados entre o olhar de Medusa e as táticas dos diversos Perseus em relação à paralisia da cidade. Vale ressaltar que, em geral, as lideranças políticas eram as que mais desafiavam o olhar de Medusa, impondo certas medidas que salientavam a segregação social.

Teresina era a vitrine da modernização no Piauí. Como vitrine era atraente, pois mostrava as belezas de um novo estilo de vida com confortos, elegância e abundância. No entanto, a vitrine marca pelo menos dois espaços: aquilo que está dentro dessa vitrine e aquilo que está fora dela. Aqueles que constituem a vitrine pensam que ela é o espaço a ser experimentado, mas, no controle que fazem desse espaço criam estratégias cada vez mais sutis para deixar a vitrine desejada por todos, mas “tocável” somente por alguns. Isso gerou conflitos que nem mesmo a vitrine suportou e, então, se estilhaçou mostrando que são os usos que são feitos daquilo que estava exposto como modelo que, de fato, constituem a cidade. Os estilhaços também são a vitrine, mas agora percebida em sua pluralidade. Assim é que os projetos de modernização da cidade de Teresina foram se constituindo: entre as imagens de uma cidade idealizada e as representações acerca desse fenômeno, ou seja, entre a vitrine e os seus estilhaços.

## CAPÍTULO II

### MODERNIZAÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA: LIMITES E PERSPECTIVAS

*A escola, como serviço público que é, tem uma alta missão social a cumprir, pois sendo o homem um factor de produção é preciso preparar gerações fortes e armá-las de elementos poderosos para triunfar na luta pela vida (MELLO, M. O. de. Relatório da Sociedade Auxiliadora da Instrução, 1921, p. 15).*

A educação é uma das muitas facetas do processo de modernização de uma cidade, Não apenas no aspecto das instalações de prédios e aquisição de materiais, mas também no sentido das mudanças de sociabilidades e comportamentos, bem como no tocante aos diferentes usos e significações dados aos espaços destinados à instrução. Nesse sentido, a instrução pública é aqui analisada como ponto de convergência entre os aspectos das transformações materiais dos estabelecimentos de ensino e a idéia da educação como mecanismo de desenvolvimento da sociedade. A educação é vista, também, como a fomentadora do “triunfo na luta pela vida”, como destacou Mathias Olympio. O relatório da Soiedade Auxiliadora da Instrução, apresentado por ele ao governador João Luiz Ferreira, possui um tom de conclamação. Quando o relatório foi concebido, não havia muito tempo, o mundo ainda se recuperava dos sofrimentos ocasionados pela grande guerra. Os países ainda buscavam se reerguer e uma das saídas era o ensino. Mathias Olympio diz que seria necessário “armar” as futuras gerações, para que a ignorância não triunfasse.

Nesse sentido, o ensino é pauta recorrente nas falas dos governantes do estado do Piauí, que ressaltam, em suas mensagens governamentais, que o progresso e o desenvolvimento de um Estado e de seu povo dependem, dentre outros aspectos, de bases educacionais sólidas. Nas mensagens de fins do século XIX e dos primeiros anos do século

XX nota-se que os discursos transitam entre preocupações com o ensino primário e o ensino secundário. Maria Luísa Santos Ribeiro (2003), afirma, dentre outras considerações, que a República possibilitaria uma ampliação das oportunidades escolares no Brasil e alavancaria o desenvolvimento do país. Esse espírito de esperança na redenção social via instrução ressoaria nas representações acerca do fenômeno da modernização da sociedade piauiense, especialmente no tocante à instrução pública.

No Piauí, os olhares dos governantes acabam direcionando-se, em vários momentos, para o Liceu Piauiense, visto como o espaço de referência para a efetivação das ações no tocante ao aprimoramento do ensino no estado. É interessante notar que a temática é retomada, pelas lideranças políticas, em meio a argumentos que enfatizam, em sua maioria, as dificuldades financeiras e orçamentárias do estado. Dessa maneira, a educação é referenciada tanto como ponto catalisador do futuro do estado, quanto é discutida em seus “atrasos” em decorrência das dificuldades dos cofres públicos. Esse aspecto do financiamento estava muito mais relacionado à instrução primária e as dificuldades que sobre ela se sedimentavam.

O financiamento da educação pública é um assunto cuja história mostra suas configurações em todo o território nacional. Tentando historicizar o financiamento da educação brasileira, no intuito de melhor entender as lacunas do ensino público no Piauí, recorreu-se à análise de José Marcelino R. Pinto (2000) que classifica os estágios do financiamento da educação no Brasil. Segundo José Marcelino R. Pinto (2000), a história do financiamento da educação no Brasil pode ser dividida em três momentos. O primeiro sob a égide dos jesuítas, em um período correspondendo de 1549 a 1759. O segundo momento insere-se no recorte temporal que vai da expulsão dos jesuítas até o fim da chamada República Velha. O último momento compreendido desde a Constituição de 1934 até os dias atuais.

Mas é importante considerar o que Paul Veyne (1998) esclarece ao afirmar que a história não possui articulação natural, sendo os historiadores que recortam a história a seu modo, pois os fatos não têm dimensões absolutas. Essa autora afirma que “os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um assunto de história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los” (p. 42).

Assim é a classificação feita por Pinto, pautada por uma escolha impulsionada pelas ligações intrínsecas ao objeto. Sob essa perspectiva, “um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis” (VEYNE, 1998, p. 45). Dessa forma, o segundo momento definido por Pinto é o que corresponde ao recorte do presente estudo, sem desvalorizar as ressonâncias que momentos pretéritos tiveram no interstício desta pesquisa.

Esse período foi marcado pela busca de recursos autônomos de financiamento da educação ou a cargo das definições de recursos para o ensino, por meio das dotações orçamentárias. Ainda segundo Pinto (2000), a Constituição liberal, instaurada com a República, atribuía à família os deveres para com a educação, o que levou a um maior distanciamento das ações do governo central acerca das questões do ensino e conseqüentemente de seu financiamento, algo, aliás, herdado do período colonial que atravessa os séculos e se estende ao século XX.

Na política educacional piauiense daquele período, o financiamento destinado à instrução pública estava subordinado às prioridades destacadas pela administração pública. Em mensagem apresentada à Câmara Legislativa, no dia 1º de junho de 1906, o governador Álvaro de Assis Osório Mendes(1904-1907), referindo-se à implantação da Escola Normal, dizia não ser “despesa imprescindível” ações orçamentárias voltadas para tal intento. Pode-se dizer, dessa maneira, que “isto é um indício significativo do lugar da educação nas ações do governo e do modo como esta vai se concretizando na ação do governo” (LOPES, 2001, p. 21). Em geral, as aplicações orçamentárias eram direcionadas para outros projetos de melhoramentos urbanos. Tal prioridade punha a instrução em situação de adormecimento, à espera das “sobras” de verbas.

## **2.1 Instrução pública nos primeiros anos do século XX: modernização social e cultura escolar**

Além dos aspectos ligados ao financiamento, a falta de professores primários qualificados também é destaque nas falas dos líderes políticos, que diziam faltar idoneidade por parte dos professores. Dessa maneira, o governador do Piauí, Raymundo Arthur de Vasconcelos, em sua mensagem de 1º de junho de 1897, alegando que o seu governo preocupava-se com a difusão do ensino, assim se referiu à instrução pública:

Devo anunciar-vos que a instrução pública primária não tem correspondido aos grandes sacrifícios do Estado, sempre solícito em difundi-la convenientemente. É lastimável o seu grau de atraso, e isto devido à falta de idoneidade da maior parte dos professores para a escolha dos quais conviria estabelecer-se rigoroso concurso perante comissões competentes (VASCONCELOS, R. A. de. *Mensagem*. 01 jul. 1897, p. 31).

Além de atribuir as péssimas condições do ensino primário à falta de critérios na escolha de professores qualificados, Raymundo Arthur de Vasconcelos ainda salienta que em

razão das grandes despesas com as escolas existentes à época, fazia-se necessário reduzir o número de tais escolas. Sugere que fosse feita uma distribuição mais proporcional, enfatizando que caberia ao município “fundar escolas auxiliares em benefício de suas circunscrições”. As disputas em torno de quem seria a responsabilidade pela manutenção do ensino público justifica-se pelo fato de que somente o Estado era o principal responsável pelo funcionamento das escolas do período.

Sobre o ensino secundário, Raymundo Arthur de Vasconcelos, mencionando as diretrizes do Decreto n. 63 de 24 de dezembro de 1896, afirma ter reorganizado o ensino secundário fundamental, “dotando o Lyceu Piauiense com um curso integral de ciências e letras, afeiçoado ao plano de estudos do Gymnásio Nacional”. Contudo, o governador esperava pelo repasse de verba destinada pelo Congresso Nacional para a efetivação desse intento, visto que as despesas eram altíssimas. Caso tal repasse não fosse implementado, Raymundo Arthur de Vasconcelos alertava que

Em tais condições será preferível substituí-lo por uma Escola Normal, onde se ministre, em um curso regular, bem orientada educação aos futuros professores primários, aproveitando-se para isso, não só o belo edifício em que funciona, como o seu pessoal docente vitalício (VASCONCELOS, R. A. de. *Mensagem*. 01 jul. 1897, p. 35).

A postura do governador do Piauí é uma tentativa de aplicação da vontade legislativa, no entanto, com a incerteza da ajuda do governo federal, prefere ser pragmático e atuar mediante suas condições orçamentárias e daí lançando seus olhares para a educação de futuros professores. Isso também demonstra certa precariedade do ensino secundário, visto que os financiamentos eram parcos. Tais condições possuem raízes históricas que as condicionaram, pois, segundo Karl Michel Lorenz(2004), a precariedade do ensino secundário no Brasil é decorrência, em parte, da política implantada por Marquês de Pombal. Isso contribui para que, com a expulsão dos jesuítas, os seminários e colégios existentes à época fossem fechados ou administrados por outras ordens religiosas.

Dessa maneira, a Coroa criou cursos chamados de “Aulas Régias”, nas quais um professor ministrava uma só matéria. Tornaram-se os principais meios para o preparo dos jovens aos estudos superiores e permaneceram até a fundação do Collegio de Pedro II, que se tornaria modelo para o ensino em todo o país.

As medidas de adequação do Liceu ao programa do Ginásio Nacional eram preocupação constante e exigência feita pelo Governador do Estado, Dr. Coriolano de

Carvalho e Silva. O professor Arthur Pedreiras, Diretor Geral da Instrução Pública, assim responde ao Governador do Estado:

Directoria Geral da Instrução Pública  
Therezina, 30 de janeiro de 1896.

Temos a honra de passar às mãos de V. Ex<sup>a</sup> o regulamento para a instrução secundária, que nos encarregastes de confeccionar.

Tendo em vista modelar o quanto possível o Lyceu pelo Gymnasio Nacional foi preciso um estudo demorado, e por isso não podemos apresentar o trabalho antes da entrada do anno lectivo, como era nosso desejo.

Foi preciso augmento de cadeiras, afim de leccionar-se todas as disciplinas do Gymnasio, e como não desconhecemos as difficuldades orçamentárias do Estado reunimos algumas a outras cadeiras em que podião ser leccionadas.

Em compensação não cogitamos o augmento de vencimentos, quando é sabido que a instrucção do Piauhy é muito mal remunerada.

Terminando pedimos desculpa a V. Ex<sup>a</sup> das imperfeições dos trabalhos que nos confiastes.

Saúde e fraternidade,  
Arthur Pedreiras

Arthur Pedreiras menciona a necessidade de ampliação das cadeiras para a adequação ao programa do Ginásio Nacional. O diretor Geral da Instrução Pública ressalta que, conhecendo as condições orçamentárias do Estado, teve de fazer a adequação reunindo algumas cadeiras. Além disso, mesmo não tocando diretamente no assunto da remuneração do professorado, sutilmente chama a atenção para a má remuneração, dizendo que a instrução do Piauí era muito mal remunerada. O cerne principal do documento referia-se à adequação ao Ginásio Nacional, pois isso significaria a efetivação de uma educação moderna, visto que o programa nacional também se propunha como sendo moderno.

Os ideais de uma sociedade e de uma educação moderna perpassavam, também, pela preocupação com o tempo. O passado e as práticas que o perpetuavam eram vistos como contrários ao futuro. Este era valorizado em suas possibilidades de impulsionar o presente. As sociedades modernas marcaram o tempo como o medidor entre o novo e o antigo, entre o passado e o futuro. O tempo é tomado como regulador das ações humanas e normatizador de suas práticas. Esse caráter regulador do tempo também estava expresso nas preocupações voltadas para a modernização da instrução pública. O bom andamento das aulas e atividades educacionais estava vinculado à marcação do tempo.

O tempo configura-se como marcador de condutas e, nesse sentido, os relógios são instrumentos que a sociedade padronizou para perceber suas permanências e suas mudanças. O relógio é orientador da sociedade que contribui para harmonizar comportamentos. Essa perspectiva se justifica pelo fato de que os relógios “não são outra coisa senão ‘contínuos evolutivos’, processos físicos dotados de um desenrolar contínuo, elaborados pelo homem e padronizados em algumas sociedades para servir de quadro de referência e escala de medida” (ELIAS, 1998, p. 40). Isso pode ser percebido no ofício n. 133, de 30 de setembro de 1899, enviado ao Governador do Estado, Raimundo Artur de Vasconcelos, pelo Diretor Geral de Instrução Pública, o professor Arthur Pedreiras. No ofício, consta a cópia do pedido do Professor Benedito Lemos, para a aquisição de um relógio para a escola a seu cargo. No requerimento, o professor Benedito Lemos assim se expressa acerca do relógio:

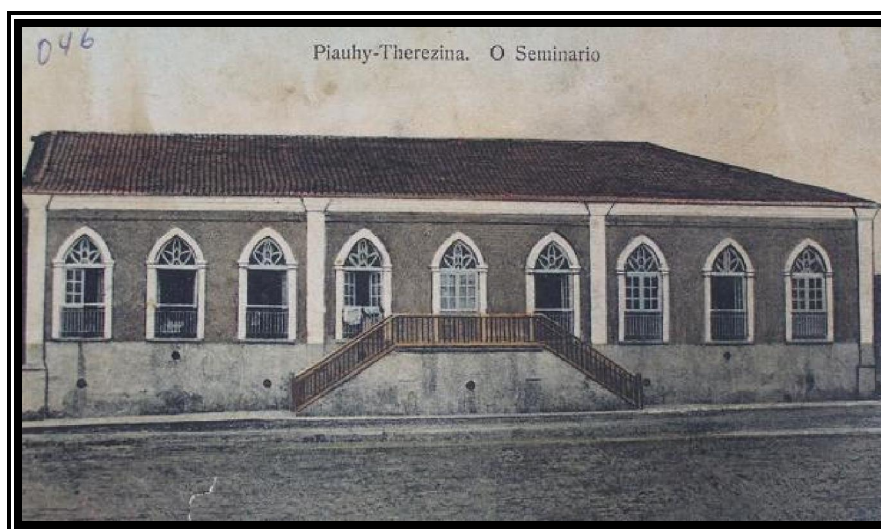
Dobram-se já, Sr. Director, mais de dois annos desde a criação desta aula, e ainda não foi Ella provida de um de seus mais indispensáveis moveis: refiro-me a um relógio, que como sabeis, é necessidade palpitante em estabelecimentos públicos, mormente frequentados por grandes collectivos. Posição difficil, milindrosa, a minha, que é de professor, tem tido mais um embaraço, tal qual a falta de um regulador do tempo. Não descuidei-me, Sr. Director, desse importante móvel durante a directoria transacta e o nosso illustre antecessor mostrou-se attencioso às minhas reclamações, porém um estorvo qualquer, creio que oriundo da insufficiencia de verba, privou-o que regulasse os trabalhos della.

Para o professor, decorridos mais de dois anos, é inadmissível que um estabelecimento de ensino não possua “um de seus mais indispensáveis móveis”. O relógio é o instrumento de organização da coletividade. Segundo o professor, em outros momentos do requerimento, a falta de um relógio acarretaria vários aborrecimentos, principalmente pelo fato de que muitos alunos iriam submeter-se a exames finais e parciais e, por não ter como marcar o tempo, teria de “organizar mortificantes trabalhos”. A falta do relógio teria prejudicado as atividades do professor nas aplicações dos exercícios e exames ao alunado, que iria prestar exames em breve. Além desse aspecto modernizador da instrução, o ofício enviado por Arthur Pedreiras demonstra um panorama do cotidiano das atividades desenvolvidas nos ambientes educacionais e expressa como se dava a cultura escolar da época, que apresentava uma percepção particular do tempo a ser pensado e cumprido nos espaços escolares.

## 2.2 Construindo trilhas: a modernização do ensino e o papel dos professores na instrução pública

As ações dos governantes, no intuito de modificar o quadro educacional da população, contribuíram para as transformações do cenário urbano da cidade de Teresina. Alguns estabelecimentos de ensino não funcionavam em sede própria, mas sim em prédios que não foram projetados para esse fim. Foram vários os casos de colégios que funcionaram em prédios que eram alugados ou redirecionados para tal função. Além disso, havia as aulas ministradas por particulares, o que demonstra a dispersão do ensino. As políticas de superação das dificuldades que impediam o melhoramento da instrução pública esbarravam, em certa medida, na falta de prédios próprios que pudessem abrigar as atividades educacionais, o que desencadeava o uso de vários locais para assumirem novas funções.

O Seminário é um exemplo de que a modernização da instrução perpassava pela transformação dos usos dos estabelecimentos de ensino, em decorrência dos projetos de modernização da instrução pública no Estado e na cidade. Isso demonstra que a cidade não se transformava somente nos seus aspectos inteiramente visíveis, pois novos significados de seus espaços davam à cidade outras formas, outros sentidos e novas sociabilidades.

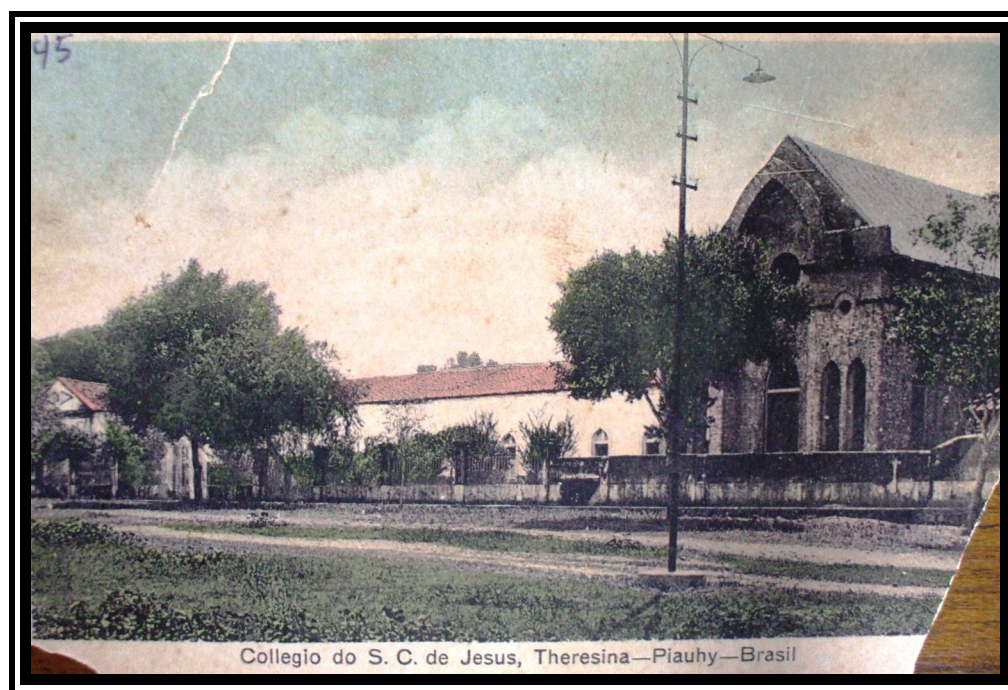


Seminário – Antiga Residência do Barão de Gurguéia.  
Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 6).

No detalhe da foto, referência ao Seminário de Teresina. Símbolo do Poder Público, pois foi a Casa do Barão de Gurguéia, um dos homens mais influentes e ricos de Teresina. O

estabelecimento foi (re) significado quando transformado em estabelecimento de ensino com proposta religiosa. Nessa foto, também do início do século XX, fica evidente que a preocupação primeira dos poderes públicos não estava na construção ou manutenção dos prédios escolares, ao passo que a melhoria das ruas também ainda era incipiente.

Alguns prédios criados para promover a dinâmica da instrução pública eram situados em lugares com poucas condições de acesso, o que parecia ser algo recorrente em Teresina. A cidade buscava-se inserir nos quadros nacionais de uma cidade moderna e desenvolvida culturalmente. A foto a seguir expressa esse contraste entre um estabelecimento de ensino, com o objetivo de encaminhar “a formação da juventude do sexo feminino” (BRITO, 1996, p. 43) e as condições das ruas da cidade.



Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 7).

Como um dos símbolos do incremento instrucional em Teresina, o Colégio Sagrado Coração de Jesus – Colégio das Irmãs – está situado, desde 1906, na atual Avenida Frei Serafim. O que chama atenção nessa fotografia não é o prédio da escola em si, mas a rua em sua frente. Até a década de 1920, pelo menos, a avenida não passava de um caminho repleto de mato cortado por algumas veredas, o que dava à cidade a imagem de uma cidade ainda rural. A datação da fotografia não foi precisamente identificada, mas se sabe que é uma

fotografia anterior à década de 1930. O acesso aos estabelecimentos de ensino perpassava, também, pela configuração urbanística da cidade. Isso reforça a noção de que muitos projetos de modernização do ensino não eram acompanhados pelas mudanças urbanas da cidade. Isso significa que a demanda educacional forçaria a adequação dos espaços para fazer parceria com os sentidos modernizadores da instrução pública.

Em mensagem apresentada à Câmara Legislativa em 1º de junho de 1910, o governador Antonino Freire da Silva ressalta a importância da criação da Escola Normal<sup>13</sup> como instrumento desencadeador do projeto de modernização da instrução primária e do próprio povo piauiense, por meio da difusão de novas mentalidades. Os problemas da instrução pública primária, conforme as lideranças político-administrativas seriam resquícios do regime político predecessor, no qual os professores eram inaptos. Dessa maneira, “a Escola Normal servia para marcar um início de ruptura desse quadro por formar professoras modernizadoras da sociedade piauiense” (LOPES, 2001, p. 26).

O destaque atribuído ao caráter modernizador inaugurado pela implantação da Escola Normal indica que a preocupação em inserir o Piauí na modernidade não se restringia aos aspectos físicos, mas estendia-se aos diferentes âmbitos sociais, sobretudo ao ensino, responsável em disseminar tal proposta na sociedade. Por essa perspectiva discursiva, compreendia-se que na escola seria construída a ruptura com o atraso, cujo portal de passagem para o progresso seria a escola.

O governador do Estado, Arlindo Francisco Nogueira, alguns anos depois de Arthur de Vasconcelos, defendia a bandeira de que um verdadeiro regime democrático deve estar embasado nos progressos do ensino primário, devendo constituir o principal cuidado dos governos. Para Arlindo Nogueira, a democracia alicerçava-se no esclarecimento de seu povo, que passa a ter escolhas seguras de seus dirigentes representantes. Assim como o fez Arthur de Vasconcelos, que evidenciou o despreparado dos docentes, Arlindo Nogueira admite que a instrução primária ainda se encontrava em péssimas condições de desenvolvimento e endossa a ideia de que

Em geral pouco preparados os professores e mal providas de livros as escolas, a instrução primária entre nós ressentia-se de falhas que não serão fáceis de corrigir. [...] As leis sobre o ensino, seus regulamentos por

---

<sup>13</sup> Segundo Maria do Amparo Borges Ferro (1994), a primeira Escola Normal no Piauí foi instalada no dia 3 de fevereiro de 1866, em Teresina, como previa o regulamento de 06 de setembro de 1864 e em consonância com a Lei Provincial nº 565 de agosto daquele ano. A partir dessa data, o ensino normal passaria por uma série de extinções, pois foi extinto inicialmente em 1867. No ano de 1874 extingue-se o curso que havia sido criado em 1871, em anexo ao Liceu. Em 1882 foi criado outro curso, que foi extinto no ano de 1888.

melhores que sejam e contenham as mais úteis medidas, são corpos sem vida, já pela falta de idoneidade da parte da maioria do professorado, já, finalmente, pela falta de fiscalização da parte dos inspetores escolares, que limitam suas funções a atestar, nem sempre com critério, a assiduidade do professor na aula, para o fim de receber este o ordenado do mês (NOGUEIRA, A. F. *Mensagem*. 01 jun. 1902, p. 23).

Nas observações de Arlindo Nogueira, percebe-se uma análise das dificuldades de uma instrução primária de qualidade não apenas pela falta de preparo de muitos professores, mas também pela escassez de livros e pela convivência de inspetores escolares que fazem vistas grossas às faltas dos professores – práticas relacionadas ao atraso que impedia o progresso ser implantado.

Na mesma mensagem à Assembléia Legislativa, o governador Arlindo Nogueira diz não poder propor reformas, pois sabe que para ter professores qualificados e empenhados seria necessário um pagamento ou remuneração condigna, o que era impossível ao se mensurar as condições financeiras do Estado. Por essa razão, o governador deixou de regulamentar a lei n. 267, votada em ano anterior, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino, desobrigando o Estado de sua implantação e manutenção. Ao finalizar suas arguições acerca da instrução pública no estado, no ano de 1902, Arlindo Nogueira expõe o número de professores, alunos e escolas naquele momento. Eram noventa professores que ministravam o ensino primário em oitenta e oito escolas, que tinham 2.816 alunos matriculados, dos quais 2.135 freqüentavam em média. Sobre o ensino secundário, apenas enfatiza que era distribuído no Liceu Piauiense e que os professores eram de idoneidade conhecida, diferente dos que atuavam no ensino primário, que eram vistos como o inverso. Ao que parece, segundo o discurso oficial do período, a idoneidade do magistério era proporcional ao grau de instrução recebida.

Muitas tentativas para dinamizar a instrução pública eram tomadas. Nesse sentido, ações para universalizar a instrução, como a criação da escola noturna municipal, eram tomadas visando maior alcance social. O literato Clodoaldo Freitas, historicizando a instrução pública da cidade, salienta que

Em 1902, sob proposta do então conselheiro municipal e diretor da instrução pública, o saudoso professor Arthur Pedreiras, foi criada a escola noturna municipal, sendo nomeado o professor Francisco Marques para regê-la, por indicação do mesmo diretor da instrução pública, que exigiu na ocasião que o propunha, porque tinha em vista dar à escola noturna um professor prático, habilitado e cumpridor de seus deveres (FREITAS, 1988, p. 115).

A escola noturna municipal supracitada teria uma matrícula regular, com uma média de cinquenta alunos a cada ano, até o ano de 1911, quando Clodoaldo Freitas escreveu *História de Teresina*. Nesse mesmo ano, o autor afirma que havia três escolas noturnas em funcionamento e com frequência regular do alunado. No ano de 1907 foi inaugurada a escola noturna<sup>14</sup> mantida pelo Centro Proletário – centro beneficente criado no dia 1º de janeiro de 1904.

No ano de 1903, novamente Arlindo Nogueira, em mensagem à Assembléia Legislativa, afirma que “generalizar e desenvolver o ensino primário para todas as camadas sociais é dever máximo dos governos republicanos” e segue dizendo:

Tenho com a mais desvelada solicitude procurado melhorar a instrução pública, mas apesar disso e de executar fielmente as medidas patrióticas que tendes adotado sobre esse importante assunto, ela acha-se em completa decadência; Esta é a verdade que deve encher-nos de tristeza (NOGUEIRA, A. *Mensagem*. 01 jul. 1903, p. 08).

Por essas falas de Arlindo Nogueira, nota-se que o desenvolvimento das políticas educacionais estava relacionado a argumentos progressistas. Em geral, os discursos oficiais, expressos nas mensagens governamentais, reforçam os ideais de modernização, pois o futuro da cidade de Teresina, e de todo o Estado, teria como uma de suas molas propulsoras a própria melhoria da instrução pública. Teresina, como nas demais ações modernizadoras, dispunha de uma condição privilegiada, pois “as escolas da capital eram as que mais se beneficiavam com as modernizações propostas pelo poder estadual” (LOPES, 2001, p. 186).

Além disso, os projetos de modernização do ensino, em certos aspectos, entrecruzavam-se com as propostas defendidas pela política dos governos. Por esse prisma, Arlindo Nogueira afirma que tornar a instrução pública mais universal e democrática era função indissolúvel dos governos que pretendessem praticar os planos republicanos. Seria, na fala de Arlindo Nogueira, uma questão “patriótica”. Outro aspecto pulsante na mensagem do governador Arlindo Nogueira é que, além de a instrução pública encontrar-se “em completa decadência”, a educação que era desenvolvida ainda não contemplava todos os segmentos

---

<sup>14</sup> Segundo Clodoaldo Freitas, em seu livro *História de Teresina*, publicando em 1911, o art. 15 da resolução nº 753 de 29 de agosto de 1871 autorizou a criação de uma escola noturna. A Portaria de 12 de setembro de 1871, na presidência do Dr. Manoel de Rêgo Barros Souza Leão, criava uma escola normal na capital. A primeira escola noturna em Teresina foi fundada no dia 17 de agosto de 1880. Foi um empreendimento feito com recursos particulares do farmacêutico Eugênio Marques de Holanda. Foi autorizada a funcionar em prédio situado na Praça Saraiva, onde já funcionava uma escola diurna. A primeira escola noturna no Estado foi fundada em 1870 por Dr. Deolindo Moura e David Caldas.

sociais. Patriotismo seria, portanto, sinônimo de combate ao atraso, que se manifestam na decadência vivenciada na instrução pública da época.

É importante lembrar que essa perspectiva cívica defendida pelo governador Nogueira estava em consonância com o que era proposto nos ideais republicanos no período histórico analisado. Maria Luísa Santos Ribeiro, discutindo acerca dessa questão no Brasil afirma que

Campanhas proclamando a necessidade da difusão da escola primária foram organizadas. Eram lideradas por políticos que, enquanto tais, reconheciam a necessidade da difusão especialmente da escola primária como base da nacionalidade, o que fez com que alguns defendessem não só o combate ao analfabetismo, como também a introdução da formação patriótica, através do ensino cívico (RIBEIRO, 2003, p. 82-83).

Arlindo Nogueira não estava, portanto, variando no enredo proposto pela República, mas nele inseria-se de maneira exemplar, por meio de suas propostas e construções discursivas. Segundo Itamar Sousa Brito(1996), o regime republicano teria surgido, ou pelo menos pensado, como a promessa para o revigoramento da instrução pública, mas isso não teria se concretizado por completo, pois os legisladores “continuavam com suas vistas voltadas para outros problemas e quando cuidavam do ensino era para aplicar-lhe novas normas ou fazerem reformas quase sempre inexequíveis” (BRITO, 1996, p. 34).

Mesmo diante das inúmeras tentativas dos governantes de impulsionar o ensino público, Clodoaldo Freitas destaca as dificuldades elencadas nas mensagens governamentais para a não efetivação de uma instrução pública satisfatória. No leque desses empecilhos, sobressaíam-se os poucos recursos financeiros e a falta de idoneidade do professorado. Segundo Clodoaldo, todos os governantes têm atribuído à instrução pública, primária e secundária, importante papel para alavancar o progresso não só de Teresina, mas de todo o Estado. No entanto, Clodoaldo afirma que, mesmo cientes desse infortúnio, os governantes não conseguiram tomar decisões enérgicas para elucidar o problema. Isso se justificaria ao passo que

A preocupação dos nossos governos, antes e depois da república, foi, em teoria, sempre esta e todos, infelizmente, conhecendo o mal, que ainda existe, nunca procuraram mitigá-lo pela escolha inteligente, e, fora dos partidos, de pessoal idôneo para o magistério. Professores analfabetos deviam produzir discípulos analfabetos e a coisa era tão comum, que já se não exigia nada para ser professor (FREITAS, 1988, p. 89-90).

Para reforçar essa crítica, o literato Clodoaldo Freitas revela que “aqui na capital, não há muito tempo, exerceu o professorado, um indivíduo analfabeto” (p. 90). Para o autor, o governador da época – que não tem o nome revelado por Clodoaldo – sabia e era conivente com o caso. Tal relato mostra que, além dessa inoperância dos poderes públicos, no intuito de sanar os problemas longamente elencados, como aqueles relacionados ao mau funcionamento da instrução pública, havia as conveniências partidárias, uma vez que os governantes, mesmo conhecendo “o mal” nunca procuraram solucionar com a contratação de pessoal idôneo “fora dos partidos”.

Nota-se assim, que as propostas progressivas em relação à instrução pública defendidas pelos governos republicanos conviviam com práticas semelhantes às utilizadas no período monárquico, cuja denominação recebida constantemente vinha acompanhada da pecha de atrasadas ou obsoletas.

No entanto, essa proeza de introduzir a instrução na modernidade não deveria recair somente à alçada dos poderes públicos, “mas também da iniciativa particular, da cooperação dos pais de família e principalmente de um bom mestre”, ressalta Arlindo Nogueira. Ser moderno no quesito educação era uma postura que deveria ser assumida por toda a sociedade, portanto, não sendo atribuição unicamente do Estado, mas a ele recairia o papel da condução dessas ações.

A mensagem do governador ressalta que a decadência da instrução pública ainda tem suas ligações com a falta de professores idôneos para ministrarem os conhecimentos básicos da língua portuguesa à população em idade escolar. Arlindo Nogueira admite que outras causas têm corroborado para o estado lastimável da instrução primária, mas seriam causas que só o tempo, bem como a honesta e constante fiscalização e a regeneração financeira do Estado encarregar-se-iam de eliminar.

Nota-se, com isso, que o poder público passava a atribuir quase exclusivamente à atuação dos professores a baixa qualidade do ensino sendo recorrente a discussão detalhada em relação à reduzida qualidade na formação dos docentes como responsável pelas dificuldades enfrentadas no ensino em Teresina e no Piauí. Porém, os demais elementos que também contribuíam para tal cenário histórico eram tratados de forma genérica e superficial, quase sendo naturalizados pelos governadores da época.

O magistério, portanto, era responsabilizado pelo nível de obsolescência da instrução no período, exceto quando se tratava do ensino secundário, pois em relação ao ensino secundário e suas novas necessidades, Arlindo Nogueira advoga que

A instrução secundária ministrada no Lyceu Piauiense por um corpo docente, apto e competente, tem correspondido aos intentos que dictaram sua criação. Sendo uma grande necessidade para os nossos jovens patrícios desprotegidos da fortuna uma escola profissional que os habilite a ganhar honradamente os meios de subsistência, desejo dar este anno execução à lei nº 255 de 13 de julho de 1900, que criou nesta cidade um estabelecimento de educação com a denominação de Lyceu de Artes e Offícios, para o que deveis habilitar o governo com os créditos necessários (NOGUEIRA, A. F. *Mensagem*. 01 jul. 1903, p. 27).

O perfil dos docentes que ministravam aulas no Lyceu Piauiense difere bastante do descrito nas escolas primárias. A competência e a aptidão são destacadas como virtudes que deveriam ser seguidas em outras instituições de ensino, como o Lyceu de Artes e Ofício, conforme sugestão do próprio governador do Piauí.

Arlindo Nogueira, argumentando com os membros da Assembléia Legislativa, assegura que a instalação daquele instituto profissionalizante, que teve sua inauguração adiada por muito tempo em razão das deficiências orçamentárias, não aumentaria as despesas dos cofres públicos do Estado, a não ser nos dois primeiros anos de implantação e aprimoramento. O Lyceu de Artes e Ofício tratava-se de um projeto profissionalizante com claros objetivos de atender aos jovens pobres da cidade de Teresina.

Tal instituto funcionaria com organização modesta e simples, que, de acordo com Arlindo Nogueira, preencheria uma grande lacuna no Estado, que não dispunha de fábrica de móveis, de calçados e outros artefatos, nem mesmo oficinas que pudessem atender prontamente as demandas dos pedidos urgentes. Arlindo Nogueira chama atenção para os grandes benefícios da instalação desse estabelecimento de ensino profissionalizante. Após a montagem do estabelecimento, levaria pouco tempo para a redução nas despesas do orçamento, pois os móveis para repartições públicas, o fardamento e calçado para o corpo militar da polícia serão preparados naquele estabelecimento, dando alívio aos cofres públicos.

É importante notar a diferenciação feita pelo governador em relação ao ensino ministrado para os “jovens desprotegidos de fortuna”, que deveria ser um ensino profissionalizante, que os habilitassem a ganhar sua subsistência, daquele que era proposto aos jovens abastados, cujo ensino visava ao prosseguimento nos estudos e à ocupação de outros espaços de prestígio no seio social. Destaca-se a importância atribuída pelos governos

republicanos ao ensino profissionalizante, considerado um importante aliado na conquista do progresso na sociedade que se pretendia estruturar.

Isso remete ao problema das diferentes propostas estruturadas no Brasil em relação ao público atingido pelo ensino, pois como discute Ribeiro,

[...] a manutenção dos padrões tradicionalistas no ensino secundário e a permanência da idéia de que o ensino profissional (elementar e médio) destinava-se às camadas menos favorecidas, acaba por agravar o problema referente às distintas formações: um conjunto de escolas propiciava a formação das “elites” e, outros, a do “povo”. (RIBEIRO, 2003, p. 90).

Vale lembrar que os olhares sobre a importância do Liceu Piauiense na formação dos cidadãos piauienses remontam a períodos pretéritos, pois em certos momentos da administração do Estado ele era considerado um dos marcos na introdução do Piauí na auto-suficiência, pois se defendia a idéia de que

[...] é conveniente desde já colocar o Lyceu desta capital em condições de poder satisfazer aos fins de sua criação, ampliando o seu programa de ensino, de sorte que a mocidade piauiense não tenha de se ver na contingência de fazer sacrifícios, muitas vezes superiores às suas forças, indo estudar em outros Estados (CARVALHO E SILVA, C. de. *Mensagem*. 08 jun. 1893, p. 27).

Implantar um ensino de qualidade no Piauí, semelhante ao ministrado em outros centros urbanos no Brasil, significava pôr o Estado no mesmo nível de desenvolvimento que outros Estados vistos como modernos.

Além de buscar adequar o programa de ensino do Liceu ao conteúdo programático exigido no Gymnásio Nacional, almejando o ingresso dos alunos piauienses nos diferentes cursos superiores do país, essa medida pretendia dar maior autonomia ao Piauí em relação a outros estados. O progresso do Estado era compreendido, por grande parte das lideranças políticas, como efetivação de sua autonomia e desenvolvimento nesse contexto federalista.

A esse caráter propedêutico atribuído ao ensino secundário, Leôncio Basbaum, discutindo sua relação com o bacharelismo vigente no período no território brasileiro, faz a seguinte análise

O fato mais digno de significação do ponto de vista cultural nesse período é o que se chamou de *bacharelismo*, no pior sentido, significando a *mania* generalizada entre os respectivos pois, de *formar* o filho, dar-lhe de qualquer modo um título de doutor. [...]

[...]pois ser *doutor* era, senão um meio de enriquecer, certamente uma forma de ascender socialmente. Ao doutor abrem-se todas as portas, e, principalmente, os melhores cargos do funcionalismo (BASBAUM, 1962, p. 288).

Essa associação entre formação escolar e cargos burocráticos é uma característica presente em diferentes momentos da história brasileira, inclusive, José Murilo de Carvalho (2003), ao discutir a sociedade brasileira durante o período monárquico, analisa a importância da instrução na composição e organização dos quadros burocráticos que administraram e conduziram o Estado brasileiro durante a configuração histórica do Império, característica que se verifica também após a implantação da República, como se nota na correspondência do governador do Piauí, Coriolano de Carvalho e Silva, em 1903.

Para alcançar tal intento de adequação do Liceu ao programa do Gymnásio Nacional, o governador Coriolano dizia ser de extrema urgência a criação das cadeiras de alemão, ciências físicas e história natural. A criação dessas novas cadeiras iria contribuir para o acréscimo das despesas e do orçamento público, mas isso seria contrabalançado em parte pela supressão do lugar de diretor, podendo qualquer um dos professores daquele estabelecimento acumular essas funções, mediante uma gratificação, conforme o aumento de trabalho que pudessem ter. O governador Coriolano ainda ressaltava que muitas crianças pobres encontravam-se em um estado de abandono por não disporem de recursos indispensáveis para freqüentarem os estabelecimentos de instrução. Nesse sentido, clamava em favor do restabelecimento do antigo estabelecimento do Colégio de Educandos Artífices<sup>15</sup>, para suplantiar o estágio de ignorância no qual se encontravam vários jovens e crianças do Estado.

Além disso, estabelecimentos como esse surgiam “com o intuito de controlar a população carente, que vivia perambulando pelas ruas da cidade e provocava conflito e angústia à sociedade” (ARAÚJO, 1995, p. 14). Por esses discursos governamentais, observa-se que a carência que atingia significativa parcela da população piauiense afetava também o atendimento ao ensino público, que também assumia seu caráter de controle social.

O quadro de deficiência na escolarização do Piauí assemelha-se ao vivenciado em todo o Brasil, pois, Segundo Maria Luísa S. Ribeiro (2003), “em 1920, 65% da população de quinze anos e mais era analfabeta”. Esse percentual passou seria maior no mesmo período, segundo essa autora, se forem considerados os brasileiros de todas as idades, subindo para

<sup>15</sup> Esse estabelecimento foi encaminhado pela Lei nº 220, de 24 de setembro de 1847 e foi inaugurado no dia 1º de dezembro de 1849, na administração do Dr. Anselmo Francisco Piretti. Iniciou suas atividades com 15 órfãos que freqüentavam as oficinas de carpina, marceneiro, ourives, alfaiate, ferreiro e sapateiro. O estabelecimento foi extinto pela Lei nº 808 de 4 de agosto de 1873. Nesse mesmo ano, a Lei nº 824 de 12 de agosto determinava a criação do Internato Artístico, mas foi extinto no ano de 1875, pela Lei nº 185 de 16 de junho do mesmo ano.

75% a parcela de analfabetos. Diferentes níveis de ensino foram afetados por esse cenário de carência. O ensino secundário, dessa forma, no geral, ficou circunscrito a um reduzido e abastado público. Esse nível de ensino, embora com problemas, apresentou melhor estrutura, como no quesito qualidade dos professores.

O reconhecimento da competência do corpo docente atuante no Liceu é recorrente, mas ainda haveria certas lacunas no seu programa de ensino que impossibilitava ao alunado seguir com maior facilidade nos cursos superiores. Em 1906 o governador Álvaro de Assis Osório Mendes comunica que

A instrução secundária continua a ser ministrada no Lyceu Piauhense, em cuja corporação docente figuram professores de incontestável competência, mas a verdade é que na vigência dos exames parcelados, não recebiam ali os estudantes o preparo preciso para com facilidade e real proveito seguirem os cursos superiores (MENDES, A. A. O. *Mensagem*. 01 jun. 1906, p. 31)

Mais uma vez a preocupação com o acesso ao ensino superior faz-se notar no discurso governamental. A modernidade não impediu que o Piauí convivesse com a dicotomia na proposta de ensino vigente no Brasil: uma escola cuja função era dar condições de prosseguimento dos estudos e outra que deveria preparar para o mercado de trabalho. A primeira, voltada para os grupos mais abastados da sociedade; a segunda, restrita às camadas populares. Nem a mudança do regime político, nem a passagem do século alteraram muito essa perspectiva.

As atenções sobre o ensino secundário, especificamente sobre o Liceu continuavam pautar as ações governamentais do Estado. Em 1928, o governador Matias Olympio de Mello, em mensagem à Assembléia Legislativa no dia 1º de junho de 1928 destacava que para melhorar o atendimento daquele estabelecimento de ensino foram feitas reformas, por intermédio do Diretor de Obras Públicas, no sentido de comportar “os serviços lectivos do Lyceu, com um curso activo de cinco anos”.

Após as modificações no prédio, que tinham instalado mais quatro classes e dois gabinetes, o quadro de disciplinas daquela época era assim distribuído: Português, Aritmética, Álgebra, Geografia, Cronografia, Cosmografia, Física, Química, História Universal, História do Brasil, Filosofia, Instrução Moral e Cívica, Desenho e Escrituração Mercantil. Mesmo com essas adequações no prédio e no cronograma curricular do Liceu, o governador Matias Olympio menciona a redução de matriculados que caiu de 108, em 1927, para 82, em 1928. Conforme o diretor do Liceu àquela data, reproduzida na mensagem governamental

As causas dessa decadência de matrícula residem na concessão federal do Decreto 5.303 – A, de 31 de outubro de 1927, que permitiu novo regime de exames parcellados, determinando que muitos alumnos abandonassem a garantia e solidez do estudo systemático do curso, para aproveitar os privilégios do mesmo Decreto, pelo qual poderão concluir os exames mais rapidamente, ainda que com o mais breve conhecimento das matérias (MELLO, M. O. de. *Mensagem*. 01 jun. 1928, p. 19).

Note-se que a defesa do diretor do Liceu reforçava a idéia de que não havia nada de errado ou incomum nos serviços oferecidos no estabelecimento, enfatizando que o problema originava-se em função das determinações do decreto federal, cujos privilégios oferecidos aos alunos seriam questionáveis por comprometer o conhecimento das matérias. Esse aligeiramento das matérias estava em consonância com o cenário histórico da época, segundo o qual ser moderno implicava em ganhar tempo. Esta compreensão expandiu-se ao ensino e afetou os exames do Liceu Piauiense com sua celeridade, vista pelo governador como comprometedora da qualidade do ensino.

Em contrapartida, a instrução primária continuava com seus cambaleantes passos, cujos problemas estavam vinculados, conforme os discursos dos governadores até aqui mencionados, à falta de professores qualificados e pela escassez de recursos monetários para a remuneração de professores melhor preparados. Álvaro Mendes afirmava que

Toda solicitude e esforços dos poderes públicos reclama a instrução popular, que infelizmente está ainda muito longe do grão de adiantamento, que já deveríamos ter atingido. A causa deste lastimável atraso não é devido tanto, forçoso é confessá-lo, à falta de leis e reformas bem planeadas, como mui especialmente a costumes e condições locais, contra os quaes urge reagir. A instrução primária, que cumpre religiosamente difundir-se por todo o povo, depende essencialmente de professores habilitados e dedicados, que não é fácil encontrar para as localidades centrais com a parca remuneração que o Estado lhes oferece (MENDES, A. A. O. *Mensagem*. 01 jun. 1906, p. 32).

Álvaro Mendes ainda destaca que, como elemento agravante, os pais pobres que moravam nas regiões mais interioranas do Estado não tinham condições de prover tal educação, pois se encontrariam distantes das sedes das vilas e cidades, evidenciando que a instrução restringia-se aos espaços urbanos. O governador salienta, então, que na lei n. 267 de 20 de junho de 1901 estava decretada a obrigatoriedade do ensino primário.

É importante destacar o que Ribeiro (2003) afirma ao lembrar Florestan Fernandes, que “assinala o fato de o crescimento das oportunidades escolares ter sido um mérito do governo republicano” (p. 84-85).

Tal lei ainda estabelecia multa conversível em prisão por 4 dias para “os pais, tutores e curadores, que deixassem de matricular nas escolas públicas e particulares os menores de 9 anos”. Mesmo a educação primária não sendo ofertada de maneira satisfatória, ao menos nos estabelecimentos públicos, as normas de punição eram bem taxativas. Contudo, Álvaro Mendes diz que tal lei ainda não havia sido regulamentada e não achava conveniente esse *desideratum*, pois as autoridades que a pusessem em execução estariam diante de considerações morais, dignas de respeito.

Essa medida apresenta o grau de intervenção estatal no ordenamento do estado, adotando ações que o aproximassem do que era considerado moderno à época, mesmo que isso ocorresse de forma compulsória ou apenas mediante normas escritas, que não eram implantadas na prática. Um Estado que apresenta as punições, mas não oferece condições práticas de inserção da população nos benefícios prometidos, aquilo que Nicolau Sevcenko (1999) denominou de “inserção compulsória na Belle Époque”, referindo-se à modernização excludente ocorrida nas primeiras décadas da República brasileira.

### **2.3 As (in)certezas do tempo: horizontes da instrução pública na década de 1920**

A década de 1920 é iniciada com a esperança de superação da trajetória de percalços da instrução pública. Tal euforia era sentida em todo o país, pois se discutiam as possibilidades de reformulação da educação. Na capital piauiense, o tom era de que os males que acometiam o bom andamento da instrução também eram responsáveis por outros problemas que Teresina e todo o Estado enfrentavam, pois se dizia que

Padecemos de enfermidades alarmantes, proliferando no pântano do analfabetismo, colônia tenebrosa de mais de noventa por cento da população, onde se geram e multiplicam todos os dissolventes da saúde do corpo e do espírito (MARTINS, 1920, p. 7-8).

Para Elias Martins, a anarquia pela qual a sociedade teresinense passava devia, em grande medida, à desestruturação da instrução pública e aos grandes índices de analfabetismo.

As “enfermidades” não se restringem aos aspectos físicos, mas, como destaca Elias Martins, ao próprio espírito, visto que o universo de analfabetos corroborava o quadro de miséria e de fome. Essa mesma preocupação esteve presente nas instâncias do poder público. Sobre a administração pública, Elia Martins fala da importância de uma ação pública comprometida, visto que “administrar é prever, evitar o mal, produzir o bem” (p. 10).

No relatório da Diretoria da Sociedade Auxiliadora da Instrução<sup>16</sup>, publicado em 1922, é feito um balanço analítico das condições materiais, humanas e financeiras da instrução pública em Teresina e nas demais cidades piauienses. O relatório apresenta-se em forma de livro, que está intitulado de “A Instrução Pública no Piauí”. Em nota de abertura do livro, a diretoria diz não haver momento melhor para a exposição da instrução pública no Estado, visto que àquela data comemorava-se o centenário da independência política do país.

Segundo a própria diretoria, esse panorama da instrução pública nasceu da necessidade de se “estudar as causas da decadência do nosso ensino e de apontar os meios de removê-las” (p. 05). Buscava-se cartografar a instrução pública em Teresina e demais cidades piauienses para, a partir de então, pudessem ser dados passos mais firmes em direção à otimização do ensino.

Em resposta à convocação feita pelo Governador João Luiz Ferreira (1920-1924), Mathias Olympio, em julho de 1921, diz que a importância do ensino público era de tal figuração que em toda parte do mundo tinham sido feitas ações para o seu desenvolvimento. Contudo, os exemplos mundiais não estavam tendo ressonâncias práticas no Estado, no tocante ao ensino primário. Segundo Mathias Olympio, antes das diversas leis que tornavam obrigatório o ensino primário, os governos deviam se preocupar com a formação de seus professores. As leis que versavam sobre tal obrigatoriedade tornaram-se inertes e obsoletas, em função de que

No regime decaído, como nos primeiros dias da República, nada se fez pelo ensino. As escolas viviam abandonadas e entregues a pessoal absolutamente incompetente. Chegou mesmo a ser comentado na imprensa o caso de uma professora do interior inteiramente analfabeta, que percebeu durante muitos anos os vencimentos do cargo, considerado pelo marido como achego em retribuição a serviços políticos,

<sup>16</sup> Sociedade fundada no ano de 1908 e inaugurada em 1º de janeiro de 1909 para, inicialmente, financiar as despesas da Escola Normal Livre, que fora fundada para atender os segmentos sociais mais humildes. Com esse objetivo muito restrito, a sociedade foi praticamente fechada, sendo reativada na década de 1920. No dia 06 de julho de 1921, o governador João Luiz Ferreira enviou comunicado a Mathias Olympio de Mello, para compor comissão de estudo sobre a instrução pública. À data de 1922 a Diretoria da Sociedade era composta por: Mathias Olympio (Presidente); Pedro Borges da Silva (Vice-Presidente); João Osório Prophirio da Motta (1º Secretário); Francisco Portella Parentes (2º Secretário); Manoel Raimundo da Paz Filho (Tesoureiro); e Anísio de Brito Mello (Orador).

anteriormente prestados. Um outro, certa vez, castigava os discípulos porque haviam datado as escriptas de 1º de outubro, quando ao seu ver, deviam ser de 31 de setembro (MELLO, M. O. *Relatório da Sociedade Auxiliadora da Instrução*. 1922, p. 12).

Com esses argumentos, inclusive citando o jornal “Pátria”, nº 184 de 11 de outubro de 1905, Mathias Olympio afirma que os primeiros anos do século XX não foram encaminhados de tal maneira que pudessem contribuir para o preparo de professores para o ensino primário. Somando-se a isso ainda se observava que a maioria dos prédios escolares, nos idos de 1910, não apresentava condições adequadas ao ensino. Quanto a isso, Ribeiro (2003) afirma que no Brasil “ainda em 1907, o tipo comum de escola primária é a de um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de adiantamento” (p. 85).

Além disso, a assertiva de Mathias Olympio corrobora a informação dada por Clodoaldo Freitas, em seu livro *História de Teresina*, escrito em 1911, quando fala de casos de professores analfabetos em pleno exercício das funções. A “retribuição a serviços políticos” também havia sido denunciada por Clodoaldo. Isso deixa transparecer que “a influência política na contratação de professores na rede pública acontecia rotineiramente” (FERRO, 1994, p. 86). Geralmente ocorria indicação feita por pessoas de poder ou prestígio político, desvalorizando-se o preparo para o magistério e isso contribuía para aquilo que a quase totalidade dos governantes debatiam: o despreparo dos professores.

Conforme Mathias Olympio, somente em 1908 procurou-se focalizar esforços efetivos para o soerguimento do ensino. É salutar dizer que essa anemia nas ações para a superação da decadência do ensino estava atrelada aos acontecimentos nacionais, pois, como lembra Nicolau Sevcenko (1999), de 1889 aos idos de 1904 o país passou “por uma série contínua de crises políticas” (p. 25) em decorrência do reajuste social surgido com a ordem republicana.

Ações mais enérgicas para a melhor configuração do ensino se manifestaram com a fundação da Escola Normal Livre na cidade de Teresina. No ano de 1910, no governo de Antonino Freire da Silva, a Escola Normal Livre foi transformada em Escola Normal Oficial<sup>17</sup>. O objetivo da Escola Normal Livre era a maior difusão do ensino como uma proposta democrática da instrução. Sua proposta pedagógica também era diferenciada. Enquanto o ensino tradicional, com matizes clericais, distribuía suas nove cadeiras em um período de três, na Escola Normal Livre havia dezenove cadeiras distribuídas em um

---

<sup>17</sup> Essa transformação se deu por meio das reformas da Instrução Pública Estadual encaminhada a partir da Lei n. 548 de 30 de março de 1910, no governo de Antonino Freire.

interstício de quatro anos de frequência<sup>18</sup>. Mesmo tendo funcionado apenas por um ano, a Escola Normal Livre foi valorosa para a instrução no Piauí, visto que

Sua curta existência, contudo, ajudou a forjar o modelo de professorado ideal para as escolas públicas e mostrou a necessidade e a viabilidade de se ter docentes com formação profissional específica para servir como agentes de modernização da sociedade piauiense (LOPES, 2001, p.32).

O modelo ideal de professorado tinha apoio por parte do governo estadual, pois sua política reformista também pretendia construir aquele perfil docente. Nesse sentido, o Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910, em consonância com as reformas à instrução pública, determinava, dentre outros pontos, que a Escola Normal estaria estruturada em dezoito cadeiras. Além disso, determinava a criação de uma Escola Modelo, na qual seriam desenvolvidas atividades práticas, mas com currículo similar ao do ensino primário.

O quadro da instrução pública nacional, segundo Mathias Olympio, confirmava a estatística do ano de 1910, que apontava uma população de 75% de analfabetos. Nesse sentido, “como uma das unidades federativas, o Piauí, neste tocante, não oferece o menor progresso” (p. 17). Dessa maneira, Mathias Olympio deixa transparecer que as dificuldades do ensino no Estado são ecos da desestruturação da educação no país. Mathias Olympio lembra que, fazendo uma média estatística, o número de matrículas no Estado não ultrapassou os 0,6%, no período de 1911 a 1920. Em um universo de 555.917 habitantes, isso significa que para cada mil habitantes apenas seis se matricularam nas escolas do Estado. Nem a cidade de Teresina, que gozava de melhores serviços, não apresentava um cenário dos mais gloriosos, visto que

No município desta capital, que é o mais bem servido no Estado em matéria de ensino, o recenseamento a que ultimamente se procedeu acusou uma população de 52.525 pessoas, das quaes 8.645 sabem ler, sendo analfabetos 43.610. Em a nossa capital, portanto, a percentagem de analfabetos é de 83% (MELLO, M. O.de. *Relatório da Sociedade Auxiliadora da Instrução*. 1922, p. 17).

---

<sup>18</sup> O curso da Escola Normal Livre foi ampliado com as cadeiras de Ginástica Sueca, História Universal, Álgebra, Literatura Nacional, Música, Italiano, Noções de ciências físicas e naturais e de Direito Constitucional. A lei n. 642 de 17 de julho de 1911 estabelecia o período de quatro anos com a seguinte distribuição: 1º Ano: Português, Francês, Aritmética, Geografia, Desenho, Música, Trabalhos Manuais e Ginástica; 2º Ano: Português, Francês, Aritmética e Álgebra, Geografia, Cosmografia, Pedagogia e Metodologia, Física e Meteorologia, Desenho, Música e Trabalhos Manuais; 3º Ano: Português, Francês, Geometria e Trigonometria, Física e Química e Meteorologia, História Natural (Zootecnia e Botânica), Arboricultura, Horticultura, Jardinagem, Pedagogia, Metodologia e Educação Moral e Cívica, Desenho, Música e Trabalhos Manuais; 4º Ano: Literatura, História Natural, Mineralogia e Geologia, Economia Rural e Higiene, História da Civilização e do Brasil, Pedagogia e Metodologia, Economia Doméstica, Educação Moral e Cívica.

Para Mathias Olympio, essa situação era desconfortante pelo fato de que na capital havia tanto escolas públicas estaduais como municipais. Destaca que a matrícula devia alcançar índices maiores e que isso só não ocorria em virtude da decadência do ensino. Com essa constatação, o presidente da Sociedade Auxiliadora da Instrução elenca as causas por tal decadência:

- I) Inobservância dos dispositivos do Regulamento, donde:
  - a) Faltas na sua direcção;
  - b) Ausência de fiscalização;
  - c) Impreparo técnico de grande parte do professorado;
  - d) Falta de formação de espírito profissional do professorado.
- II) Falta de prédios para funcionamento das escolas e de material escolar.
- III) Intromissão indebita de interesses estranhos à instrução na escolha de elementos por ela responsáveis (MELLO, M. O. *Relatório da Sociedade Auxiliadora da Instrução*. 1922, p. 18).

No trecho citado, percebe-se que há outros condicionamentos que impulsionavam a decadência do ensino público, e não somente a inexistência de um corpo docente preparado. Aspectos de cunho burocrático, material e político endossavam os entraves à educação pública. No tocante aos espaços, nota-se que a falta de prédios destinados ao ensino ainda era uma preocupação marcante no processo de modernização da instrução e da própria cidade. Teresina, mesmo sendo a “sereia” que atraía os melhores investimentos, mostrava que seu canto dissipava-se mediante a proliferação de uma sociedade analfabeta. Segundo o artigo 199 do Regulamento Geral da Instrução, as escolas dos povoados, das vilas e das cidades deviam ter no mínimo o número de 20, 30 e 40 alunos, respectivamente, para estarem em funcionamento. Por esse dispositivo, as “Escolas Reunidas” de Teresina deveriam estar fechadas, pois não atendiam aos números mínimos exigidos.

No tocante ao Liceu Piauiense, em particular, às causas já apontadas para a ineficiência do ensino são somadas outras que explicariam o declínio nas matrículas. As razões seriam:

- a) o curso seriado de 5 anos;
- b) a proibição de matrículas para alunos ouvintes;
- c) a faculdade para inscrição de alunos não matriculados, candidatos a exames avulsos até o número de quatro, podendo, deste modo, ser o curso feito em três anos;

d) permissão para os lentes leccionarem particularmente e examinarem no Lyceu (MELLO, M. O. *Relatório da Sociedade Auxiliadora da Instrução*. 1922, p. 21).

Tais razões tornavam o ensino ainda fragilizado e com poucos resultados no tocante à projeção da cidade e de todo Estado aos patamares das culturas mais desenvolvidas, como salienta Mathias Olympio, considerando desenvolvimento pré-requisito para inserir-se na modernidade. A partir do relatório apresentado, o governador João Luiz Ferreira se fez pronunciar por meio de inúmeras alterações ao Regulamento Geral da Instrução Pública, aplicados pelo Decreto n. 771, publicado no dia 06 de setembro de 1921.

Ficava decretado que permaneceriam em vigor, com certas alterações, o Regulamento previsto pelo decreto nº 434 de 19 de abril de 1910 e o decreto nº 621 de 19 de abril de 1915, que versavam sobre a instrução pública. Para o Liceu Piauiense, foi decretado que ficariam suas funções a cargo da Sociedade Auxiliadora da Instrução, assistindo ao Estado o direito de fiscalização direta e imediata sobre o estabelecimento de ensino.

A administração, direção e inspeção das escolas primárias e profissionais, bem como na Escola Normal, permaneceriam a cargo do Diretor Geral da Instrução Pública, que também seria o diretor da Escola Normal. As escolas públicas subvencionadas ao Estado seriam inspecionadas somente por ele. A inspeção técnica das escolas públicas ficaria sob responsabilidade do Conselho Superior de Instrução Pública e pelos inspetores de ensino, que foram criados pela Lei nº 1.020 de 23 de julho de 1921. Ao diretor geral da instrução pública foram atribuídas funções ligadas à organização dos regimentos escolares; presidir concursos para seleção de professores para o magistério público normal; responsabilidade pelo controle da folha de pagamento da Diretoria Geral e da Escola Normal; empossar professores, inspetores, funcionários da Escola Normal e da educação primária pública; autorizar e rever tabela de quotas destinadas ao aluguel dos prédios onde funcionariam as escolas; responsabilizar-se pelos livros de escrituração da Diretoria Geral e da Escola Normal; aplicar as devidas penalidades a professores, inspetores e lentes da Escola Normal, bem como processá-los, caso fosse necessário.

Essas medidas faziam parte da proposta de reestruturação do ensino público, pretendendo agilizar a seleção, aplicação e fiscalização tanto de recursos financeiros como da contratação e atuação de professores.

As dificuldades acerca da efetivação e gerenciamento da instrução pública faziam com que o ensino se situasse, de maneira geral, à capital do Estado, visto que em outras cidades piauienses a educação pública era ainda mais incipiente. Teresina era a caixa de ressonância

do que Marta Maria Chagas de Carvalho (2004), citando Moysés Kuhlmoann Jr, denominou de “trilhar da nação rumo ao progresso, amparada pela ciência, pela indústria e pela técnica e arrolavam profusas informações ‘sobre instituições que indicariam o progresso alcançado” (p. 382).

Segundo o governador João de Deus Pires Leal (1928-1930), essa realidade sofreu alguma alteração justamente em sua gestão, pois

A instrução pública até 1926 era, como sabeis, quase que somente na capital. Em 1927, porém, o governo municipal de Parnahyba deu-lhe um grande impulso ali. Nos demais municípios do interior ela não dava os resultados que eram de esperar dos dispêndios que o Estado fazia. As escolas, com poucas exceções, não funcionavam regularmente nem tinham instalações condignas. Poucas eram regidas por professoras normalistas, não obstante o crescido número de diplomadas pela Escola Normal (LEAL, J. D. P. *Mensagem*. 01 jun. 1929, p. 30).

Isso demonstra o quanto a educação pública ainda apresentava traços de desestruturação. As razões eram associadas em grande parte ainda à falta de recursos financeiros para o financiamento e à existência de poucas professoras normalistas, mesmo havendo um grande número de egressas da Escola Normal. De acordo com Pires Leal, o vencimento dedicado ao pagamento das professoras no interior do Estado era inferior ao pagamento de professoras da capital.

Situação evidenciada, sobretudo, nas correspondências emitidas pelo Inspetor Geral da Instrução Pública no Piauí, destinadas ao Executivo Estadual mediante as quais é recorrente a apresentação de cadeiras vagas no ensino fora da capital, mesmo quando abertas inscrições para o provimento de cadeiras para o magistério.

Nesse sentido, o governador teria assumido o compromisso de equiparar os vencimentos como uma forma de diluir as condições discrepantes daquele quadro. Para tal intento, Pires Leal afirma ter contado com a colaboração dos Intendentes Municipais, destacando que

Desse modo, pude aparelhar devidamente e inaugurar os grupos escolares de Floriano, Picos, Campo Maior e Oeiras e nomear várias professoras para diversas escolas já existentes, ampliando-lhes, assim, a acção, como diversas outras para escolas por mim criadas, como sejam: uma noturna, para operários, no “Centro Proletário” desta capital; uma no povoado “Novo Estado”, do município de Belém; uma em “Santa Rita”, no município de União; outra no povoado “Sacco”, deste município e outra em “Mato Secco”, município de Miguel Alves (LEAL, J. D. P. *Mensagem*. 01 jun. 1929, p. 30).

Pires Leal lembra à Assembléia Legislativa que nomeou um total de 28 professoras normalistas para o interior e que o número só não foi maior, em decorrência da impossibilidade financeira para aparelhar novos grupos escolares e escolas. O governador alegou que quando assumiu o governo do Estado havia somente cinco grupos escolares no interior, sendo dois em Parnaíba, um em União, um em Barras e um em Livramento. Os de Parnaíba e de Barras funcionavam em instalações condignas e possuíam uma frequência satisfatória. Por outro lado, em União e Livramento os prédios eram inadequados à função.

Sobre o ensino rural, Pires Leal admite a inviabilidade de otimizá-lo pela falta de recursos financeiros e por não haver normalistas que se dispusessem a desbravar os mais longínquos arraiais do interior. Como possível solução, o governador sugere a criação de um curso destinado ao preparo de professores que possam assumir o ensino rural, em termos numéricos e de qualidade. Acerca da Escola Normal, Pires Leal diz que o Diretor Geral de Instrução propõe o aumento da carga horária de quatro para cinco anos, em função do acúmulo de matérias que eram ministradas no 3º ano.

O governador Mathias Olympio (1924-1928), no ano de 1926 comemorava, junto aos membros da Assembléia Legislativa, o elevado índice de matrícula na Escola Normal argumentando que “é com desvanecimento que científico aos senhores Deputados o aumento constante da matrícula nessa casa de ensino, comprovando, assim, a confiança que vem inspirando a sociedade piauiense”. Essa euforia fazia parte, como destaca Maria Luisa Santos Ribeiro (2003), de uma tendência de otimismo e entusiasmo em relação à educação. O ambiente de contestação de idéias e de agitação, como as revoltas do Forte de Copacabana, de 1924 e a Coluna Prestes, de 1924 a 1927 teria ressonâncias nas reflexões acerca da organização escolar.

Essa euforia também se explicava pelo fato de que a década de 1920 foi marcada, também, por passos largos no intuito de consolidar o ensino em Teresina, e no próprio Estado. Por esse viés, nota-se que década de 1920 foi inaugurada com “a construção do primeiro prédio especificamente destinado a uma escola no Piauí: o da Escola Normal” (LOPES, 2001, p. 188). Nos idos de 1926 criou-se legalmente o primeiro grupo escolar em Teresina: o Grupo Escolar Demóstenes Avelino, mas foi no ano de 1927 que a euforia aflorou e se fez notar. Segundo Lopes (2001), as festividades e as comemorações<sup>19</sup> do dia 15 de outubro de 1927, que faziam nítida referência ao centenário do Ensino Primário no Brasil, compunham o

---

<sup>19</sup> Segundo Lopes (2001), as festividades concentraram-se no Grupo Escolar Demóstenes Avelino, na Escola Modelo e na Escola Normal. Menciona que em 1928 o modelo Grupo Escolar foi ampliado na capital, com a criação dos Grupos Escolares José Lopes, Antonino Freire, Teodoro Pacheco e Matias Olímpio.

cenário de otimismo promovido pela existência dos grupos escolares na capital. Além disso, tais “comemorações serviram também para delimitar as instituições melhor aquinhoadas com a modernização escolar na capital” (p. 190). Para Lopes, esse modelo educacional era a “representação máxima da modernidade” em todas as dimensões.

Em contrapartida, Pires Leal, no ano de 1930 alerta para a pouca exigência para o ingresso e preparo das estudantes, o que aumentou desordenadamente o número de matrículas e agravando a pouca estruturação do ensino. No mesmo ensejo, Pires Leal ainda destaca que

O ensino secundário neste Estado é ministrado no Lyceu Piauiense, no Gymnasio Parnahyano, no Collegio S. Francisco de Salles, no Instituto Coelho Rodrigues, no Gymnasio Municipal de Floriano e em poucos estabelecimentos ou aulas paritculares de menor importância (LEAL, J. D. P. *Mensagem*. 01 jun. 1930, p. 24).

No trecho citado, pode-se notar que as muitas medidas que visavam a difusão do ensino público não conseguiam superar a existência das poucas aulas ligadas ao setor privado. Além disso, segundo Pires Leal, o aumento das matrículas não significou melhoria no preparo dos professores, pois havia “pouca exigência” para o ingresso nos cursos da Escola Normal. Mesmo ressaltando uma maior abrangência do ensino secundário no Estado, Pires Leal chama a atenção para o fato de que, por razões de vencimentos baixos, os professores que ministram aulas no Liceu não podiam se dedicar inteiramente à função docente e que isso fragilizava a qualidade do ensino e o preparo dos jovens para os cursos superiores.

Isso remete ao que é apresentado por Ribeiro (2003, p. 89), ao discutir as dificuldades enfrentadas no ensino brasileiro nas primeiras décadas da República, atribuindo isso “à falta de escolas primárias, ao problema da evasão, bem como ao fato de as escolas secundárias serem predominantemente pagas” o que fez com que “o número de alunos com condições de cursar se restringia a elementos originários de setores altos e, paulatinamente, também dos médios, cujo objetivo era o curso superior”.

A instrução pública em Teresina, em fins do século XIX e princípios do XX, assim como ocorria em outras regiões brasileiras, esteve marcada por um conjunto de condicionamentos que a fizeram ser representada como uma instituição em decadência. Seus gestores, em sua maioria as lideranças políticas, elencavam as várias razões para tal estado de paralisia. A falta de recursos era causa mais pontuada como vilã desse processo de imobilidade no ensino. Isso seguido, como ressonância, de um corpo docente pouco preparado e com condutas subsidiadas pelos favorecimentos políticos. A década de 1920, lutando contra

os “vícios” que se instalaram, iniciaria uma esfera de otimismo e de projeções para a modernização na educação.

A configuração do ensino público, e da educação de maneira geral, no Piauí, foi marcada por avanços e recuos. Teresina caracterizou-se, assim como nas demais instâncias, em ponto irradiador dos projetos de modernização da instrução.

Colégios, aulas particulares, seminários, escolas normais, grupos escolares, liceus. Mais do que instituições ou estabelecimentos, foram, e são, espaços de construção e circulação do saber. Buscou-se constituir uma sociedade regida por Atena, deusa da sabedoria e da arte. Por meio da modernização do ensino pretendia-se fazer surgir uma sociedade grande. Inspiração em Atena, que, segundo a mitologia, já nasceu pronta das têmporas de Zeus.

A deusa da sabedoria presenciou os ritmos das ações educacionais nos finais do século XIX e princípios do século XX. Atena transitou entre os discursos que concebiam a decadência da instrução como resultado negativo da falta de orçamento. A deusa viu o saber ser negociado por meio de arranjos partidários, o que contribuiu para a existência de professores sem preparo ocuparem a “função divina”, como outrora denominou Mathias Olympio. A deusa também viu muitos professores terem seus vencimentos reduzidos e não serem dignamente remunerados.

Em sua aventura pela história dos planos de modernização da educação e da cidade de Teresina, Atena orgulhou-se do ano de 1918, em especial, pois teria visto a construção e inauguração de um “templo” específico para a produção e contemplação do saber. Espaço no qual os herdeiros terrenos da deusa, em poesia e prosa, falaram de seus sentimentos e desejos de seu tempo e de seus espaços. Templo esse que foi nomeado de Academia Piauiense de Letras. Orgulhou-se de, em meio às dificuldades, a instalação de um de um novo Pathernon, como se fosse erguido em sua homenagem.

As relações entre modernização, educação e literatura constituíram o desenvolvimento do “ser” moderno na cidade, pois, como afirma Maria do Socorro Rios Magalhães(1998), as melhorias na escola, o desenvolvimento da imprensa e a instalação das primeiras tipografias em Teresina constituíram-se como circunstâncias favoráveis para o funcionamento de um sistema literário com coesão e em defesa de uma identidade literária piauiense. Para Magalhães, a tradição agro-pastoril do Piauí, até o início do século XX, mantinha uma população com traços rurais, constituída, em sua maioria, por vaqueiros e lavradores. Uma classe letrada e urbana, com condições e interesses para o consumo de produtos literários mais apurados, emergiria, em certas medidas, com o advento do regime republicano e suas políticas

progressistas, sobremaneira no tocante à instrução. Vale destacar que tais políticas de valorização educacional acabavam por prestigiar os membros das elites locais, que teriam seus filhos tornando-se bacharéis e os literatos de influência na vida social, política e cultural do Piauí, notoriamente na cidade de Teresina.

O surgimento das primeiras tipografias em Teresina corroborou a publicação de livros em esfera local, além da edição de revistas literárias, como a revista *Litericultura*, que traziam textos como crônicas e críticas literárias. Dessa maneira, de acordo com Magalhães, somente a partir do início do século XX é que vão surgir produções literárias de autores cada vez mais conscientes, em torno de um projeto de uma literatura piauiense que versasse sobre assuntos e valores locais. As gradativas melhorias na instrução pública contribuíram para uma maior circulação dos textos produzidos, mesmo se admitindo que os índices de analfabetismo continuavam muito altos.

A inauguração da Academia Piauiense de Letras foi um símbolo de uma sociedade que conseguiu formar intelectuais que contribuíram para as reflexões de sua própria realidade. Por volta de 1901, no irromper no novo século, alguns intelectuais piauienses se reuniram pela primeira vez para discutir as idéias acerca da fundação do “Templo Literário”. A idéia foi sendo lapidada até que ganhou mais força em 1917 quando foi fundada no dia 30 de dezembro, mas somente no dia 24 de janeiro de 1918 foi efetivamente instalada. A deusa Atena confraternizou-se com a euforia que se propagou na sociedade teresinense. Euforia que era expressa em anúncios da imprensa, que ressaltavam a importância desse feito, dizendo:

Há dias se fundara nesta capital, a Academia Piauiense de Letras, que vem sanar em nosso meio uma falta extraordinária. E o que é melhor e mais agradável ainda é que a novel associação começa sob os melhores auspícios. Está assim composta a sua diretoria: Clodoaldo Freitas – presidente; João Pinheiro – secretário geral; Fenelon Castelo Branco – 1º secretário; Jonathas Baptista – 2º secretário; Antônio Chaves – thesoureiro; Edison Cunha – bibliotecário. Na sessão de domingo último diversos sócios foram propostos e outros aceitos, estando quase completo o número de trinta, o limite máximo para os sócios efectivos. Nesta mesma sessão, Rui Barbosa foi aclamado seu presidente honorário. A inauguração oficial da APL será no dia 3 de maio próximo. Higino Cunha será o orador de honra (A Academia. *Correio de Theresina*. 17 jan. 1918, p. 12).

A Academia representou um marco na vida intelectual da cidade, que, segundo João Pinheiro (1940), tinha por objetivos examinar e discutir diversos temas sobre a realidade da cidade e do Estado. Além disso, tinha também o objetivo de acompanhar o desenvolvimento intelectual e científico, por meio da disseminação de palestras e conferências. E, conforme

João Pinheiro, promover o levantamento da instrução como forma de superar os índices de analfabetismo e a falta de qualidade profissional nas diversas áreas do trabalho, sobretudo na esfera educacional.

Associado a esses propósitos, ainda havia um ideal de valorização de identidade, pois se pretendia ampliar a publicação de obras de seus sócios como uma forma itinerante de divulgação do saber e das letras da cidade e do Estado. Nota-se, de certo, que o Pathermon de Teresina assumiu, intrinsecamente, a função de compor uma nova realidade, diferente daquela na qual a instrução jazia nos vales do analfabetismo. A presença dos literatos foi importante para transformações, mesmo que pontuais, na educação da cidade e de todo o Estado, pois como afirma Teresinha Queiroz (1998), desde as décadas finais do Império houve um incremento do ensino secundário em decorrência da volta dos bacharéis, principalmente aqueles que regressavam de Recife.

Os textos literários, bem como mensagens governamentais e crônicas de jornais são relatos que dão vida à cidade. A cidade é viva pelas suas práticas e por aquilo que dela é relatado. Os relatos sobre a cidade também fazem parte dela, pois “todo dia eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços” (CERTEAU, 1994, p. 199).

Os relatos conduzem o pesquisador às estradas, avenidas, ruelas e praças da cidade, pois, parafraseando Certeau (1994), esses relatos cotidianos ou literários são transportes coletivos. Por esse caráter coletivo, os relatos conduzem às representações sociais por meio das práticas sociais que constituem a pluralidade da cidade.

Em meio a esses relatos que controlam e selecionam a cidade, é importante mencionar que esse controle ou essa seleção manifesta-se por meio da distinção entre “lugar” e “espaço”. Em linhas gerais, lugar remete a uma configuração que delimita posições e sugere a ordem e a estabilidade. O “espaço” seria, então, o lugar praticado, momento de possibilidades, de vivências, experiências e contradições.

Nesse sentido, o texto literário caracteriza-se como uma experiência sobre o espaço, pois também o pratica, visto que também o relata. No entanto, não se pode perceber essa relação lugar-espaço como algo dicotômico e polarizado. Os discursos oficiais quando defendem os projetos de modernização e os aplicam, pretendem-se como lugar, como ordem. Contudo, no instante que tais discursos buscam transformar a “cidade tradicional” transitam de um “lugar” das tradições. Isso significa dizer que “os relatos efetuam um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares. Organizam também os jogos das relações mutáveis que uns mantêm como os outros” (CERTEAU, 1994, p. 203).

Dessa maneira, pode-se considerar que, no processo de modernização da cidade de Teresina, tanto discursos oficiais como a literatura foram relatos que almejavam a seleção e o controle da cidade. Relatos que se imbricam e se distanciam constantemente. É a partir das possibilidades de fricção entre os relatos sobre a modernização que são trazidos, no próximo capítulo, os olhares da literatura sobre Teresina.

### **CAPÍTULO III**

## **CRÔNICAS E CRÍTICAS: O OLHAR DOS LITERATOS SOBRE O SONHO MODERNIZADOR**

*Teresina, a “cidade verde”, enfeitou-se de flâmulas, arcos de patis, folhagens e flores, pâmpagos e bandeirolas de cor, lanternas chinesas e balões, em a noite de 31 de dezembro. Vestiu-se de festas e alegrias ruidosas para a recepção do século XX. Despedia-se engalanada do século que fugia iluminado pelas grandezas de suas belas conquistas.*

(NEVES, Abdias. 2000, p. 221)

Em “Um manicaca”, obra escrita entre 1901 e 1902, Abdias Neves descreve a cidade de Teresina que se despede do século XIX e inicia o século XX sob os auspícios do sonho de modernização. A cidade era só festas. Essa despedida, palmilhada pela euforia, também trazia a lembrança de que a cidade, em fins do século XIX e princípios do seguinte, mesmo diante de “suas lindas conquistas”, ainda reclamava a falta de jardins e por haver poucos lugares para os passeios e o lazer. Teresina irrompia os limiares de um novo século com fortes traços rurais, mas respirava, mesmo que sofregamente, os ares da vida moderna.

O fenômeno da modernização das cidades desperta um vasto leque de percepções, fazendo surgirem vários e diferenciados discursos. São discursos veiculados em jornais, panfletos, mensagens governamentais, contos e poesias. O presente capítulo tem o objetivo principal de analisar as representações construídas sobre Teresina, a partir do olhar dos escritos de literatos, que deixara transparecer as sociabilidades e sensibilidades de cada tempo, sem perder de vista o lugar social de onde fala cada escritor. A literatura assume um papel importante tanto na perpetuação da memória quanto na sua própria constituição. Nesse sentido, a cidade de Teresina é aqui apreendida pelo olhar de literatos em diferentes

momentos históricos, no intuito de perceber as permanências e transformações nas formas de ver e experimentar os espaços citadinos, bem como a memória se constituindo em decorrência da própria dinamicidade da cidade.

Por esse viés, a literatura contribui para a visualização dos sentimentos acerca das mudanças na cidade. Por meio da literatura pode-se perceber uma cidade que “esconde” várias outras cidades. A cidade das festividades, da euforia, da esperança e das transformações convive com a cidade das tradições, dos costumes e da fé. Essa existência de cidades plurais no interior de uma mesma cidade se dá em função de múltiplos olhares sobre o espaço.

Dessa maneira, a cidade é representada por diversos ângulos, pois “todos vivem de maneiras diferentes a mesma experiência, concentrada no mesmo setor do espaço público e no mesmo intervalo de tempo” (SEVCENKO, 2000, p. 28). Isso implica dizer que há uma fragmentação das percepções, alicerçada pelas discontinuidades acerca do tempo e do espaço. Os literatos catalisam as apreensões de sua época, pois potencializam os murmúrios das vozes da cidade. As imagens da cidade de Teresina, produzidas pela literatura, simbolizam as projeções culturais da própria sociedade, que passava por um processo de exacerbação conflituosa das transformações e manutenção dos valores.

A “cidade verde”<sup>20</sup>, em decorrência dos deslizamentos semânticos, confundir-se-ia com a cidade rural. Nesse ínterim, os “traços rurais” eram destacados nos discursos que ora buscavam a aceleração das transformações da cidade, ora questionavam os impactos da modernização não somente nos espaços físicos, mas também no cotidiano dos citadinos. O “rural” assume, para os que desconfiavam dos projetos modernizadores, o papel de esfera imaginária e flutuante para o refúgio das tradições e dos costumes.

Traços rurais e traços urbanos subsidiam as reflexões sobre as relações entre o campo e a cidade. Na vivência e nas experiências humanas, tal relação é comumente marcada pela cristalização de significados. Nesse diapasão, o campo seria caracterizado “como lugar de atraso, ignorância e limitação”, ao passo que a cidade é apreendida como lugar “de saber, comunicações, luz” (WILLIAMS, 1990, p. 11).

No entanto, o que dizer de cidades como Teresina que em princípios do século XX já dispunha de vários elementos da vida moderna, mas ao mesmo tempo ainda deixava

---

<sup>20</sup> Na noite do dia 28 de junho de 1899 o Teatro 4 de setembro foi palco de um momento que marcaria a história da capital. Chegou a Teresina o escritor Coelho Neto. Foi recebido com pomposa festividade. Foi recebido com almoço e discurso proferido por Higinio Cunha. À noite houve grande baile no Teatro e foi em sua visita pelas ruas da cidade que Coelho Neto batizou Teresina de Cidade Verde.

transparecer os seus véus de Chapada do Corisco<sup>21</sup>? Deve-se compreender que a cidade e o campo têm sua relação atravessada pelo movimento e pela mobilidade. Isso significa dizer que a cidade penetra e influencia o campo ao mesmo tempo em que o campo também invade a cidade. Esse movimento apresenta ritmos e alcances diferenciados, bem como são diferenciados os olhares sobre a cidade e o seu processo de modernização.

O campo estaria ligado a aspectos naturais enquanto que a cidade seria o domínio sobre a natureza para a construção de uma “segunda natureza”. A cidade idealizada como moderna é aquela na qual a segunda natureza finca suas raízes e transforma a vida material e a vida imaterial.

É nesses (des)encontros entre as esferas material e imaterial que pululam as representações sociais acerca da cidade. A cidade é sentida de maneira plural, pois também são múltiplos os percursos e os focos das ações modernizadoras. Em função dessa heterogeneidade de ações, sentidos e sentimentos, a cidade mostra-se como espaço de conflitos, pois

Nem todos aceitavam ou usufruíam dos privilégios das reformas urbanas. Essa é a dinâmica de formação das cidades, seus projetos de modernização não são, apenas, “civilizatórios” ou “urbanísticos”, mas expressam conflitos que se desenvolvem nos seus cotidianos (REZENDE, 2005, p. 96).

Os projetos de modernização, como afirma Rezende, não se restringem ao propósito urbanístico, mas manifestam-se em sua forma mais aguda por meio dos conflitos que tais projetos acarretam. A modernização da cidade de Teresina não foge a essa assertiva e também promove a segregação social, pois eram muitos os que ainda viviam na miséria e não podiam usufruir das benesses da transformação urbana. A cidade de Teresina era a cidade dos desejos e dos sonhos. Sonhos daqueles que dispunham de recursos materiais e que buscavam tornar a cidade um espaço de vivências ao molde burguês europeu. Por outro lado, havia os sonhos daqueles que continuavam alijados das conquistas das reformas urbanas e imaginavam-se com o conforto dos homens de posses da cidade.

Essa mesma população, desprovida dos bens mais elementares e vivendo na pobreza, também tivera suas vozes silenciadas pela história. Não puderam deixar registros diretos para expressarem sua realidade de exclusão. O conflito entre uma cidade teresinense pobre e uma

---

<sup>21</sup> Lugar no qual a cidade de Teresina foi iniciada, pelo presidente do Piauí, o baiano José Antônio Saraiva. O local era assim denominado em virtude das grandes trovoadas e freqüentes faíscas elétricas que caíam na cidade, especialmente na época invernal.

cidade rica é notado na voz de outros interlocutores que ressaltam a pobreza como uma característica marcante dessa sociedade no início do século XX. A cidade teresinense é a cidade do descontentamento da maioria da população atravessada por necessidades e por desejos de compartilhar espaços que lhes eram negados, pois

O pobre, exausto pela miséria, deseja o conforto do rico e aspira à igualdade da lei. Fustigados pelas injustiças dos grandes, os pequenos sonham com o nivelamento geral dos direitos. Ninguém se conforma com a sua situação. A vida torna-se, pela lei de Malthus, cada vez mais cara. O pão escasseia com a população, que aumenta e só procura o trabalho que enriquece, como a loteria, em horas (FREITAS, 1996, p. 40).

Com a crítica feita por Clodoaldo Freitas a essa sociedade da desigualdade, pode-se ainda perceber que os sonhos da população alimentam novas práticas que modificam a rotina e os próprios espaços da cidade. No intuito do alcance do nivelamento social, muitos indivíduos procuravam resolver os problemas da miséria nas casas de jogo como a loteria, que, segundo o literato, enriquecia alguém em “em horas”, em decorrência da grande movimentação e procura. Mesmo falando da miséria do pobre e de suas inquietações com as injustiças, Clodoaldo Freitas afirma que a população, em meio à inconformidade de sua situação, “só procura o trabalho que enriquece”. Essa afirmação deixa transparecer, no olhar do literato, que a população buscava uma vida melhor que a vivida até então, preferindo o enriquecimento propagandeado pelas apostas e jogos, em virtude da exaustão da miséria provocada pelas injustiças sofridas. Mas também permite sentir que, segundo a ótica deste literato, os jogos em loterias eram vistos como a única forma que as camadas populares encontraram para ter acesso às suas necessidades materiais, inclusive em relação à alimentação.

Isso é significativo, pois aponta para uma sociedade cuja modernização e seus conflitos despertam a ambição em amálgama com o sonho da igualdade da lei e da superação das injustiças sociais, pois “a injustiça social, soma de todos os erros, de todas as violências, de todas as misérias – constitui a causa geradora e principal do dominante e universal perigo” (MARTINS, 1920, p. 10).

A fala de Clodoaldo Freitas é representativa de uma sociedade, ou pelo menos de uma parcela dela, que acreditava que a civilização anárquica – conduzida pelos ares místicos e pelas injustiças sociais – estava fadada à superação. Uma nova civilização, pautada no progresso e na valorização do direito e da ciência, surgiria para localizar o “homem moderno”

em uma *espacialidade e temporalidade*<sup>22</sup> com necessidades distintas. Não se está falando em rupturas, pois são os costumes, as mentalidades, memórias, idéias hábitos e práticas que vão assumindo novos contornos mediante uma configuração histórica cuja “palavra de ordem” era o “novo”. Esse “novo”, em geral, não se dava em si mesmo, mas nas novas significações e funções dadas às coisas e aos espaços. Os primeiros anos do século XX irrompem como um clarão na vida das cidades. Não como algo puramente dos acontecimentos inéditos, mas sim, como o tempo de novas possibilidades. O “novo” não estava somente na cidade em si mesma, mas principalmente nos significados e funções atribuídos à vida na cidade.

A efervescência das primeiras décadas do século XX estava marcada por transformações, mas também por permanências, pois “muitos desses hábitos e práticas já existiam e estavam em vigência desde o começo do século, pelo menos” (SEVCENKO, 2000, p. 33). É nessa conjuntura de expectativas e projeções que tais práticas assumem um valor de êxtase, tornando-se matéria de expressão para “uma nova identidade e de um novo estilo de vida” (p. 34), reconhecendo-se identidade como construção multifacetada de uma coletividade, que contém divergências internas.

Por esse prisma, pode-se considerar que as interconexões entre campo e cidade, entre atrasado e moderno, entre o novo e o velho, são prolongados ao cotidiano das pessoas por meio de suas práticas e hábitos na cidade. Os detalhes do cotidiano permitem uma visualização peculiar da realidade. São as pessoas em suas práticas cotidianas que tornam a cidade viva e pulsante, pois a cidade impacta sobre a vida dos cidadãos e estes, em meio às suas aceitações, sujeições e recusas, também transformam e (re)significam a cidade.

A cidade apresenta-se como o palco para o desfile das fantasias dos indivíduos. Os sonhos e as perspectivas de uma nova realidade contagiam o imaginário das pessoas que vivem a cidade. A projeção da cidade como lugar do progresso levou Clodoaldo Freitas, em princípios do século XX a questionar: “Será, como se tem afirmado, uma verdade incontestável a lei do progresso?” (FREITAS, 1996, p. 39).

Para Clodoaldo Freitas, uma sociedade não poderia querer-se ou se pensar como moderna enquanto as práticas e crenças metafísicas regiam a vida e o cotidiano das pessoas. Fazendo uma crítica às imposições religiosas de sua época, o literato pinta um quadro da sociedade teresinense, que enchia as ruas da cidade em procissões para pedirem soluções para os diversos males, não só espirituais como materiais. Para Clodoaldo Freitas, os dezenove

---

<sup>22</sup> Os termos *espacialidade e temporalidade* estão sendo empregados em consonância com as noções defendidas por Teresa Barato Salgueiro (1998). Segundo a autora, “cada época tem um modo específico de experiência do espaço e do tempo” (p. 100). Esses conceitos corroboram o estudo sobre cidade, pois possibilitam perceber que o tempo imprime vários ritmos e os espaços possuem vários atributos, funções e significados.

séculos de uma vivência religiosa, especificamente católica, teriam demonstrado que os ditames místicos não promovem o bem-estar em sua plenitude. Não há verdade absoluta, não há uma cidade eterna, não há uma religião infalível. Para ele, as coisas e as idéias sofrem transformações e as sociedades que não foram capazes de reformular suas formas de pensar e as suas práticas políticas, econômicas, e até mesmo religiosas, sucumbiram, pois cada temporalidade e espacialidade assumiu sociabilidades distintas, mesmo que tenham seu embrião em sociedades pretéritas.

Segundo Clodoaldo Freitas, as “vacuidades da metafísica” expressas em múltiplas filosofias e religiões, seriam o sinônimo de uma civilização em crise e cujos princípios da razão enrijeceram e se anarquizaram. Dessa maneira, esse escritor advoga que

As soluções niilistas não resolvem as aspirações do homem moderno, como não resolvem as nossas aspirações intelectuais as soluções do pessimismo. Negar a sociedade e seus fins, como negar a vida e seus fins, vale a mesma coisa. O problema da miséria fica de pé, irreduzível, como irreduzível é o problema da igualdade social. As violências, o sangue derramando, o cadafalso, o presídio, se compensando, não resolvem a crise tremenda. O que parece lógico é que a religião, a moral, a filosofia, que dominam a consciência moderna, não estão mais na altura das exigências imperativas da razão. O que temos, já não satisfaz. O cadinho já não basta para conter o metal fundido em ebulição. Quem será o estatutário que há de modelar, nesse bloco amorfo, a estátua do homem do futuro? (FREITAS, 1996, p. 41).

Clodoaldo Freitas defende uma postura otimista em meio ao caos social que denuncia presenciar. A saída para as mazelas da vida moderna não estava na negação da sociedade, mas sim na percepção de que as aspirações do homem moderno são outras. Essa postura ia de encontro com o que defendia Elias Martins(1920), que afirmava que os males da sociedade de sua época eram endossados pela falta do apego às tradições e, principalmente, às condutas da religião e da vida espiritual. Conforme Elias Martins, em decorrência disso a sociedade teresinense vivia em uma anarquia dos valores, pois não se respeitavam mais os ensinamentos religiosos. Ele afirmava que

Os tempos são de deflagradora anarquia. Ai dos que não estiverem aparelhados para a resistência, dentro das leis da suprema justiça; para esses infelizes não haverá esperança, tremenda sentença, ora estampada na lívida face do desmesurado cadáver moscovita (MARTINS, 1920, p. 8).

Enquanto isso, para Clodoaldo Freitas, a sociedade assolada pela miséria não encontrará soluções em mártires ou dogmas religiosos. Então, em que esse homem futuro, de uma vida moderna, devia confiar?

Esse “novo” homem, para Clodoaldo Freitas, devia despir-se do manto mórbido do sobrenatural e buscar na ciência, no direito e na democracia o conforto para suas reais necessidades. A sociedade teresinense dos primeiros anos do século XX estava no meio desse turbilhão. De um lado as desigualdades e as misérias mencionadas por Clodoaldo Freitas. No outro, a esperança em um futuro melhor, pois “o futuro será a paz e a justiça pela afirmação da democracia e pelo império do direito!” É sob a égide da crença no futuro e no progresso que a cidade de Teresina é planejada, bem como são encabeçados os projetos de modernização no alvorecer de um novo século.

A sociedade, para o escritor, ao passo que se apega a valores do dogma religioso, também se animaliza, pois não busca soluções por meio de uma nova racionalidade anunciada pelo novo século. Os parâmetros religiosos, morais e filosóficos não atendem mais às necessidades de uma sociedade que adentra na vida moderna, mas que ainda é atormentada pelas sombras e fantasmas de séculos de história. Por esse viés, vale ressaltar que os discursos de modernização afirmam-se, pois é a essa sociedade em crise de valores e paradigmas que os projetos modernizadores e de transformação da cidade são direcionados.

Clodoaldo Freitas exala em suas palavras essa sociedade, que embora se reconhecesse com problemas e dificuldades herdadas de períodos históricos anteriores ou construídas no século que se iniciava, recusava o pessimismo instituído da mesma forma como recusava na religião, crença incondicional, moral e filosófica. Ainda assim, perguntava-se a respeito de haver alguém capaz de modelar o “homem do futuro”, transparecendo a crença na possibilidade de que isso pudesse existir.

Tal modernização, em geral, estava expressa por meio dos projetos e discursos modernizadores das lideranças políticas. No entanto, a modernização é marcada pelos seus ritmos e alcances diferentes, não apenas no que concerne ao espaço físico em si, mas também no tocante às representações que desperta na sociedade.

A modernização traz consigo os ares da modernidade, que se caracteriza como as diferentes maneiras de subjetivação a partir das quais os indivíduos percebem a realidade e as transformações. A modernidade apresenta-se, também como uma resposta imediata ao fenômeno da modernização e essa resposta, muitas vezes dá-se por meio das críticas feitas aos projetos dessa modernização ingente.

A obra “Um manicaca”, por exemplo, entre outras coisas, é uma narrativa reveladora de muitos aspectos do cotidiano da cidade e da população teresinense em meio às transformações pelas quais passava a cidade. Os costumes apresentados contribuem para a apreensão dos movimentos e da dinâmica da cidade. Essa mesma dinâmica nos faz perceber que a cidade não pode ser compreendida por meio unicamente de sua materialidade. A cidade configura-se pela aproximação constante entre os aspectos físicos e os aspectos subjetivos que se projetam sobre os espaços. Tal projeção pode ser percebida na narrativa literária, visto que a literatura tem sido uma aliada nos estudos de história, especialmente no que tange à cidade.

A cidade de Abdias Neves é a cidade das festividades ao redor da Igreja. É a cidade das crianças e dos adultos curiosos para ver os acontecimentos nas casas dos vizinhos em dias de festa. É uma cidade com poucos atrativos para o lazer, pois “o teatro vive eternamente fechado. [...] Não há um ponto para onde se possa ir” (NEVES, 2000, p. 180).

A cidade de Teresina dos anos de 1900 é aquela cuja população se aglomera nos bancos da Igreja, para festejar a padroeira da cidade, Nossa Senhora do Amparo. É a cidade que ainda não conhecia luz elétrica e as pessoas tinham o seu percurso iluminado pelos lampiões. Àquela época era comum a figura do acendedor de lampiões que corria pelas ruas da cidade carregando ao ombro sua escadinha. É uma cidade cujas imagens são pintadas pelo olhar dos literatos, que vivem, experimentam e sentem a cidade em meio aos seus diferentes ritmos e alcances da modernização. Tal olhar apresenta “a literatura como função existencial, a busca da leveza como reação ao peso do viver” (CALVINO, 1990, p. 39). A literatura torna-se, então, um guia para Clío, em seu passeio pela cidade. Passeio leve e sutil, sem o peso geralmente atribuído à musa da história. Dessa maneira, história e literatura, lado a lado, (re) visitam Teresina.

### **3.1 História e Literatura: para além das dicotomias**

Antes do aprofundamento no passeio pela cidade de Teresina, em seus aspectos do cotidiano, discute-se, aqui, a relação entre história e literatura para ambientar essa aventura em parceria. As renovações teórico-metodológicas pelas quais a produção histórica tem passado nas últimas três ou quatro décadas têm se encaminhado por propostas que giram em torno de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novas fontes”, como já apontavam Le Goff e Pierre Nora (1974). Tais transformações têm conduzido a História na aproximação, nem sempre tranqüila, com outras áreas do conhecimento. Dentre essas áreas, talvez a que

despertou, e ainda desperta, ao mesmo tempo um leque vasto de análises e uma rede de debates e contradições, seja a influência da Literatura para o trabalho do historiador na tessitura de sua escrita.

O tratamento da literatura como fonte histórica, na acepção mais ampla do termo, contribui para a amplitude analítica que o historiador pode implementar sobre o seu objeto. As aproximações entre história e literatura têm sido feitas a partir do aspecto do compromisso obrigatório que a história tem a verdade ao passo que a literatura utiliza-se mais das potencialidades de uma realidade.

Nesse sentido de interpenetrações, tem-se que

História e literatura reconfiguram um passado. Trata-se, no caso da história, de uma reconfiguração ‘autorizada’, circunscrita pelos dados fornecidos pelo passado (as fontes), pela preocupação da investigação sobre documentos, pelos critérios e exigências científicas do método. A literatura, ao contrário, permite que o imaginário levante vôo mais livre e amplamente, que ele fuja, numa certa medida, aos condicionamentos impostos pela exigência da verificação pelas fontes (LEMAIRE, 2000, p. 13).

No entanto, a aproximação da história com a produção literária tem abrilhantado tanto os textos literários quanto a narrativa histórica. A história precisa sim das fontes, de uma metodologia e de teorias, mas não pode tornar-se refém desse tripé. A produção histórica não está destituída das subjetividades daqueles que a engendram. A história não é a panacéia intocável e infalível para a compreensão das sociedades. Sobre isso, o literato-historiador – ou seria historiador-literato? – Clodoaldo Freitas compartilha com o presente um de seus ensinamentos ao se posicionar, dizendo que “a história é alma do historiador, falível e sujeita, como tudo que é humano, ao erro e à influência das paixões” (1996, p. 76). É como “alma do historiador” que a história qualifica-se como arte, no sentido de ofício. Arte que possui e desperta, como destacou Marc Bloch (1976), prazeres estéticos que lhe são peculiares e próprios, que não se confundem aos de nenhuma outra disciplina. Mediante isso é que “a nossa arte, os nossos monumentos literários, estão cheios dos ecos do passado; os nossos homens de ação têm a boca cheia das lições do passado, reais ou imaginárias” (BLOCH, 1976, p. 12).

É das bocas desses homens do passado que ambas, história e literatura, buscam dar vozes a configurações socioculturais diversas. No caso do estudo sobre a cidade de Teresina, a escrita literária não é consultada para alicerçar um contexto histórico, mas sim, para possibilitar diferentes sutilezas das complexas relações da história da cidade.

Os textos literários são muitas vezes frestas por onde as luzes do passado chegam aos olhos do presente. Cabe ao historiador não tapá-las ou obstruí-las na vã crença de uma objetividade míope de si mesma, que recuse a si o direito de conter a subjetividade que abraça as esferas da vida humana. Recusar isso é recusar que a história é sedução mútua entre presente e passado, sedução que é objetividade/subjetividade mediante a narrativa histórica, que, por sua vez, corteja e é cortejada pela literatura.

Daí a importância dos ensinamentos propostos por Roger Chartier ao afirmar que “narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus ‘personagens’, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade” (2002, p. 14).

Por esse viés é que, no âmbito da literatura, a poesia é elemento importante para as apreensões a serem realizadas acerca do passado e sensibilidades de um tempo, bem como corrobora para a compreensão das diferentes vivências e experiências dos sujeitos nas suas relações com o mundo e com a cidade. A poesia expressa uma relação íntima com a história, ao passo que

Ao mesmo tempo em que a poesia consegue condensar toda uma variedade de sentimentos, esses sentimentos são captados da história, são absorvidos da vivência social, e a poesia os perpetua enquanto memória desta sociedade à qual faz referência (QUEIROZ, 1996, p. 78).

Isso até mesmo pelo fato de a relação entre História e Literatura permitir a utilização de outras categorias de fontes, além de possibilitar ao historiador o trânsito por outras cadeias discursivas. Neste trabalho, a literatura é o ponto de interconexão entre as interfaces da História com as discussões de Cidade. A literatura mostra-se como mais uma possibilidade de se compreender, historicamente, como as cidades são representadas por diferentes sujeitos em diferentes espaços, lugares sociais e, também, em diferentes temporalidades. Isso ainda abre uma clareira para a compreensão de que a literatura produzida sobre a cidade é reflexo de memórias ao mesmo tempo em que também é constituidora de outras memórias, visto que a memória é dinâmica e fragmentária, bem como socialmente localizada, uma vez que a memória, como ensina Chartier (2002, p.54) “não se apodera diretamente do passado: ela o recompõe com os presentes”. Por esse viés, recorrer aos textos dos literatos é implementar um passeio pelas trilhas sedutoras da memória da cidade e de seu cotidiano.

Dessa maneira, a literatura não é um mero suporte de confirmação das hipóteses levantadas pelo pesquisador, mas sim uma valiosa parceira no objetivo de dissipar, o quanto

for possível, as penumbras que envolvem o passado. Um aspecto do passado que este texto dedica-se é o que concerne aos processos de transformações nos espaços urbanos da cidade de Teresina em diferentes momentos, no intuito de perceber, além das pluralidades discursivas, a memória citadina sendo (re)construída continuamente, acompanhando os movimentos da cidade.

A aproximação com a literatura para o entendimento do fenômeno da modernização tem uma prática recorrente entre vários historiadores. Nicolau Sevcenko (1995; 2000), por exemplo, trava um eloqüente diálogo com a produção literária para perceber as visões dos literatos acerca do processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro em princípios da Primeira República, bem como discutir as projeções culturais da cidade de São Paulo na década de 1920.

Mônica Schpun realiza uma contundente análise da obra de Mário de Andrade, confrontando o discurso literário com outros discursos proferidos sobre a modernização da cidade de São Paulo, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo Schpun, a modernização fez surgir vários discursos em torno da cidade, mas salienta que tal fenômeno tem suas implicações na realidade sociocultural por meio de inúmeras transformações. Tais transformações são reverberadas no sentir e nos dizeres da sociedade e Schpun chama a atenção para o fato de que

Porém, não se trata unicamente de um universo temático de inspiração. Tal abundância de discursos é, antes de mais nada, produto social do processo de urbanização. Pois o novo espaço urbano traz consigo a constituição de uma esfera pública de atividades, da qual fazem parte todas as formas de difusão de idéias e opiniões (SCHPUN, 2003, p. 11).

A autora reconhece que em meio à pluralidade discursiva oriunda de tal modernização, há discursos que se constituem como criadores e legitimadores de “mitos” da modernização. Conforme Schpun, constituiu-se, por meio de discursos oficiais, um imaginário cristalizado sobre a modernização da cidade, realizando-se uma retomada ou referência a símbolos que remetessem a um passado glorioso. Assim, a autora destaca alguns desses símbolos, salientando inicialmente a figura ou a imagem do Bandeirante. Tal símbolo remeteria à “natureza” forte e desbravadora do paulista, que da mesma forma que desbravava as matas, estaria desbravando os caminhos da vida moderna.

Tentou-se construir a imagem de que o paulista, suas ações e sua cidade tenderiam a ser exemplos para as demais cidades de todo o país, como símbolo de grandeza e de civilidade, pois o progresso da cidade era concebido como sinônimo de superação do atraso e

da barbárie. Para Schpun, o uso da metáfora do Bandeirante assume uma dupla face em momentos distintos, nas duas primeiras décadas do século XX e depois em princípios da década de 1930, caracterizando-se como distinção social entre as elites no primeiro momento, mas também como coesão social no segundo, como expressão da construção de identidades coletivas locais. Para tal são referendados vários símbolos identitários como é o caso do Monumento às Bandeiras, O Obelisco, a Estátua de Borba Gato, a Ponte das Bandeiras.

Na mesma linha de raciocínio, pode-se perguntar se Teresina estava destituída de símbolos identitários. Resguardando as devidas especificidades, pode-se afirmar que não. O monumento ao Conselheiro José Antônio Saraiva é, na memória coletiva da população teresinense, um símbolo dos “novos tempos” de uma cidade que, por ser o resultado da ação futurista de Saraiva, tende a traçar caminhos de glória. Esse monumento, bem mais que uma homenagem a um indivíduo, é – como geralmente são os monumentos – a tentativa de legitimar a escolha da transferência da capital. Os monumentos, segundo Lewis Mumford (1982), deixam marcas nas mentes até mesmo dos mais ignorantes ou indiferentes, pois se enraízam por meio das gravações que deixam na vida dos moradores da cidade.

Na base do monumento encontra-se a seguinte mensagem: “José Antônio Saraiva fundou esta cidade no ano do Senhor de 1852. Os piauienses, agradecidos, levantaram-lhe este monumento no ano do Senhor de 1858”. Como a própria inscrição sugere, a cidade foi fundada para marcar o início do futuro do próprio Estado, visto que é um monumento erguido pela força do agradecimento dos piauienses. A cidade de Teresina mostrar-se-ia como o espelho e referência para as demais cidades. Cidade da qual os piauienses se orgulhariam e com ela se identificavam por representar o alavancar da prosperidade do Estado.

Retomado e intensificado na passagem entre os séculos XIX e XX, esse discurso progressista favorece a idéia de Teresina como palco da modernidade no Piauí, espaço de atração do novo e de sua propagação por todo o Estado, em suma, a marca da sedução da modernidade sobre o Piauí.

Recorrendo-se novamente ao estudo de Schpun, nota-se que os discursos oficiais acerca da cidade de São Paulo disseminavam a idéia de uma sociedade homogênea, dicotomizada, ordeira e que por isso mesmo seria empreendedora do progresso. No entanto, segundo Schpun, Mário de Andrade, em diversos de seus escritos, teria implementado uma ácida oposição às idéias de distinção social e de coesão social, dizendo que a sociedade paulista era uma sociedade “arlequinal” e “carnavalesca”. A pluralidade contida na cidade é expressada com propriedade no título de *Paulicéia Desvairada* dado a ela por este literato.

Ainda como uma profissão de fé, a obra marioandradiana tenta redimensionar as análises sobre os “mitos modernos”, dentre eles havendo espaço para os meios de transporte e a verticalidade da cidade. Isso fica mais nítido pelo aspecto de que “na São Paulo de Mário, valores fortes da época, como a velocidade, a verticalidade, essa busca generalizada por signos de metropolização, aparecem humanizados” (SCHPUN, 2003, p. 26).

Em *Macunaíma*, Mário de Andrade fala da descoberta da palavra como confronto, mais uma vez tentando enfatizar o caráter heterogêneo e plural da cidade e de seus habitantes. A cidade é percebida em seus sentidos não apenas de contemplação, como adotavam os discursos oficiais, mas também em sentimentos de medo, de estranheza e de não pertencimento, bem como de impactos na vida cotidiana e nos valores culturais. Mário de Andrade mostra o seu descontentamento com os rumos que a modernização teria assumido, destruindo as riquezas naturais da cidade, o que, para ele seria a expressão do sentido desordenado da urbanização da cidade, cujos valores humanos são suplantados pelo apego à máquina. O descontentamento com a cidade confunde-se com enfraquecimento vital do autor. Sua obra é uma negação à cidade moderna nos moldes reinantes e um adeus a essa cidade que o abandonara na escuridão e que não aqueceu seu peito à beira da morte.

É um adeus de um poeta que não se sentia pertencente a uma cidade que assumiu valores e que foi utilizada de tal forma que o escritor clamou por uma nova percepção dela sobre si mesma. Uma cidade que não o constrangeria por ser diferente, por ser também um “arlequim” em uma sociedade que ainda precisava se reconhecer como carnavalesca e que por isso mesmo era forte desbravadora. Reconhecer a heterogeneidade pulsante em todos os seus espaços era a reivindicação desse escritor, pois a cidade é a expressão dos múltiplos olhares e dizeres sobre ela.

A heterogeneidade pode também ser percebida em Teresina nas primeiras décadas do século XX, não diretamente pela composição étnica de sua população. A heterogeneidade da “Cidade Verde” estava marcada, especialmente no olhar dos literatos, na perpetuação das injustiças sociais. Além disso, esse aspecto “arlequinal” da sociedade teresinense também estava presente nos costumes, nas suas práticas e representações. A modernização da cidade, em seus diversos prismas, era sentida de maneira plural. Havia um choque entre os costumes e tradições, mediante as transformações nos espaços e nas vivências. Basta lembrar que alguns espaços, como os bailes, eram vistos como lugares de civilidade.

Em contrapartida, esses mesmos bailes eram concebidos como lugares da perversão e da afronta à moral das jovens solteiras da cidade. Essa percepção sobre os bailes na cidade de Teresina é remanescente do século XIX, em período bem próximo da transferência da capital e

que se prolongou às primeiras décadas do século XX. Se o cinema era encarado como a “invenção do diabo”, no início do século XX, os bailes eram representados, no olhar de Licurgo Paiva, como uma prática que punha em risco a integridade das “virgens donzelas” da cidade. Licurgo adverte a sociedade teresinense, clamando:

Olhai, donzelas, o futuro é longe  
Da terra ao céu a imensidade vai:  
Tomai cuidado, que o prazer do baile  
É como a dor que se desfaz n’um ai!

Dançai, folgai que a mocidade é como  
A flor do prado que bafeja a brisa;  
Não só de orvalho, de calor, de sombra.  
Mas o cultivo na solidão precisa!

Vede este quadro! Não sou moça e bela?  
E todavia me definho em vida!  
É que me falta dum cultor o esmero,  
Neste desterro a divagar perdida!

Virgens ditosas, que folgais no baile,  
Aves mimosas que adejais aí,  
Tomai cuidado no librar das asas,  
Mirai-vos todas neste espelho aqui!

Segundo Clodoaldo Freitas (1998), esses versos fazem parte da poesia intitulada “Consequências do Baile”. Poesia recitada no antigo teatro de Santa Teresa, pela atriz Maria Henriqueta, no dia 31 de outubro de 1869. Nessa poesia, Licurgo afirma que o baile é algo efêmero e de prazeres passageiros, mas as suas “consequências” são o abismo, a mentira e a infâmia, pois

O baile é antro onde se ocultam feras,  
Fundo, insondável, iminente abismo;  
O baile é lobo, que afagando a presa  
Após devora-a com o maior cinismo!

Aí no baile tudo é falso, horrível,  
A brisa é quente, o furacão é forte,  
E ao seio puro, que um bafejo aspira,  
Só vem as auras da friez da morte.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Poema reproduzido em FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 2. ed. Teresina: FCMC, 1998, p. 124-127.

Clodoaldo Freitas destaca que a recitação foi proibida de ser apresentada no mês de novembro daquele mesmo ano pela polícia. Isso ocorreu porque “a castidade auditiva da polícia notou ofensas à moralidade pública numa produção como esta” (FREITAS, 1998, p. 127).

É importante notar como o caráter supostamente instrutivo do poema de Licurgo que visava orientar contra más posturas nos bailes – foi ele próprio entendido como pervertido pelos agentes policiais do período. Os bailes e as suas ressonâncias na sociedade teresinense permaneceriam no início do século XX. O poema de Licurgo Paiva revela que as concepções conflitantes acerca das condutas e dos costumes já se manifestavam em momentos pretéritos da vida na cidade. A chegada do novo século, bem como das mudanças advindas com ele, contribuíram para o acirramento das contradições entre práticas tradicionais e modernas. A existência dos bailes fomentava imagens que deslizavam entre sua euforia e a negação de suas práticas. Isso se configura em virtude de que

[...] a demanda por dança, tão freqüente no século XIX, não muda nas décadas subseqüentes. Ocorrem modificações quanto aos ritmos da moda, valorizadas pelos dançantes e criticadas acerbamente pelos conservadores (QUEIROZ, 1998, p. 53).

Segundo Teresinha Queiroz, diferentemente do que geralmente acontecia com os bailes – que eram alvos freqüentes de críticas por parte daqueles que defendiam as tradições culturais de maneira mais conservadora – deleitar-se com a música, com as letras e com a poesia era sinônimo de civilidade, cultura e refinamento. Era, de certa maneira, um indicativo de distinção social. É essa sociedade – ainda arraigada nas tradições, nos princípios de moralidade, no forte espírito religioso e vivendo em uma cidade com marcantes traços rurais – que os projetos de modernização seriam sentidos e representados.

Certas práticas, conforme Certeau (1994) eram vistas como sinônimo de civilidade, pois eram concebidas a partir de um lugar social que os legitimava com tal. Em geral, aqueles que tinham contato e o domínio do universo da música, das letras e da poesia faziam parte da elite teresinense, que teve sua formação, em grande parte, nos espaços acadêmicos e culturais de Recife. Os bacharéis retornavam à capital imbuídos de novas leituras e valores que assumiam o estandarte da civilidade na capital. Perceber que havia práticas com mais prestígio social que outras é compreender que alguns discursos, oriundos de grupos sociais específicos, sobressaíam-se e reforçavam os conflitos culturais decorrentes do fenômeno da modernidade na cidade.

Os bailes e a música estavam interligados com as práticas e as expressões corporais e comportamentais da época. Os gestos, o falar e o próprio dançar causavam estarrecimento aos olhares dos mais conservadores, em geral ligados aos princípios religiosos católicos. Nesse aspecto, dizia-se que

As danças de hoje perderam a feição religiosa. Só por entre os selvagens poderemos encontrar o primitivo traço, casando-se o áspero canto de guerra à rudez dos instrumentos de música, em evoluções fortes e impressionantes, exageradas pela vivacidade da mímica, não se percebendo bem os limites do appello às potencias sobrenaturais das implacáveis ameaças contra o inimigo (MARTINS, 1920, p. 44).

Elias Martins fala, também, que as operetas seriam manifestações pagãs e que teriam espalhado as modas das valsas e das polkas. Os bailes estariam repletos de jovens vagando com suas danças frenéticas e provocantes. A crítica aos bailes, à música e à dança, portanto, constituía-se na crítica ao que eles representam: uma sociedade com práticas sociais enraizadas nas tradições e distantes da sofisticação que o estilo de vida moderna propunha.

### **3.2 Os literatos piauienses e a cidade de Teresina: momentos constitutivos**

Antes da intensificação desse passeio pela cidade em seu cotidiano, vale realçar as relações entre história e literatura, como uma maneira de ambientar os trajetos da narrativa desse trabalho. A literatura piauiense também dá substanciais indicativos de diferentes formas de ver e sentir a modernização no Estado e na cidade de Teresina. A cidade-capital torna-se, mesmo para aqueles que não são nascidos em seus berços, um espaço de incidência da escrita e das memórias de literatos que têm Teresina como uma referência, até mesmo para as decepções e saudosismos.

Na virada do século XIX para o século XX, Teresina passou por uma onda, muitas vezes no campo do discurso oficial, de melhoramentos urbanísticos e outros alcances sociais de ações modernizadoras. Essa modernização, com seus ritmos e alcances variados, fez emergir múltiplas formas de perceber e de sentir o fenômeno, que, em sua essência, manifesta-se de maneira plural, mesmo que os discursos sobre a modernização no mundo ocidental sejam semelhantes em suas abordagens.

As proximidades, ou melhor dizendo, as inter-relações entre história e literatura vão além do uso de uma como fonte de análise para a outra. Além da literatura não ser uma simples ilustração para o discurso histórico e a história não ser somente o contexto para a obra literária, a produção de ambas tem se imbricado. Isso pelo fato de que muitos historiadores escrevem textos literários e muitos literatos escrevem sobre a história de um povo ou de uma cidade, como é a proposta aqui destacada.

Por isso, Paul Veyne (1998) afirmar que “a história é anedótica. Ela interessa porque narra, assim como o romance, uma vez que ela é narrativa do passado com suas tramas internas, que seriam a mistura humana de causas materiais, de fins e de acasos, fatias da vida que o historiador isolou conforme sua conveniência” (p. 42).

Nesse sentido, pode-se destacar Clodoaldo Freitas, que é um literato que se dedicava à escrita histórica, permitindo notar as ressonâncias da história em sua leveza literária. Em *História de Teresina* (coletânea de textos inicialmente publicados no Jornal Diário do Piauí, de 1911), Clodoaldo Freitas faz um importante estudo sobre a história de Teresina. Seu estudo transita por diversos aspectos da vida político-administrativa da capital piauiense desde sua transferência e implantação até os primeiros anos do século XX. Isso faz surgir a necessidade de serem realizados alguns recuos temporais para se compreender o fenômeno modernizador na cidade de Teresina, visto que a cidade teria surgido, dentre outros aspectos, pelo ideário do progresso e do futuro.

Para Clodoaldo, “a idéia da mudança da capital de Oeiras, entre morros e agrestes edificadas, para a margem do rio Parnaíba, impunha-se a todos os Governos inteligentes do Piauí” (FREITAS, 1988, p. 11). A partir dessa assertiva, percebe-se que o autor mostrava-se favorável aos empreendedores que lutaram pela transferência da capital. No diálogo que Clodoaldo faz com suas fontes, notoriamente mensagens governamentais, toma partido, de maneira sutil, dos governantes que eram adeptos da transferência da capital, denominando-os de “governos inteligentes”. Para Clodoaldo Freitas, os “deputados mudancistas” – autores e entusiastas do projeto de transferência da capital – defendiam tal intento por considerarem o local de maior salubridade e por suas potencialidades nas relações políticas, comerciais e econômicas. O autor enfatiza que foram muitos aqueles contrários ou que desconfiavam da transferência, principalmente as lideranças de Oeiras e também de Parnaíba. Segundo Clodoaldo, “na iminência da mudança da capital, alguns cidadãos dirigiram uma representação ao governo Imperial contra o presidente, alegando os prejuízos que sofreriam os interesses de Oeiras” (FREITAS, 1988, p. 14). Os contrários à mudança diziam que o lugar

escolhido era insalubre; o entorno era estéril e que não havia prédios para a habitação digna dos funcionários públicos, associando-o sempre ao atraso e à feiúra.

Clodoaldo Freitas, em defesa das ações de José Antônio Saraiva, destacava que

O Dr. Saraiva, apesar da resistência ameaçadora dos Oeirenses, que até assoalhavam opor-se com as armas à mudança da capital, que consideravam uma grave ofensa a seus interesses e um sacrilégio à velha capital, atendendo criteriosamente aos mais altos interesses da comunhão e vendo mais claramente o futuro, não recuou diante de consideração alguma, nem mesmo da sua salvação pessoal, pois era correto haver entre os opositores e fanáticos a idéia de um atentado contra a sua existência, pensando que com a sua morte, morreria a idéia, por falta de quem quisesse arriscar-se à nova tentativa, abafada a primeira no sangue do seu mais ardente promotor (FREITAS, 1988, p. 16).

Nesse trecho, Clodoaldo Freitas tenta chamar a atenção para o fato de que os trâmites para a transferência despertavam conflitos e intrigas, pois uma série de interesses estava em jogo. Vale destacar que o autor engrandece o conflito ao mencionar os riscos que Saraiva corria, visto que seria o “mais ardente promotor” desse intento, que lutava contra opositores fanáticos. Na perspectiva de Clodoaldo, a transferência seria sinônima da visão futurista de Saraiva, que inseriria o Piauí nos braços do futuro. Mencionando a concretização da mudança da capital, Clodoaldo afirma que a população oeirense “entregou-se a uma dolorosa desolação” e que aquele dia “foi dia de luto”.

Como um literato-historiador apaixonado pela cidade, Clodoaldo Freitas faz críticas ao Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa<sup>24</sup>, historiador pernambucano, cujo trabalho sobre as Comarcas do Piauí refere-se à cidade de Teresina em tons depreciativos no tocante à esterilidade e à irregularidade do solo. Para Pereira da Costa, Teresina “era uma chapada estéril, coberta de vasta vegetação, e apenas com umas duas ou três casas, acaso vestígios da antiga fazenda” (1974, p. 462). Contrapondo-se a essa visão, Clodoaldo Freitas advoga em favor da cidade de Teresina dizendo que

Tudo isto é exageradamente falso ou falsamente exagerado. A chapada em que Teresina está localizada, só é irregular no declive para o rio, infelizmente o lugar escolhido, pela pressa com que o Presidente Dr. Saraiva mudou a capital, para a edificação dos principais edifícios e das

<sup>24</sup> Historiador e folclorista pernambucano. No ano de 1909, lançou a primeira edição do Livro “Cronologia Histórica da Província do Piauí”, que foi custeado pelo governo do Estado do Piauí, a partir da Lei nº 432, de 27 de junho de 1907. Em 1974, é lançada a segunda edição do Livro citado, organizada, revista e comentada por A. Tito Filho. Francisco Augusto Pereira da Costa, como jornalista e cronista, publicou trabalhos de cunho histórico nos jornais “A Imprensa” e “Fala”, de Teresina.

ruas principais, atualmente, da cidade. Um quilômetro para leste e meio quilômetro para o norte, a chapada se estende regular e formosa numa extensão de cerca de 4 léguas quadradas, numa planície sem ruga, própria para todas as plantações e culturas: Nela florescem admiravelmente todas as árvores frutíferas: a bananeira, a cana, a parreira, o ananaz, batata doce, o café, todos os cereais inclusive o arroz (FREITAS, 1988, p. 18).

Teresina era representada por Clodoaldo Freitas como um lugar plenamente habitável e de grandes potencialidades, pois tudo nela frutificaria. Sobre as trovoadas e os riscos de faíscas elétricas, o autor rebatia dizendo que “não passam de uma lenda”, que era endossada por argumentos incautos e bairristas. O calor, para o escritor, seria igual ao de todo norte. Clodoaldo ainda enfatiza que as endemias e epidemias eram casos raros na cidade, pois “apesar de quente, não há clima mais benigno e sadio”. Uma defesa apaixonada dos atributos da geografia física de Teresina. A região escolhida para as primeiras construções tornou-se o ponto referencial para a vida dos primeiros anos da cidade. Na foto a seguir, algumas construções já rodeavam a área do Largo do Amparo, também chamada de Praça da Constituição.



Largo do Amparo – Praça da Constituição.  
Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 8).

Na foto ficam em evidência as primeiras construções da cidade. Eram prédios públicos e privados. Podem ser visualizados a Igreja do Amparo, ainda sem suas torres; o Fórum; o Palácio do Governo e o Mercado Público. Além desses, foram construídos os prédios da Secretaria da Fazenda, da Delegacia Fiscal e do Conselho Municipal. O início do século XX

encontra um Teresina sem calçamento, sem sistema de esgotos, iluminada por lampiões a querosene, mas sustentada pelos sonhos de se tornar uma cidade referência para as demais cidades do Estado. A imagem faz referência à área da Praça da Constituição em seus primeiros momentos. A Praça iria se constituir como um dos símbolos da cidade que já nascia com o intuito de ser a vitrine da modernização no Estado. A Praça foi idealizada para ser o centro da vida cultural, política, administrativa e religiosa da cidade, tornando-se, dessa forma, o ponto irradiador de civilidade.

O traçado irregular da área escolhida para emergirem os primeiros prédios da cidade teria chamado a atenção de Pereira Caldas quando afirmou que o “terreno era estéril”. É nessa praça que, no ano de 1859, seria erguido o monumento em homenagem a Saraiva. As condições do terreno foram mencionadas por Clodoaldo Freitas quando se referia à construção e reparos das Igrejas de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Dores. A construção das duas Igrejas envolveu uma série de debates entre engenheiros e lideranças políticas, no tocante à solidez dos prédios que eram ameaçados pela imperfeição do solo e pelo mau uso de materiais. Tais construções e reparos, ou melhor, os debates gerados por eles, demonstram que a questão urbana, como alerta Bresciani(2002), está associada a diversos saberes e discursos que intercalam no processo de gerenciamento espacial.

Outro aspecto levantado e criticado pelo historiador pernambucano refere-se ao abastecimento de água, que, segundo ele, seria precário ou mesmo inexistente. Contrariamente, Clodoaldo Freitas afirma que

A cidade é abastecida unicamente pelo Parnaíba, que fica, no inverno, com as águas toldadas, como acontece com todos os rios de grande curso. Mas não é isto o motivo para não serem as águas potáveis. Vinte e quatro horas de decantação tornam as águas excelentes e com os filtros, hoje, tão vulgares e baratos, posso dizer que esta circunstância não torna as águas do Parnaíba imprestáveis. O magnífico serviço de encanamento das águas corrigiu o mal da antiga condução das águas para os domicílios em ancoretas, serviço efetivamente repugnante (FREITAS, 1988, p. 18).

Nota-se que o autor defende o “magnífico serviço de encanamento”, mas também salienta o fato de a população ter maiores facilidades para a aquisição de filtros para o tratamento caseiro da água. Isso deixa transparecer que, para Clodoaldo, a responsabilidade no tocante ao acesso à água sadia é também da população, pois os filtros “tão vulgares e baratos” estavam ao alcance de todos. Com esses argumentos dos melhoramentos e dos recursos naturais, Clodoaldo Freitas, em seu debate com o historiador pernambucano, afirma

que Teresina é um aconchego para os estrangeiros que passam pela cidade e que logo se “aclimatam”.

Mesmo propondo a defesa da capital piauiense, o literato permite notar que o serviço de condução e de abastecimento de água em ancoretas era “efetivamente repugnante” antes da implantação da encanação, corroborando algumas das críticas formuladas por Pereira da Costa, atribuindo à geografia as dificuldades vivenciadas.

Essa configuração geográfica, dentre outros aspectos, era vista, às vezes, como o motivo primordial para a situação de atraso e pela falta de infra-estrutura da cidade, o que ressoaria na saúde pública da cidade. As imagens que literatos e escritores como Monsenhor Chaves destacam, nas duas últimas décadas do século XIX, são de um o estado sanitário da cidade de Teresina que não era muito favorável para a população de maneira geral. Segundo Monsenhor Chaves, as condições sanitárias de cidade eram preocupantes em decorrência de que “o estado sanitário de Teresina nunca foi muito lisonjeiro. As sezões, o sarampo, a tuberculose, o tifo tomavam conta da população da cidade e lhe cobravam pesado tributo todos os anos” (2005, p. 44). Monsenhor Chaves menciona que as epidemias eram tão recorrentes, pelo menos até a década de 1870, que as autoridades começaram a direcionar campanhas de vacinação em massa, especialmente contra a varíola.

No entanto, conforme suas pesquisas, inúmeras vezes a população não buscava a vacina. Essa desconfiança com a vacinação se deu pelo fato de que se descobriu que, no ano de 1875, “a vacina que nos fora enviada ou era velha demais ou estava deteriorada, não produzindo mais efeito. O povo perdeu a fé na vacinação” (2005, p. 45). Seria uma espécie de “Revolta da Vacina” local? A população desconhecia as razões da campanha de vacinação? Pelos fatos expostos por Chaves, a recusa da população em relação à vacina não era algo inconsciente, pois foi reconhecido que a procedência da vacina era duvidosa. A população, então, ficou desconfiada do direcionamento que foi dado pelo poder público em relação à vacina e sua aplicação.

Os anos sucessivos de epidemias até 1877, quando a epidemia de varíola havia desaparecido, teriam contribuído para um melhor “diálogo” entre a população e as autoridades, pois

[...] não há desgraça que não traga o seu quinhão de bem. Dali por diante o povo começou a se convencer de que era do seu próprio interesse colaborar com as autoridades na preservação do bom estado sanitário da cidade. Estas, por sua vez, chegaram à convicção de que certas liberdades devem cessar nas horas de ameaça coletiva e lhes compete a obrigação de agir

energicamente coibindo abusos, para o bem de todos (CHAVES, 2005, p. 46).

Monsenhor Chaves fala que foi preciso que a população passasse por inúmeras “desgraças” para perceberem sua responsabilidade sobre as condições sanitárias da cidade. Essa assertiva atribui à população o infortúnio pelo qual a cidade passava. O convencimento da população teria sido inteiramente espontâneo? Não se trata de uma pergunta retórica ou infundada, visto que é próprio Monsenhor Chaves quem diz que as autoridades deviam “agir energicamente” para que os projetos de salubridade e de higienização pudessem ser cumpridos.

Em função desse “desaparecimento” das epidemias, ocorrendo somente alguns casos periódicos de certas moléstias como as sezões e o sarampo, Clodoaldo firmemente refutava as descrições que denegriam a imagem da cidade. Para ele, eram descrições falsas, infundadas e, nas próprias palavras do autor, fruto do “espírito do bairrismo”.

Enquanto a década de 1870 era grassada pelas epidemias, a vida da cidade abria caminhos para outras maneiras de experimentar a cidade. Em um mesmo tempo a cidade apresenta várias temporalidades, pois enquanto muitas pessoas sofriam com os castigos trazidos pelas doenças, comemorava-se a participação de voluntários piauienses na Guerra do Paraguai. Isso pode ser ilustrado com o discurso de Deolindo Mendes da Silva Moura, proferido no dia 05 de setembro de 1870<sup>25</sup>. O discurso realizou-se na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, em Teresina. O tom era de exaltação aos “bravos voluntários da pátria, heróis piauienses!”, como destacou Deolindo Moura. Enquanto festejava-se a volta dos heróis, inúmeras pessoas tinham de enfrentar outra guerra: contra as epidemias.

### **3.3 Modernização de Teresina nas duas primeiras décadas do fremente século XX**

Esse “espetáculo” de transformações despertava diferentes formas de sentir e representar a cidade. A cidade parecia brotar sempre nova mediante cada descoberta, o que não era visto de forma unilateral e homogênea. Assim como a literatura marioandradiana, que

---

<sup>25</sup> Discurso reproduzido em GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: APL, 2000, p. 162-165. O discurso foi publicado pela primeira vez no Jornal “A Imprensa”, no dia 08 de setembro de 1870.

se esforçava para falar de uma cidade que era silenciada, a modernização em Teresina vai despertar um vasto leque de discursos, que transitam entre a admiração e o medo.

Nesses momentos iniciais do século XX, os literatos eram figuras presentes no tocante às formas de ver a cidade e a sua modernização. Nesse sentido, os cronistas expressavam-se seus desejos e angústias, exigindo mudanças e propondo que a cidade saísse de seu atraso de “caranguejo”. As Crônicas que propunham o desejo de mudança eram reflexão cativa nos escritos dos literatos, que eram enfáticos e diretos:

Creio bom leitor, que já é tempo de Teresina salientar com qualquer melhoramento para distração, mas não ocorre, é como caranguejo [...] Não sei leitor até quando continuaremos insípidos. Precisamos de um jardim ou passeio público e com brevidade (Na cidade. *A Palavra*, 01 jun. 1902, p. 10).

O confronto discursivo permite perceber o quão plurais e diversas são as formas de sentir a modernização da cidade. A cidade, dessa maneira, também se pluraliza, pois à medida que é vista ou imaginada de diferentes formas constrói memórias distintas, sem haver a “verdadeira” cidade, pois cada cidade representada é fruto do sentimento de pertencimento daqueles que sobre ela falam. E falam na expressão do cotidiano.

Traços do cotidiano da cidade de Teresina podem ser notados em alguns contos, como o conto “O aniversário da Zezé”, de Zito Baptista. No conto está narrada a euforia de um grupo por conta da chegada do barco Iguaraçu. Zito Baptista assim descreve a cena: “O grupo havia passado. Ia já dobrar a esquina próxima. Algum desembarque, talvez... O “Iguaraçu” estava a dar o último apito, de volta da Floriano”<sup>26</sup>.

As novidades, como o embarque e desembarque dos barcos em Teresina, eram festejados como a possibilidade de maior integração comercial da cidade. Mais que isso, para os jovens, segundo Zito Baptista, a presença das embarcações simbolizavam o estreitamento do contato com um mundo novo. A algazarra era encaminhada por um grupo com um grande número de rapazes e moças, que iam prestigiar e se divertir com o desembarque do barco que navegava no rio Parnaíba à época. Para Zito Baptista, aquilo era “sem dúvida, uma manifestação estrondosa”, especialmente pela presença da banda da polícia.

---

<sup>26</sup> Trecho do texto reproduzido em TITO FILHO, A. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: Comepi, 1974. (Monografias do Piauí – Série Literária). O texto original foi publicado no jornal *Diário do Piauí*, no dia 1º de outubro de 1912.

A navegação<sup>27</sup> teve importante papel para a configuração dos primeiros elementos de modernização no Piauí, pois representava um passo importante para a aproximação e integração regional. A navegabilidade do rio Parnaíba permitiu que cidades como Teresina, por estarem situadas às margens do rio, desenvolvessem com maior dinamicidade suas atividades comerciais.



Vapor Manoel Thomas.

Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Foto 9).

Nessa foto está enquadrado o Vapor Manoel Thomas, que fez o traslado do segundo contingente de Polícia para o sul do Estado. Pode-se visualizar que o rio tinha sua importância não somente como transporte de produtos, mas também no embarque e desembarque de pessoas. O progresso era transportado no barco que, mais que carregar pessoas e coisas, carregava a modernidade pelas cidades piauienses através das águas do rio Parnaíba. Esse transporte era festejado – conforme a ótica do literato Zito Baptista – pela banda da polícia, simbolizando a comemoração tanto da sociedade quanto do Estado. Na fotografia pode-se

<sup>27</sup> A grande representação da importância da navegação para o Piauí foi a criação da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba, no ano de 1858. Na escala de viagens da Companhia estavam estabelecidas quatro viagens mensais de Teresina à Parnaíba, nos dias 5, 12, 20 e 28 de cada mês. As viagens de Parnaíba à Tutóia eram combinadas no porto de Parnaíba com as viagens do Vapor Lloyd Brasileiro. Havia, também, viagens de Teresina à Floriano, nos dias 7 e 22 de cada mês.

notar que as condições para o embarque eram ainda muito rústicas em meio ao declive arenoso da margem do rio.

A cidade de Teresina que se amotina em grupos ao som da banda da polícia é a cidade que também presenciava a violência dos incêndios das casas mais humildes da cidade. Com os incêndios, os murmúrios não são os mesmos que eram com os desembarques dos barcos. Com os incêndios, a cidade fragmenta-se e apresenta circunstâncias diferentes no seio de uma mesma configuração histórica. O poema “O incêndio”<sup>28</sup>, de Lucídio Freitas figura bem esse acontecimento:

O ar queima, o vento queima, a terra queima e abrasa.  
Ondas rubras de Sol batem fortes na areia...  
No espaço nem sequer um leve ruflo de asa,  
Passa aos beijos do Sol que fustiga e esbraseia.

Fogo de um lado e de outro e o vento o incêndio ateia,  
Da planície a fazer vasto lençol de brasa;  
E o fogo sobe e desce, e volta, e mais se alteia,  
E abraça e beija, e morde a ossatura da casa.

Nisto um grande rumor pela terra se escuta.  
Braços abertos no ar, soluçando, o Castelo, Se desmorona, enfim, depois de  
estranha luta.

Velho Castelo Real! Ó sombra de outra idade!...  
Lembras hoje, depois desse horrível flagelo,  
As ruínas de Sol no poente da Saudade!...

(FREITAS, Lucídio. *Alexandrinos*, 1912).

O poema “O incêndio” é indicativo de uma realidade de difíceis condições de moradia na cidade de Teresina na primeira década do século XX. O texto possui uma narrativa que, por meio da memória do autor, denuncia a miséria das habitações que salpicavam as ruas da cidade. Mesmo denotando a característica subjetivista do autor, o texto retrata o desespero das pessoas que viam suas casas sendo engolidas pelas chamas. Além disso, o poema parece criticar o regime republicano e o sonho do progresso e da democracia, pois a “sombra de outra idade” ainda estava presente, fazendo desmoronar não somente as casas das pessoas, mas também a sua crença nas promessas de igualdade da campanha progressista e republicana. Uma dor, um lamento, uma desesperança que, junto ao fogo que engolia as moradias,

---

<sup>28</sup> Poema reproduzido em BRASIL, Assis (org.). *A poesia piauiense no Século XX: antologia*. Rio de Janeiro: Imago; Teresina: FCMC, 1995, p. 87.

despedaçava os sonhos, os desejos de uma população que clamava de braços abertos sem ser escutada.

O incêndio<sup>29</sup> narrado por Lucídio Freitas parecia ser algo muito recorrente em Teresina e de grande abrangência, pois “os incêndios destruíam, em série, ruas inteiras de casas de palha” (QUEIROZ, 1998, p. 30). Essas casas de palha fervilhavam no entorno de um núcleo de casas de telhas, subsidiando crônicas que rotulavam os casebres como “feridas gangrenosas”. As casas de palha eram entendidas como um pesadelo para as autoridades públicas, pois “as casas de palha de Teresina sempre foram um pesadelo para todos aqueles que tiveram uma parcela de responsabilidade pelo bem público na cidade e no Estado” (CHAVES, 2005, p. 38).

Teresinha Queiroz, citando Caio Lima, cronista da época, destaca que a miséria era vista como um ponto negativo à cidade que se pretendia moderna. Dessa maneira, pode-se dizer que a cidade estava marcada pelas desigualdades, pois casarios de telhas dividiam espaço com os inúmeros casebres de palha. Isso era motivo suficiente para tornar Teresina, no olhar da escrita deste cronista, uma “curiosa cidade”. Segundo Teresinha Queiroz, ainda se utilizando das crônicas de Caio Lima, a cidade estava caracterizada como a “cidade curiosa”, pois era significativo o número de pedintes à porta dos mais afortunados. A cidade mostrava-se, então, como espaço cujas vivências eram espelhos de um conflito velado. Pretendia-se construir um mundo do futuro e do progresso. Mundo esse que, segundo Teresinha Queiroz, está “subterrâneo e marginal nas fontes”. É o mundo da cidade idealizada e de inúmeras vozes silenciadas, pois “é o mundo que se quer destruir e negar, para dar espaço ao da abundância e da civilidade” (1998, p. 31).

A imprensa dos primeiros anos do século XX defendia, ou pelo menos ventilava, a necessidade da criação dos Asilos de Loucos e de Mendicidade. Isso endossava os discursos da “limpeza social”, para tirar das ruas da cidade os mendigos. Algumas matérias vinculadas em jornais diziam que

[...] é de palpitante necessidade e de grande alcance altruísta criar-se nesta Capital um asilo que acolha no seio todos esses pobres que nas ruas teresinenses buzina com pedidos de esmolas, que nas portas das casas pedem de maneiras diversas com vozes imitando as variações e notas da música (*Apud* ARAÚJO, 1995, p. 103).

---

<sup>29</sup> No Art. 104 do Código de Posturas de Teresina, de 1912, havia uma determinação que proibia que os sinos fossem tocados depois das nove horas da noite, mas abria exceção para os casos de incêndio. Isso demonstra que os incêndios nessa época eram muitos comuns a ponto de fazerem parte dos códigos da cidade.

A mendicidade incomodava boa parte da população, pois os pobres “buzinavam” nas portas das casas com suas vozes com variações de notas musicais. O tom sarcástico do jornal revela que o mundo da abastança não comportaria o mundo da miséria e que, de fato, um era reforçador da existência do outro. Nessa configuração histórica, onde os pobres e mendigos efervesciam as ruas da cidade, surge a imagem que Charles Baudelaire faz da morte dos pobres. Segundo o autor, a morte “é a única esperança e o mais alto prazer” (2007, p. 147) para os pobres. Nas condições subumanas e de total exclusão social, sem alimento e sem abrigo, a morte tornava-se o “albergue” feito para jantar e para adormecer.

Esse mundo “novo”, além de ser o recôndito dos esquecidos, contribuiu para que em seu passeio pela cidade, a musa Clio presenciasse cidades plurais, pois “o território da cidade, ao contrário de outros territórios, pode conter diversos espaços sociais e, em função disso, possuir diversas leituras dessa materialidade” (SILVA, 1999, p. 57).

Mesmo diante das intempéries, o discurso da esperança é uma marca constante nos artigos de jornais da época. Assim como exposto por André Comte-Sponville (2005), a esperança seria utilizada como um mecanismo de contenção dos desejos, sendo a esperança, em sua concepção, “um desejo que se refere ao que não temos (uma falta), que ignoramos se foi ou será satisfeito, enfim cuja satisfação não depende de nós: esperar é desejar sem gozar, sem saber, sem poder”.

Assim como em São Paulo, cujos discursos oficiais faziam referências a monumentos como símbolos da grandeza da cidade, no Piauí o repertório discursivo, dentre outros elementos, girava em torno de grandes obras como a estrada de ferro, cuja concretização foi fragmentária e deficiente. A estrada de ferro assumiu o papel de baluarte do progresso e do estreitamento dos laços da cidade de Teresina com outras cidades do Estado e de outros estados. Tais discursos geralmente exprimiam a confiança de que o sonho não iria “descarrilar” e que o progresso estava engatilhado. Essa tentativa de “universalizar” os desejos modernos dava-se pelo fato recorrente de que o progresso era experimentado de formas diversas, visto que seus alcances, e sua efetivação, insistiam em permanecer nos projetos. Em decorrência disso, discursos que questionavam a validade e a expansão dos tão propagados “melhoramentos” eram também disseminados. Eram discursos que transitavam entre o medo e a recusa, como destaca Jônatas Batista:

Vamos vivendo com o nosso atraso, e só assim podemos viver tranquilos, em perfeita calma, no mais absoluto sossego.  
Viva o nosso atraso, a nossa primitividade, o nosso costume, nada de progresso (BATISTA, 1985, p.118).

Na fala de Jônatas Batista está presente um tom de ironia e sarcasmo, fazendo ressaltar os contrastes entre o discurso oficial, que defendia uma efetivação – mesmo que futura – de diversos projetos de melhoramentos urbanos, e as percepções que os literatos viam sobre as não realizações de tais projetos. O trecho citado ressalta que a Teresina da década de 1910 – quando o texto foi publicado na revista *Alvorada* – era uma cidade que não dispunha dos melhoramentos noticiados e ecoados nas outras cidades de outros estados do país. Se não havia progresso, não havia os “distúrbios” que com ele eram originados. Dessa maneira, as pessoas da cidade podiam se apegar aos seus valores e costumes tradicionais. Isso faz lembrar a postura adotada por Marco Polo ao visitar a cidade de Isaura. Em consonância com o que afirma Calvino (1990), essa cidade avançava com a cabeça voltada para trás para ver o que estava às suas costas.

Em reforço a essa percepção, havia aqueles que ao se referirem à cidade de Teresina ainda viam a cidade em seus aspectos negativos. No trecho a seguir, retirado da revista *Litericultura*, de 1º de janeiro de 1912, o autor, que assina como Antonio e escreve de São Paulo, assim se refere à cidade:

A nossa querida capital está situada no centro de uma chapada triste, áspera e monótona, sem um monte a emoldurar-lhe os horizontes, sem um vale ou bosque a mitigar-lhe a atmosfera fulminante. Sob a abóboda desse castíssimo firmamento desnudado, como impiedosa antítese resida uma população em geral raquítica e de estatura abaixo da média (*Litericultura*, 01 jan. 1912, p. 38).

Nessa passagem citada, o filho da terra está em outras terras e está respondendo a carta de um amigo, que lhe pede para falar sobre a cidade de Teresina. O autor do texto diz que a “querida capital” possui poucos atrativos e isso refletiria na própria população, que também estaria apática e pouco motivada para a melhoria de vida na e da cidade. A antítese, evidenciada pelo autor, entre a beleza do firmamento da cidade e a baixa estatura do piauiense, traz em si uma demonstração de uma população subnutrida que se tornara raquítica se comparada às pessoas de outras cidades do Brasil.

Era comum alguns escritores piauienses trilharem carreiras em outros estados, mas sem deixar de escrever para aqueles que haviam ficado em Teresina. Muitos escritos falam das cidades onde estavam e geralmente ressaltam as diferenças entre as cidades, no tocante ao espaço físico, bem como sobre os costumes. A literatura consultada, geralmente, trata o Piauí do fim do século XIX e início do XX, como um espaço atrasado, carente dos ares da

modernidade. Zito Baptista, em sua temporada no Rio de Janeiro, onde publicou *Chama Extinta* e *Harmonia Dolorosa*, escrevia crônicas acerca da sociedade carioca. Seus textos continuavam sendo publicados nos jornais de Teresina. Algo que chamava a atenção de Zito, no tocante às vivências do espaço urbano, eram os cemitérios. Não no sentido religioso em si, mas no que concerne à estruturação física e à relação dos indivíduos com aquele espaço. Os cemitérios do Rio de Janeiro surgiam ao autor como desencadeador de memórias, dizendo que

Os cemitérios do Rio, o de São Francisco Xavier e o de São João Batista, por exemplo, parecem-me quase alegres, mesmo neste sugestivo dia 2 de novembro, em que venho de visitar, carregado de recordações amargas e vivendo para meus mortos queridos, todo cheio de uma saudade que não tem limites...

A morada dos mortos, aqui, tem para mim um outro aspecto, que não é aquele que o espírito se habituara a rever todos os anos, na província, dia de finados, no poético campo-santo da minha pequena cidade de Teresina<sup>30</sup>

É importante notar que essa identidade, demonstrada por Zito Baptista, aproxima-se das noções de que as identidades são construções que se constituem pelo próprio indivíduo, mas que não estão desvinculadas das relações com as demais pessoas e suas convivências e experiências.

Para Zito Baptista, todos os cemitérios pareciam-se com os “pequeninos cemitérios” de sua terra natal, menos os cemitérios do Rio de Janeiro. Em Teresina, os cemitérios pareciam preservar o significado habitual, como local de reflexão e de homenagens. No Rio de Janeiro, o clima era quase festivo. Seus mausoléus despertavam admiração em Zito por serem artisticamente decorados com inscrições em túmulos de mármore luxuoso. O cemitério do Rio de Janeiro vai marcar, na memória de Zito Baptista, as distinções entre o “aqui” e o “lá” como definidores de sua identidade e de seus sentimentos de pertencimento à cidade em diferentes espaços.

Outro acontecimento que tornava Zito extático era o carnaval. Seu olhar sobre o carnaval pode ser visto no soneto “Carnaval”<sup>31</sup>, que diz

Põe a máscara e vai para a folia,  
Na afetação de uns gestos singulares,

<sup>30</sup> Texto reproduzido em TITO FILHO, A. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: Comepi, 1974. (Monografias do Piauí – Série Literária).

<sup>31</sup> Soneto que compõe a coletânea “*Harmonia Dolorosa*”, de poesias que foram reunidas, juntamente com a coleção “*Chama Extinta*”, em um só volume pela Editora Brasileira Lux, no Rio de Janeiro no ano de 1924. Texto reproduzido em TITO FILHO, A. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: Comepi, 1974. (Monografias do Piauí – Série Literária).

Esquecido dos íntimos pesares  
Que te atormentam todo o santo dia...

Homem doente, perdido nesses mares  
Tenebrosos da dúvida sombria,  
Vê que há lá fora um frêmito de orgia,  
Mesmo através das coisas mais vulgares!

Põe-te a cantar, desabaladamente!  
Vai para a rua aos trambolhões, às tontas,  
Como se enlouquecesse de repente...

Agarra-te à alegria passageira:  
Olha que o que te espera, ao fim de contas.  
É o triste carnaval da vida inteira...

Nesse soneto, Zito Baptista diz ao “folião” para ir à rua em busca dos prazeres. Contudo, o texto, que aparentemente parece conclamar à diversão, é uma crítica sutil ao excessos praticados no carnaval. Zito reconhecia a magnitude do carnaval do Rio de Janeiro, mas afirmava que durante os dias do carnaval, o povo se esquecia das preocupações e dos tormentos do dia a dia. Havia, no início da década de 1920, como afirma Sevcenko (2000)<sup>32</sup> um espírito de alegria, que impulsionou as pessoas para o lazer e a diversão.

Para Zito Baptista, o carnaval tinha um efeito anestésico na memória dos indivíduos, pois “a angustiosa situação política do país, a crise financeira que tanto tem abalado a alma martirizada do povo faminto [...] tudo foi esquecido inteiramente, completamente”<sup>33</sup>. O trecho citado foi publicado no jornal “Correio de Teresina”, em 22 de março do ano de 1914. Faz referência às crises políticas e econômicas pelas quais o país passava no governo de Hermes da Fonseca.

E em Teresina, não havia festas carnavalescas? Segundo Teresinha Queiroz, “a diversão popular por excelência, a partir da década de 20, em Teresina, foi o carnaval” (1998, p. 58-59). A década de 1920, em consonância com o que defende Nicolau Sevcenko, despertou uma demanda avassaladora por diversões. Isso se deu de tal forma que em 31 de dezembro de 1922 é inaugurado o Clube dos Diários, tornando-se o centro de referências para as festas de carnaval na cidade.

<sup>32</sup> Em “Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20”, Sevcenko diz que com o fim das aflições – a gripe espanhola, a geada, os gafanhotos, a primeira guerra mundial e as greves – no ano de 1918, um estado de excitação e euforia tomou conta da cidade, prenunciando que a década de 1920 seria marcada pelo imperativo de harmonia e paz, bem como de um futuro brilhante. Os carnavais tornaram-se símbolos dessa euforia.

<sup>33</sup> Texto reproduzido em TITO FILHO, A. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: Comepi, 1974. (Monografias do Piauí – Série Literária).

No entanto, Teresina, por exemplo, por ser a capital e vitrine do projeto de modernização, acabou por ter sido melhor contemplada por ações modernizadoras. Tornou-se, notoriamente em décadas posteriores, referência de educação escolar, nos lazeres, no atendimento médico, nos transportes etc. Tornou-se o lugar das experiências, das vivências e das memórias de muitos literatos piauienses, que a viam como lar e aconchego, e a partida para outras terras seria o martírio para esses indivíduos. Distanciar-se da cidade seria distanciar-se de suas memórias e de suas tradições, para lançar-se ao conhecimento de novos costumes e de novos espaços.

Dessa maneira, a capital piauiense teria se tornado o lugar das lembranças e das saudades, o que abre espaço para o aspecto de que as memórias construídas sobre a cidade transcendem o aspecto da modernização em si, mas remetem aos sentimentos de pertencimento. Lucídio Freitas é um bom exemplo desse apego à cidade, ao dizer:

Teresina apagou-se na distância,  
Ficou, longe de mim, adormecida,  
Guardando a alma do sol de minha infância  
E o minuto melhor da minha vida...

A saudade me aterra...  
E que vontade eu sinto de chorar,  
Distante do meu lar,  
Vendo outro céu, vendo outro sol, vendo outra gente,  
Tão diferente  
Da gente boa lá da minha terra!

(FREITAS, Lucídio. *Minha Terra*. 1921).<sup>34</sup>

É importante notar que essa identidade demonstrada por Freitas aproximam-se do que Zygmunt Bauman (2005) denomina de identidades flutuantes, “algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta” (p. 19). Assim, a cidade que se “apagou na distância” é, para Lucídio Freitas, a cidade de sua identificação com sua infância. Teresina é, para ele, a expressão de sua jovialidade e vigor. Teresina é a cidade da qual vive uma “gente boa”, que possui vivências e costumes que a diferenciam da gente de outras terras.

Para Lucídio, a cidade é bem mais que o aspecto material, pois Teresina é o lugar de um céu, de um sol e de uma gente que a tornam sua “terra”. Sua imagem sobre a cidade está

<sup>34</sup> Texto reproduzido em BRASIL, Assis (Org.). *A poesia piauiense no Século XX: antologia*. Rio de Janeiro: Imago; Teresina: FCMC, 1995, p. 90.

vinculada ao sentido de pertencimento, seria o “minuto melhor” da vida do poeta. A identificação com a cidade ultrapassa, dessa forma, os ditames de base urbanística e de modernização, toca os sentimentos, a saudade, a melancolia. Mas, como lembra Bauman, esse “‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais, tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (p. 31). O “fazer” ou “não fazer” parte de uma cidade não se daria somente pela presença do indivíduo no espaço em si, mas perpassa pela escolha de se tornar membro da cidade.

Em Teresina, os ideais de modernização e de uma vida moderna também eram questionados pelos dissabores que poderiam proporcionar para a maioria da população. Exemplo dessa reflexão pode ser percebido no artigo “A hygiene na cidade e no campo”, publicado na revista *Litericultura*, em 30 de setembro de 1913. O teor do texto extrapola a discussão da saúde pública, como sugere o título. De fato o que vai ser apresentado com maior ênfase no artigo são reflexões acerca do impacto das transformações da “civilização moderna” nos costumes e nos valores dos seres humanos. O texto é um conclave à sociedade e uma espécie de alerta sobre os riscos da civilização moderna. Em muitos momentos, o tom é o seguinte:

E a civilização moderna, meus senhores, “esta mulher venenosa”, diz o prof. Austregésilo, não abandona o seu séquito de maldades e de desgraças, sombreada, sempre, pela vida humana deformada, esfarrapada, seguida pela moléstia – eterna em sua corrosão minaz, pela moléstia que vence o homem, que o mata em suas aspirações deglutindo com sua boca hiante, dia a dia, milhares de vidas utilíssimas ao mundo (*Litericultura*, 30 set. 1913, p.12).

O artigo escrito por R. Fernando e Silva fala que a vida moderna tem ceifado a vida de pessoas de maneira acelerada e fremente. As pessoas levariam uma vida muito intensa e com hábitos pouco saudáveis ao corpo e à mente, bem como ao espírito. Denomina a civilização moderna de “mulher venenosa”, cheia de maldades que dilaceram os humanos, denunciando as moléstias que ela gera no mundo. Para Fernando e Silva, a vida de ostentação é o próprio suicídio dos indivíduos, pois

Nós nos suicidamos, levamos, passo a passo, um punhado dos nossos órgãos para a destruição, ora com os excessos de uma ostentação supérflua,

ora com a falta de recursos, ora com a vida intensíssima de um labor improficuo, sem methodização e a igualdade (*Litericultura*, 30 set. 1913, p. 23).

Além dos excessos provocados pelo consumo do supérfluo ou da falta dos recursos para a sobrevivência gerada pelo trabalho injusto e desigual, uma das grandes preocupações de Fernando e Silva era com a falta de valores por parte dos jovens, que se encontrariam em uma vida de “torpezas”. Nesse sentido, Fernando e Silva caracteriza a juventude nos seguintes moldes:

A mocidade atual, longe de dedicar-se às coisas úteis, de procurar na elevação moral o elemento indispensável à construção do templo futuro, amesquinha-se, avilta-se, sepulta-se no lado das abjecções e ufana-se ainda em praticar torpezas (*Litericultura*, 30 set. 1913, p. 28).

O soerguimento da cidade por meio de seus projetos de modernização e de civilidade, com suas “faces incongruentes, seus ritmos desconexos, sua escala extra-humana e seu tempo e espaço fragmentários” (SEVCENKO, 2000, p. 40), promoveu o estranhamento de gerações em relação aos traços culturais cristalizados na sociedade. A mocidade estaria vivendo em um tempo cujas experiências e desejos são muito mais impulsionados pela vivência do presente, sem o peso enrijecido do passado e das amarras das promessas do futuro. Esse “mal-estar” promovido pelas inovações criou uma esfera na qual conviviam experiências e temporalidades divergentes e contraditórias, lançando olhares dicotômicos uns sobre os outros. A juventude, no turbilhão de transformações, tem menos propensão a se apegar às reminiscências de uma tradição cultural, daí essa juventude ser alvo dos comentários áspers dos mais moralistas.

Para Elias Martins(1920), as razões da existência de uma juventude que não seguia as tradições e os valores estavam vinculadas à desestruturação da própria família. Tal fragilização familiar se dava, para Elias Martins, pela invasão das influências do cinema e do cinematógrafo, que contribuíram para o contato com outros valores culturais. As mulheres, para Elias Martins, deixavam-se enfeitiçar pelos romances das “fitas” e não mais se dedicavam aos domínios e afazeres do lar. Em decorrência disso, Elias Martins diz que

Vazio o lar, nublado o astro, que o regularisa e aclara, vagueiam os filhos descurados e soltos, sem guia, sem conselhos, campeões dos jogos e dos theatros, lustrosos bonecos dos saraus e dos passeios, às vezes defrontando os paes na meza do tapete verde ou em equívocas situações, ainda mais depressivas e niveladoras (MARTINS, 1920, p. 17).

O cinema, que em certa medida era visto como mais um elemento da modernização da cidade de Teresina, teve ressonâncias na vida e no cotidiano da sociedade. A desestruturação familiar é salientada pelos mais conservadores como Elias Martins. Os mais jovens pareciam se deixar capturar mais facilmente pelos encantos dos filmes e acabavam por mudar suas rotinas e as suas prioridades. Isso interferia diretamente até nos estudos, visto que

São de aborrecimento e canção as horas do estudo, não atráe a beleza dos livros, insípidos companheiros, nem mesmo os doces brincos do lar; as exaltadas cabecinhas, em surtos de fogo, estão a reproduzir as iluminações da tela, passando e repassando palpitantes scenas, na deleitosa variedade das cálidas sensações (MARTINS, 1920, p. 27).

Para Elias Martins, as “iluminações da tela” contribuíam para o obscurecimento do respeito da juventude aos estudos, fortalecendo a inaceitável situação do analfabetismo e dos baixos índices educacionais. Os jovens estariam reproduzindo a vida boêmia e de prazeres que era exibida nas telas. O caráter “erosivo” do cinema, como denominava Elias Martins, denegriam as bases da sociedade sob o véu do discurso da modernidade e civilidade dos costumes.

Nesse sentido, pode-se perceber que o fenômeno da modernização e o ideal de uma “civilização moderna” não eram apreendidos e sentidos da mesma maneira. Alguns percebiam suas conquistas, outros denunciavam os males e dores que ela provocava. Essa diversidade na percepção da modernidade configura-se em função da pluralidade de desejos, angústias e interesses que os sujeitos têm sobre seu tempo e seu espaço.

Vale a pena ressaltar que a memória situada no tempo e no espaço faz com que as lembranças do indivíduo estejam muito mais atreladas a determinadas experiências de sua vida e seus valores. Isso explica o caráter da memória individual, ou melhor, autobiográfica dos literatos, pois tal memória

[...] não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referências que existem fora de si, determinados pela sociedade (HALBWACKS, 2006, p. 72).

As maneiras pelas quais a cidade é representada e sua relação na constituição de memórias transcende uma temporalidade fixada. O processo modernizador da cidade vai assumindo dinâmicas diferentes, pois os condicionamentos sociais, políticos e culturais vão

assumindo especificidades de cada tempo, o que faz com que os literatos falem da cidade a partir de suas memórias, tentando construir outras memórias por meio da coletivização de seus textos. Nesse diapasão, a cidade é lida e (re) escrita por diferentes escritores que usam e experimentam o espaço urbano de diferentes maneiras, atribuindo significados vários à cidade.

A cidade, por esse viés, pode ser vislumbrada pela literatura que permite entender o espaço urbano por meio das “variações entre as representações literárias e as realidades sociais que elas representam” (CHARTIER, 2002, p. 259).

Dessa maneira, a literatura permite perceber a cidade em diferentes momentos e por diferentes olhares. Olhares esses que estão carregados de memórias que são socialmente localizadas. Os discursos desses literatos devem ser entendidos tanto do lugar de onde falam como o lugar de endereçamento. A cidade que surge a partir do olhar de cada literato abre espaço para a visualização de inúmeras cidades que se confrontam e também se complementam. As memórias da cidade pela perspectiva da literatura é um arcabouço a mais para o entendimento de como a cidade é sentida em temporalidades e espacialidades diferentes.

As vozes da literatura permitiram ouvir os sussurros que ecoavam da modernização da cidade de Teresina. Sussurros que representavam sentimentos vários, que transitavam entre a fé no futuro, a esperança no progresso e o estranhamento e a desconfiança. Essa configuração histórica, palco das transformações e seus conflitos, foi marca constante na modernização em Teresina, pois “todo raio de esperança vem sempre ligado a uma nuvem” (WEBER, 1989, p. 295). E é sobre essa nuvem que o olhar do historiador se volta, para perceber não somente o que está claro, mas também, o que está obscuro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, a primeira observação a ser feita é que a cidade não só conta sua história como a contém. É preciso enveredar pelos “caminhos irregulares” da cidade para perceber que cada rua, cada prédio, cada praça e cada pessoa são partes da cidade e de sua história. Além disso, não há cidade irregular, mas sim, diferentes cidades que se sobrepõem, se negam e se completam conforme a cidade que cada indivíduo experimenta e representa.

Dessa maneira, ao analisar o *corpus* documental que subsidiou esta pesquisa, pode-se considerar que a aventura moderna da cidade de Teresina, foi marcada por lutas. Lutas de representações acerca das transformações da cidade. Lutas de uma população que resistia aos maus tratos da exclusão social e que sonhava que uma sociedade efetivamente igualitária pudesse ser conquistada. Lutas de uma população que presenciava a euforia daqueles que defendiam as ações modernizantes e que eram os quase exclusivos beneficiados pelos projetos de modernização e progresso. Essa população produziu representações sociais divididas entre uma realidade na qual a propaganda da modernização tentava disfarçar um cotidiano de miséria e de exclusões e, ao mesmo tempo, difundiu o sonho de se transformar no retrato de uma sociedade que realmente teria alcançado o progresso, atendendo a todos os setores sociais.

Havia conflitos que as transformações do espaço urbano despertaram incisivamente. À medida que se tentava ordenar o espaço buscavam-se também mecanismos de ordenamento das condutas sociais. Dessa maneira, no processo de modernização da cidade de Teresina, inúmeras estratégias de ordenamento e de embelezamento dos espaços na malha urbana impuseram certas barreiras às camadas mais humildes, afastando-as principalmente da região

central da cidade. Lutas de Perseus, que armados com o escudo da modernização insistiam em superar o “olhar de Medusa”, que dava ao progresso das cidades piauienses o seu teor simbólico e, por que não dizer, mitológico. Percebeu-se que a “petrificação social” também reverberou na dimensão cultural, no tocante aos costumes e às tradições. Nos discursos em defesa da modernização e do progresso era preciso superar as características provincianas da cidade. Contudo, tal superação era encarada, pelos segmentos mais conservadores, como a perda das raízes e o domínio da anarquia social. Não eram lutas diretas. Eram lutas veladas e disfarçadas com os longos e sedutores véus da modernização, que buscavam vestir a cidade nas sedas de uma nova civilidade.

A modernização da cidade de Teresina, como em geral aconteceu com a maioria das cidades brasileiras no início do século XX, esteve pautada, em consonância com os princípios elencados por Sevcenko (1999), em quatro eixos de atuação: o primeiro refere-se às tentativas de transformação dos espaços urbanos como uma forma de superação do passado, visto como expressão da memória e dos costumes de sociedade ligada às tradições; o segundo eixo seria a legitimação da imagem de uma sociedade civilizada por meio da negação das práticas relacionadas à cultura popular; o terceiro foi o ordenamento dos espaços urbanos mediante estratégias de expulsão ou controle da população pobre das áreas de concentração e convívio das elites locais; e, por fim, uma aproximação com os valores e costumes de tradição burguesa européia, que reforçavam as contradições entre as tradições e as inovações sobretudo no que se refere aos comportamentos e condutas sociais.

Por esse diapasão, conclui-se que a modernização da cidade de Teresina esteve atravessada pelos ideais de um futuro que devia ser antecipado, pois os discursos modernizadores pensavam o “possível” e o “novo” em sua concretização no presente. O presente tornou-se o espelho do próprio futuro. Tal concretização dar-se-ia mediante a suplantação da memória e da tradição que remetiam ao atraso e à incivilidade. O futuro, como o “presente que podia ser”, era o estandarte dos discursos modernizadores do espaço urbano e da sociedade. Tais discursos, em geral, representavam o imaginário das elites locais. Isso não significa dizer que a população também não tivesse, em algum momento, se deixado capturar pelo fenômeno da modernização, pois a própria modernização assumia o papel de suavizar os abismos sociais presentes na cidade. No entanto, como alguns mecanismos de exclusão social foram encaminhados de maneira muitas vezes autoritária, fizeram com que a população “culpasse” a modernização como a responsável pelas mazelas.

Constatou-se, na análise dos discursos oficiais, que a modernização da cidade de Teresina processou-se com ritmos e alcances diferentes em decorrência dos projetos e ações

destinados às transformações do espaço urbano, no qual o Estado funciona como o agente mediador e regulador do processo de modernização. A cidade surgiu, desde a transferência da capital, sob a égide dos ideais de progresso. Os avanços e recuos de tal modernização estiveram intimamente ligados à configuração política que marcou o transcurso do século XIX ao século XX.

Dentre os vários aspectos dessa configuração histórica, nas mensagens governamentais foram ressaltadas as condições precárias que a política federalista do início do regime republicano relegou ao Estado, sobretudo no que tange às finanças. Esse era o argumento basilar nos discursos oficiais para o atraso não somente da capital, mas de todo o Estado. Por outro lado, o discurso republicano era retomado para a defesa dos ideais de progresso e de civilidade. O regime republicano seria um dos discursos modernizadores que compunham os projetos de modernização da cidade. Os projetos de transformação da cidade de Teresina, que foram iniciados durante as últimas décadas do século XIX, seriam reforçados pelas promessas do discurso progressista republicano.

Nesse sentido, as representações sociais analisadas nesta pesquisa foram fomentadas pela euforia e incertezas advindas com a chegada de um novo século, bem como com os primeiros passos de um novo regime político. Essa configuração histórica era endossada com as transformações nos espaços urbanos da cidade e de suas implicações na vida cultural e social da capital piauiense. Tais circunstâncias ecoavam nas ações de modernização da capital que, mesmo sendo a cidade piauiense cujos olhares das lideranças políticas estavam mais voltados, ressentia-se de maiores melhoramentos em sua urbanização.

A fragilidade orçamentária teria ressonâncias nas políticas voltadas para a instrução pública, no que se refere às tentativas de modernizá-la. Nas mensagens dos governantes, o melhoramento da instrução seria um fio condutor para o progresso do Estado. Mais uma vez pode-se perceber que a capital foi a mais beneficiada pelos interesses do poder público para a modernização da instrução pública.

Além disso, havia o problema da inadequação de modelos educacionais copiados indiscriminadamente de outras cidades do país ou do gerenciamento da legislação. Tal inadequação dava-se, também, pela falta de atenção às condições socioeconômicas da população, principalmente das zonas rurais e do perímetro das periferias urbanas.

A década de 1920 ficou marcada como o período de otimismo para a educação, com a retomada e reformulação de leis e projetos iniciados na década anterior. Década esta que ambientou a fundação da Academia Piauiense de Letras, considerada, conforme seus próprios objetivos, como espaço de valorização da intelectualidade, identidade e memória da cidade e

de todo o Estado. Viu, dessa maneira, a fundação de um Pátheron moderno na cidade para a valorização do saber e da memória da cidade. A literatura foi sua guia e parceira fiel nesse trajeto pela cidade. A musa da História compartilhou com Atena a euforia e os projetos de melhoria da instrução pública, mesmo diante de muitas dificuldades relacionadas à falta de verba, de professores preparados, de remuneração adequada, de prédios próprios, de frequência e de matrículas mais expressivas.

A modernização da cidade de Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX, foi marcada, também por seu caráter de ordenamento dos espaços que, em geral, assumiu dimensões segregadoras. A criação de alguns prédios como a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo de Loucos, Casa de Educandos Artífices tornaram-se espaços que tinham, dentre outras funções, promoverem a “limpeza social”. A presença da população miserável contrariava os projetos de construção de uma cidade ideal com novos padrões de civilidade. Eram ações que partiam, em geral, da iniciativa estatal, visto que o Estado atuava como o eixo organizador e mediador dos projetos e ideais de mudança dos espaços urbanos.

Nesse ínterim, Clio presenciou Teresina ser acometida pelos males da caixa de Pandora e a esperança da população em vencer as doenças. Concluiu-se que, nas várias estratégias de ordenamento da cidade, os condicionantes de higiene e de medidas sanitárias foram utilizados como aspectos de controle da “saúde social”. Compreendeu-se que as campanhas sanitárias não se dedicavam somente às camadas pobres da sociedade, embora fossem mais direcionadas a esse estrato social.

Contudo, a preocupação com a saúde pública na cidade de Teresina estava alicerçada na premissa de que o controle do corpo, por meio da institucionalização do saber médico, pretendia alcançar o progresso de toda a sociedade. Um povo saudável seria expressão de uma sociedade civilizada e inserida nos ditames da vida moderna. Essa noção contrastava com aquilo que era demonstrado em relatos de jornais e de algumas lideranças políticas, que enfatizavam o estado cambaleante da realidade sanitária da cidade. Os males da caixa de Pandora pareciam resistir aos discursos de melhoramentos da saúde pública na cidade.

As cidades piauienses, sobretudo Teresina, sofreram mudanças estruturais, ora com dinamismo, ora com vagareza. O ideário modernizador esteve intimamente vinculado aos projetos progressistas de instauração de uma realidade do “novo” e do “atual”, tornando-se a vitrine adornada com os sedutores discursos de intensas transformações. A cidade moderna teria de simbolizar essa transição e essa superação. Os indivíduos precisavam, conforme o discurso oficial, experimentar novas formas de viver em uma cidade “moderna” e para tal

tinham de se perceber como modernos e como cidadãos pertencentes àquele espaço, mesmo que fosse um espaço idealizado e desejado.

Em seu passeio por Teresina, a musa Clio percebeu a cidade em constante frenesi. Viu muitos Perseus lutarem contra o olhar petrificante de Medusa. Nessa luta manifestaram-se muitos avanços na urbanização da cidade, pois praças, pontes, ruas, estabelecimentos de ensino, casas de espetáculo, prédios públicos e Igrejas foram construídos ou remodelados, tanto na estrutura física como, às vezes, em suas funções e sentidos. Tais modificações teriam partido, ora da iniciativa dos poderes públicos, ora da exigência da elite da cidade, como foi o caso do Teatro 4 de Setembro e o do Clube dos Diários.

Os textos literários contribuíram para o entendimento do processo de modernização da cidade de Teresina. Isso se deu pelo fato de que a literatura potencializou a percepção sobre acontecimentos, expondo aspectos políticos, econômicos e sociais que envolvem as transformações pelas quais a cidade passou. As melhorias materiais, como o surgimento das primeiras tipografias em Teresina, bem como os graduais incrementos na instrução pública, contribuíram para a formação de um sistema literário, visto que emergia uma população, ou pelo menos um segmento dela, que experimentava uma cultura letrada. Além disso, a literatura foi fundamental para que contrapontos pudessem ser feitos entre os discursos das diferentes fontes que falavam da “aventura moderna” da cidade.

A literatura permitiu a visualização das representações e imagens que foram criadas sobre o espaço urbano e suas transformações. Transformações tais que influenciaram direta ou indiretamente nos costumes e no cotidiano, mostrando a cidade por meio das sensações, sentidos e projeções múltiplas.

No passeio pela cidade, Clio percebeu que os literatos tinham relatos que falavam da cidade e que tais relatos também (re)criavam a cidade. Assim como os jornais e os documentos oficiais dos poderes públicos também eram relatos sobre a cidade. Percebeu que a modernização da cidade despertou uma multiplicidade de sentimentos, sensações, angústias e esperanças. Clio, então, compreendeu que o seu passeio não terminou, pois quanto mais se adentra nas ruas da cidade, mais cidades surgem, visto que a cidade é viva, dinâmica e múltipla e que as contradições inerentes ao processo de modernização fazem parte de sua dinamicidade e construção. Na cidade de Teresina, enquanto houver ideais de mudança e de progresso, haverá inúmeros Perseus e Medusas, assim como infinitas cidades.

Ainda em seu passeio, Clio percebeu, nos dias atuais, que a memória documental da cidade do início do século está enfraquecida. O arquivo público do Piauí encontra-se em estado de sofreguidão, pois muitas fontes se perderam no tempo ou estão em péssimas

condições de manuseio. Este estudo também é um esforço de dar fôlego não só às representações sobre a cidade, mas à sua memória. Mesmo diante da consciência de que a memória se forma não só por lembranças, mas também de esquecimentos, não se pode admitir o total silenciamento das vozes que ecoam pelos cantos da cidade e que fazem parte da sua própria história.

Nesse sentido, Clio despede-se da cidade de Teresina das duas primeiras décadas do século XX, que foi povoada pelo frêmito de esperança e de medo em relação à modernização, pois a esperança está intrinsecamente relacionada aos sopros gélidos da inquietude e da desconfiança. Seu passeio contribuiu para o olhar sobre Teresina em pleno movimento, pulsante de sensações e experiências. Sua despedida, contudo, é um convite para que novos visitantes se aventurem nos mistérios que a cidade tem para serem “desvendados”.

## REFERÊNCIAS E FONTES

### 1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico*. Teresina: EDUFPI/ IDB, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: FCMC, 1995.

\_\_\_\_\_. Na trama urbana: personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Histórias de vários feitio e circunstância*. Teresina: IDB, 2001.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1889 a 1930*, 2. ed. São Paulo: Edições L. B., 1962.

BATISTA, Jônatas. *Poesia e Prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Publicações Europa-América, 1976.

BRASIL, Assis (Org.). *A poesia piauiense no Século XX*: antologia. Rio de Janeiro: Imago; Teresina: FCMC, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi(Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BRITO, Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARR. E. H. *O que é história?* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, A. I. G. (Orgs.). *Dilemas urbanos*: novas abordagens sobre cidade. São Paulo: Contexto. 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_, *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARVALHO, Marta M. Chagas. Revisitando a Historiografia educacional Brasileira. In. MENESES, M<sup>a</sup> Cristina (Org.) *Educação, Memória, história*: possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930). *Scientia et Spes*. Teresina, Ano I. n° 02, ICF, 2002. p. 295-313.

\_\_\_\_\_. *Mulheres plurais*: a condição feminina em Teresina na primeira república. Teresina: FCMC, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 10. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1988.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: FCMC, 2005.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da república*.

CUNHA, Higino. *O teatro em Teresina*. Teresina: Tipografia do Correio do Piauí, 1922.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. Cidade e Cultura. IN: SANTANA, R. N. Monteiro (Org.). *Apostamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.

FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí Republicano*. Teresina, 1994. 143 p. (Dissertação). Mestrado em Educação - Universidade Federal do Piauí.

FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: FCMC, 1988.

\_\_\_\_\_. *Em roda dos fatos*. Teresina: FCMC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vultos Piauienses*. 2. ed. Teresina: FCMC, 1998.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: APL, 2000, p. 162-165.

HALBWACKS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

KOVARICK, Lúcio. *Introdução: uma trajetória de pesquisa e produção do espaço urbano e lutas sociais*. In: *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34. 2000. p. 13-33.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História – novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974.

LEMAIRE, Ria. Introdução. In: DECCA, Edgar S. de.; LEMAIER, Ria (Orgs.) *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Ed. da Unicamp, Ed. da Universidade UFRGS, 2000.

LEMONS, Carlos A.C. *A república ensina a mora(melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)*. Fortaleza, 2001. 289 p. ( Tese). Doutorado em Educação – Universidade Federal do Ceará.

LOREZ, Karl Michael. O Collegio de Pedro II e a modernização do currículo da escola secundária brasileira. In: ALMEIDA, Malu (Org.). *Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas, SP: Alínea, 2004.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura Piauiense: horizontes de leitura e crítica literária(1900-1930)*. Teresina: FCMC, 1998.

MARQUES SOBRINHO, Rosilda. *O Piauí entre a saúde e a doença: por que a saúde se torna pública?(1889-1930)*. Carta Cepro. Teresina. V. 21. nº 01. janeiro/junho, 2002.

MARTINS, Elias. *Fitas*. Teresina: Tipografia do Jornal de Notícias, 1920.

MELO, Antônio. Saúde Pública no Piauí(1889-1930): entre o enfoque nacional e experiência local. Teresina, 2000. 172 p. (Dissertação). Mestrado em História.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NUNES, Maria Cecília. Trama e poder: trajetória do republicanismo no Piauí (1870-1894).IN: EUGÊNIO, João Kennedy(org.). *História de vários feitio e circunstância*. Teresina: IDB, 2001.

PINHEIRO, João. *A Academia Piauiense de Letras*. Teresina: Tipografia Popular, 1940.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas*. Brasília: Plano, 2000.

QUEIROZ, Teresinha. *Cinema, invenção do diabo?* Cadernos de Teresina. Ano VII. nº 15, dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: EDUFPI; João Pessoa: EDUEPB, 1998.

RÉMOND, René(org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Recife: histórias de uma cidade*. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2005.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 18. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani et ali. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. *Orfeu Extático – São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20. In: FENELON, Déa R. (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d'água, 1999. Série: Pesquisa em História.

TITO FILHO, A. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: Comepi, 1974. (Monografias do Piauí – Série Literária).

\_\_\_\_\_. *Praça Aquidabã, sem número*. Teresina: Artenova s.a, 1975.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, 4. ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

## 2. DECRETOS E DOCUMENTOS DIVERSOS

TERESINA. Códigos de Postura de Teresina, 1912. Retoma as determinações previstas pela Lei nº 69. 02. 09. 1905, que expõe as diretrizes para as condutas na cidade de Teresina.

PIAUÍ. Decreto Nº 29. Piauí, 1º de maio de 1890. Regulamenta o serviço médico policial no Estado.

PIAUÍ. Decreto Nº 42. Piauí, 28 de janeiro de 1891. Dispõe as normas para o estabelecimento do sistema de viação férrea no Estado, fazendo revisões em decretos anteriores.

PIAUÍ. Decreto Nº 72. Piauí, 20 de maio de 1891. Normas para a autorização do abastecimento de água potável na capital piauiense.

PIAUÍ. Decreto Nº 434. Piauí, 19 de abril de 1910. Previa regulamentações para a Instrução Pública no Piauí, estruturando as diretrizes da Escola Normal em Teresina.

PIAUÍ. Decreto Nº 771. Piauí, 06 de setembro de 1921. Propões inúmeras alterações e diretrizes ao Regulamento Geral da Instrução Pública no Piauí.

PIAUÍ. RELATÓRIO DA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Instrução. Teresina: Papelaria Piauhyense, 1922.

### 3. JORNAIS

NAS OBRAS FERROVIÁRIAS. A Imprensa. Ano II, nº 212. Therezina. 26. 02. 1927.

NOSSAS INDÚSTRIAS. A Imprensa. Ano II, nº 262. Therezina. 28. 06. 1927.

FÁBRICA DE BEBIDAS. A Imprensa. Ano III, nº 380. Therezina. 03. 05. 1928.

NA CIDADE. A Palavra. Ano I, nº 03. Therezina. 01. 06. 1902.

A ACADEMIA. Correio de Theresina. Ano VI, nº 205. Therezina. 17. 01. 1918.

EMPRESA FONTENELLE E CIA. Gazeta. Ano IV, nº 159. Therezina. 12. 08. 1908.

ALFAIATARIA MODERNA. Gazeta. Ano VII, nº 280. Therezina. 30. 11. 1910.

HOTEL 15 DE NOVEMBRO. O Monitor. Ano I, nº 03. Therezina. 15. 11. 1906.

A HIGIENE DE THERESINA. O Norte. Ano XI, nº 417. Therezina. 30. 07. 1909.

ESTRADA DE FERRO. O Piauhý. Ano XVI, nº 870. Therezina. 29.09.1906.

O COROATÁ HOTEL. O Piauhý. Ano XXXII, nº 415. Therezina. 20. 03. 1921.

PONTES NO PARNAHYBA E NO POTY. O Piauhý. Ano XXXII, nº 482. Therezina. 12. 06. 1921.

HOTEL DO NORTE. O Piauhý. Ano XXXIX, nº 485. 23. 06. 1921.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA. O Piauhý. Ano LXIII, nº 105. Therezina. 08. 07. 1921.

O PROJETO N. 26. O Piauhý. Ano LXIII, nº 119. Therezina. 11. 07. 1928.

SERVIÇO D'ÁGUA. O Piauhý. Ano LXIII, nº 155. Therezina. 31. 07. 1928.

PALACE HOTEL. O Piauhý. Ano XXXIX, nº 58. Therezina. 16. 07. 1929.

AS LIGAÇÕES FERROVIÁRIAS NO PIAUHY. O Piauhý. Ano XXXIX, nº 178. Therezina. 13. 08. 1929.

A REPÚBLICA. O Tempo. Ano I. nº 40. Therezina. 16. 11. 1905.

### 3. REVISTAS

PIAUÍ. Revista *Litericultura*. Ano I, Therezina, 01. 01. 1912.

PIAUÍ. Revista *Litericultura*. Ano II, Therezina, 30. 10. 1913.

#### 4. MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

PIAUÍ. Governador (1890-1890). BESOURO, Gabino. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial, 19 de outubro, 1890.

PIAUÍ. Governador (1892-1896). CARVALHO E SILVA, C. de. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial, 08 de junho de 1893.

PIAUÍ. Governador (1892-1896). CARVALHO E SILVA, C. de. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho de 1896.

PIAUÍ. Governador (1920-1924). FERREIRA, João Luiz. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho, 1921.

PIAUÍ. Governador (1928-1930). LEAL, João de Deus Pires. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho, 1929.

PIAUÍ. Governador (1924-1928). MELLO, Mathias Olympio de. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial. 1º de junho, 1926.

PIAUÍ. Governador (1924-1928). MELLO, Mathias Olympio de. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial. 1º de junho, 1928.

PIAUÍ. Governador (1904-1907). MENDES, Álvaro A. A. O. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial. 1º de junho, 1906.

PIAUÍ. Governador (1904-1907). MENDES, Álvaro A. A. O. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial. 1º de junho, 1907.

PIAUÍ. Governador (1900-1904). NOGUEIRA, Arlindo F. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial. 1º de junho, 1902.

PIAUÍ. Governador (1900-1904). NOGUEIRA, Arlindo F. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial. 1º de junho, 1903.

PIAUÍ. Governador (1912-1916). ROSA, Miguel. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de junho, 1915.

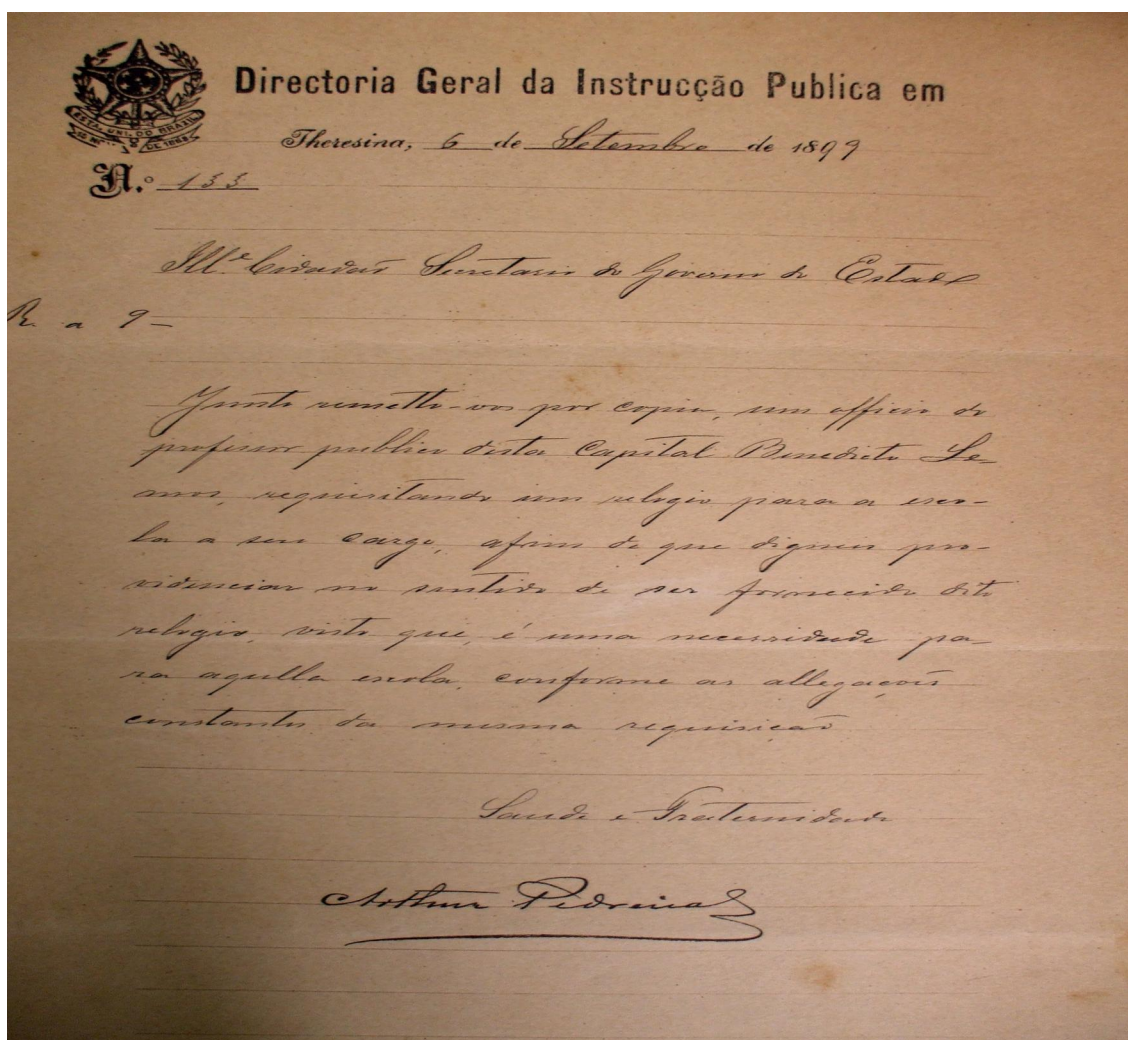
PIAUÍ. Governador (1888-1889). SILVA, Raymundo José Vieira da. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial. s/d. 1889.

PIAUÍ. Governador (1910-1912). SILVA, Antonino Freire da. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina: Imprensa Oficial, 1º de julho, 1910.

PIAUÍ. Governador (1896-1900). VASCONCELOS, R. A. de. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa*. Teresina. Imprensa Oficial. 1º de julho, 1897.

## ANEXOS

ANEXO "A" – OFÍCIO ENVIADO PELO DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, ARTHUR PEDREIRAS, ENVIADO A CÓPIA DO PEDIDO DO PROFESSOR BENEDITO LEMOS PARA AQUISIÇÃO DE UM RELÓGIO PARA A ESCOLA A SEU CARGO.

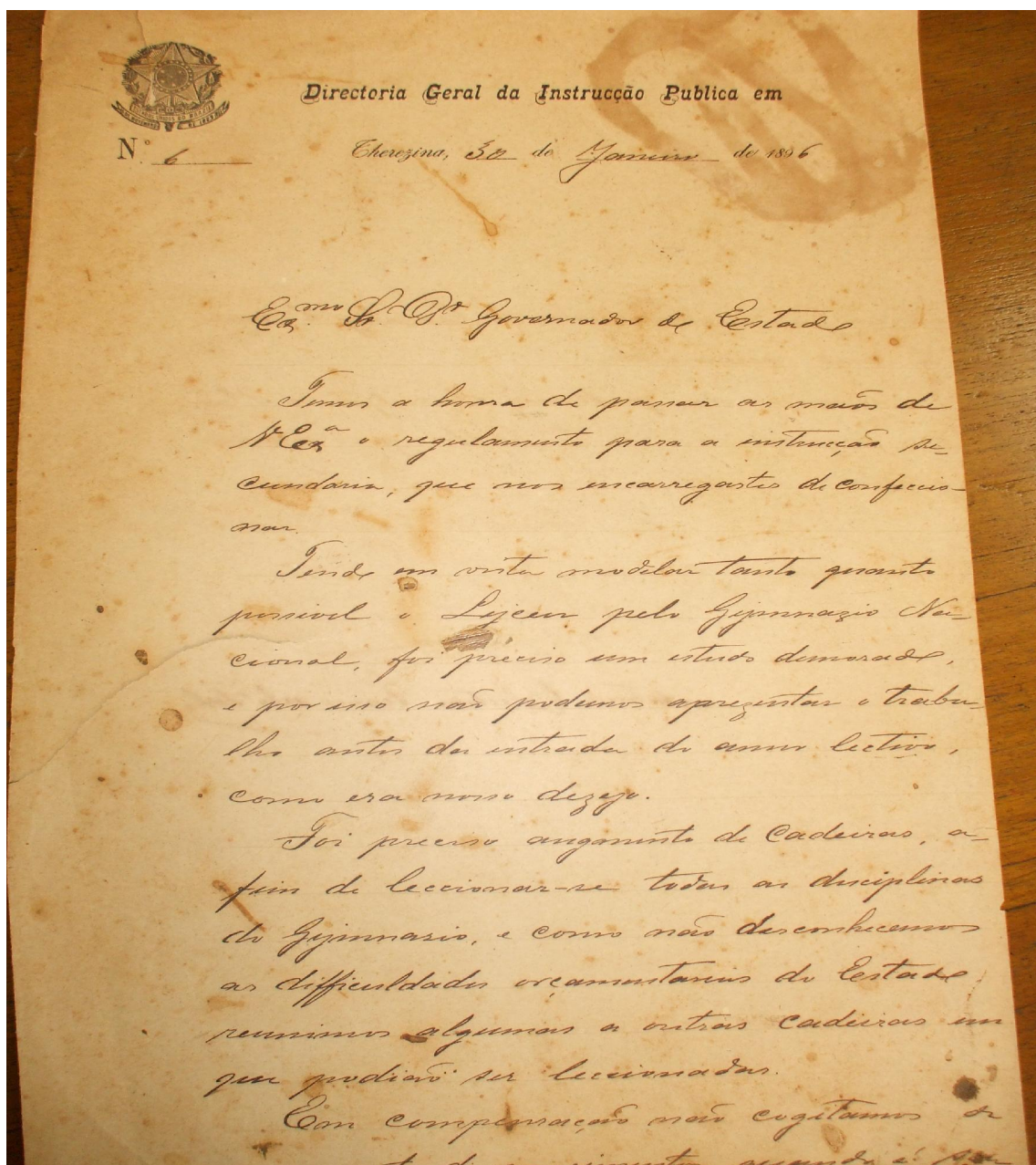


**ANEXO “B” – CÓPIA DO PEDIDO DO PROFESSOR BENEDITO LEMOS, SOLICITANDO UM RELÓGIO PAR A ESCOLA A SEU CARGO.**

Cópia. Encarino Primario - Terceira Aula Publica de Thurgina, sus de Secundario de mil oitocentas moventes e movs. Illustra Sr. Director Qual da Inspectoria Publica deste Estado. Devo commisar apresentando-vos minhas requisições proferidas pelo meu velho acto da Administracao publica do estado, collocando-vos no pinheiro da grande institução que é o fuso lapidario do espirito dos povos. Poderam e ja, Sr. Director, mais de dois annos sobre a criação deste Aula, e ainda não foi elle provido de um de seus mais indispensaveis moveis: refugio um a um relógio, que, como sabido, é necessaria palpitante em estabelecimentos publicos, mormente frequentados por grandes collectivos. Posição difficil, multi-indiosa, a minha, que é a de professor, tem tido mais um embaraço, tal qual a falta de um regulador do tempo. Tive 50 annos em vigi-lancia, quando puzendo submeter diversos alumnos a exames praticos e theoricos, em tendo de entrar em multiplos espiritos, em espe-cialmente constantes, desde ja, e, grande má o atropellamento, porque luctam com uma humanisacao de causas antagonicas e abstracções: porque procuram organizar modificadoras, trabalhos, porque não vem o marcar do tempo, porque não sabem que hora seja! Não decidia em, Sr. Director, esse importante moveil, durante a existéncia transacta, e nesse illustre antecessor mostrava a attenção ás minhas reclamações, porém um atomo qualque, não que originou da insufficiencia de minha, privou-o de provido esta creche de um relógio que regular os trabalhos della. No entanto, não suas, talvez, as minhas, as circunstancias, esta vez. Muito confio nos vossos esforços pela grande institução que é o fuso lapidario do espirito dos povos, no pinheiro da qual, entre nós, vos collocou o Go-verno e Estadual. Não faria apresento reclamação, Sr. Director, a um regulador publico que temas e para que eu apparelharia, estivesse em distancia de seu velho <sup>por mim</sup> quando heccionando na cadeira. Felizmente, a essa decidida dedicação aos negocios da instituição, eu expus, não contar um embaraço que ha dois annos e alguns mezes tem a acompanhar a minha posição difficil, multi-indiosa, que é a de professor. Sauda e fraternidade. O Professor Benedito Simoes.

Compre R. P. P.

ANEXO "C" - OFÍCIO ENVIADO PELO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, ARTHUR PEDREIRAS, EM RESPOSTA À SOLICITAÇÃO DO GOVERNADOR DO ESTADO, CORIOLANO DE CARVALHO E SILVA, EXIGINDO MEDIDAS DE ADEQUAÇÃO DO LICEU AO PROGRAMA DO GINÁSIO NACIONAL.



## CONT. ANEXO "C"

bido que a instrucção do Vicarhy, é muito mal remunerada.

Terminando pedimos desculpa a V. Ex.<sup>a</sup> das imperfeições do trabalho que nos confrontos.

Soude e Vrotermidade.

Arthur Pedreira

João de M. M. M. M.

Antonio Celestino Franco de la Silva

**ANEXO “D”** – DECRETO N. 29, DE 1º DE MAIO DE 1890, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA O SERVIÇO MÉDICO POLICIAL EM TERESINA.

**CONT. ANEXO “D”**

**ANEXO “E”** – DECRETO N. 42, DE 28 DE JANEIRO DE 1891, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA O SISTEMA DE VIAÇÃO FÉRREA.

**CONT. ANEXO “E”**

**CONT. ANEXO “E”**

**ANEXO “F”** – DECRETO N. 72, DE 20 DE MAIO DE 1891, QUE DETERMINA AS DIRETRIZES PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL EM TERESINA.

**CONT. ANEXO “F”**

**CONT. ANEXO “F”**

**CONT. ANEXO “F”**